UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

HÉLIDA SANTOS CONCEIÇÃO

Salvador
Novembro de 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

HÉLIDA SANTOS CONCEIÇÃO

MUITAS MULHERES, UM MESMO MOVIMENTO: HISTÓRIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES DO MST NA BAHIA – 1987/2001

Salvador
2006

HÉLIDA SANTOS CONCEIÇÃO

MUITAS MULHERES, UM MESMO MOVIMENTO: HISTÓRIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES DO MST NA BAHIA – 1987/2001

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Valdemir Donizette Zamparoni

Salvador
2006

Conceição, Hélida Santos
S571 "Muitas mulheres, um mesmo movimento: história e participação política das mulheres do MST na Bahia – 1987/2001" / Hélida Santos Conceição. – Salvador, 2006.

153 f.

Orientador: Prof. Dr. Valdemir Donizette Zamparoni.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

1. Mulher – atividade política. 2. Mulheres - História. 3. Movimentos sociais – Bahia. 4. Participação política. I. Zamparoni, **Donizette. II Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e** Ciências Humanas. III.Título. UFBA -FFCH

CDD – 305.4

TERMO DE APROVAÇÃO

HÉLIDA SANTOS CONCEIÇÃO

Muitas mulheres, um mesmo movimento:
História e Participação Política das Mulheres do MST na Bahia – 1987/2001

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História Social, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr.a. Ana Alice Costa_____
Pós-Doutorado. Universidad Autonoma de Madrid, UAM, Espanha.
Doutorado em Doctorado En Sociologia Política.
Universidad Nacional Autonoma de Mexico, UNAM, México. Professora do Departamento de Ciência Política – UFBA.

Prof. Dr. Valdemir Donizette Zamparoni (Orientador)_____
Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Departamento de História - UFBA

Prof. Dr.a Eliana Mara Chiossi_____
Doutorado em Letras. Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.
Departamento de Letras - UFBA

Salvador, 30 de novembro de 2006

A
Beatriz, que nasceu junto com este projeto.
Meus pais, Simone e Jariomar, que me ensinaram o amor pelo trabalho.
Roberto, que me mostrou que o mundo é um moinho.

AGRADECIMENTOS

O que considero que foi a principal fonte de inspiração e motivação desta pesquisa foi exatamente a possibilidade do contato humano e de poder imprimir à minha vida, mediante este trabalho, uma riqueza e uma troca afetiva e efetiva com as pessoas que tenho encontrado. Poder sair do meu mundo e trocar a fixidez deste lugar, do conforto da minha casa e do convívio com os meus, para andar por entre assentamentos e cidades estranhas, me ensinou que existem outras coisas na roda da história que irreversivelmente estão ainda para serem vistas e experimentadas.

O fato é que não se caminha, nem se chega a algum lugar sozinho. Muitas pessoas têm me assistido nesta jornada sendo verdadeiros arquitetos nesta construção. Não quero fazer destes agradecimentos uma bula de generosidade sentimentalista com os que foram meus aliados, somente busquei na justa medida reconhecer as contribuições de cada um e nisto relatar também a dimensão da minha gratidão.

Dessa forma é que gostaria de falar das pessoas que de várias maneiras contribuíram neste trabalho.

A meu orientador, Prof. Dr. Valdemir Donizette Zamparoni, sempre eficiente, amigo e com o máximo de paciência com minhas eternas dúvidas.

Ao CNPq por ter me concedido uma bolsa de apoio a pesquisa que foi fundamental para a execução deste trabalho.

A Ana Alice Costa, do NEIM, que plantou as primeiras sementes deste projeto e que foi uma importante agenciadora política junto ao MST.

A todos os professores com quem fiz os créditos deste mestrado: Gino, Muniz Ferreira, Iracema Brandão, Cecília Sardenberg, a minha dívida com vocês é incomensurável.

À Cristiani Bereta da Silva e Fábio Azeredo, suas críticas foram valiosas para que eu pudesse reestruturar esta pesquisa.

Agradeço com especial apreço a Soraia Ariane e a Prof. Maria Hilda Baqueiro Paraíso do Programa de Pós Graduação em História Social da UFBA, pelas suas constantes colaborações institucionais.

Aos meus companheiros do MST, sempre muito solícitos e com espírito de solidariedade com o qual gentilmente concederam-me entrevistas, conduziram-me nos caminhos inéditos por entre assentamentos, oferecendo-me suas casas, suas camas e comidas com sabores inesquecíveis, jamais poderia contar a minha vida sem citar vocês: Dejacira Araújo, Lucinha Barbosa, Solange Brito, Célia Aldrigde, Fábia Reis, Célia da Pitinga, Vagner Carneiro, Betão, D. Lio, Neguinho, Vicência, Averilza, Tonha Bonfim, D. Maria Soares, e a todo o povo do MST.

Joatan Xavier, a você agradeço este desenho maravilhoso que incorporou bem o espírito deste trabalho.

Á Francisco Scarpellino, frei Chico, homem de notável inteligência e bom coração, que gentilmente cedeu-me seu arquivo particular sobre a luta dos trabalhadores no extremo sul da Bahia.

Agradeço aos meus amigos Amin Chikaouí, Carlinhos, Daniela, Fábio Cebola, Fábio Rocha, Rodrigo, Gislene, Sheila Gomes, Virgínia Mota, pelas intermináveis conversas em mesas de bar, naquelas noites em que afoguei minhas inseguranças e ansiedades para suportar o período do mestrado.

E por fim agradeço à Lucila por cuidar de minha casa e de minha filha nas minhas ausências e nas infinitas horas em que eu estava na frente do computador escrevendo este trabalho.

“Nem tudo o que eu escrevo resulta numa realidade, resulta mais numa tentativa. O que também é um prazer. Pois nem tudo eu quero pegar. Às vezes, quero apenas tocar. Depois, o que toco às vezes florece e os outros podem pegar com as duas mãos.”

Clarice Lispector

Resumo

Este trabalho pretendeu construir a história da participação política da mulher do MST na Bahia, entre os anos de 1987 a 2001. As principais fontes para a construção desta história foram as publicações do MST, as entrevistas realizadas com mulheres militantes e os jornais da época. Na análise destas fontes – orais e escritas - privilegiou-se perceber como as mulheres vieram colaborando com o Movimento e como elas ressignificam sua participação a partir de suas histórias de vida e trajetória no movimento social. Foram analisados os princípios políticos e ideológicos que aparecem nos discursos sobre as mulheres e como os mesmos influem na representação que as militantes tem de si, ao mesmo tempo em que, tais discursos ajudam a compor um tipo de identidade comunitária e política singular. Os discursos sobre gênero e participação política da mulher neste trabalho, foram relevantes para o entendimento dos dispositivos e das relações de poder que permeiam as práticas políticas, sociais e simbólicas do MST.

Palavras-chave: História; Movimento Sem Terra; Bahia; Gênero; Mulheres; Relações de poder;

ABSTRACT

The pourpouse of this work is to construct describe the women's action in MST-Bahia beetwen 1987 and 2001. The main sources to the construction of this history were the MST's publications, interviews with militant women and newspapers in the period. When analysing these sources - orals and writed – was choosed to percept how the women collaborated with the moviment, how they resignificted their life's history and trajetory in the social moviment. Where analysed the political and ideological principles that appear in the discuss about the women and how it influenciate in the representation of the militants about herselves, while theses discuss help to construct a kind of political a communitary identity. The discuss about gender and women political participation in this work were relevant to the dispositives and power relations that sorroundes the political, simbolical and social of MST.

Keywords: History; Movimento Sem Terra- Bahia; Gender; woman; power relations; community, social movements.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....14

1 TECENDO AS REDES: CONSIDERAÇÕES SOBRE HISTÓRIA, GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER 26

1.1 Porque escrever uma história das mulheres no MST?.....26
1.2 As possibilidades de uma história no feminino.....34
1.3 A crítica feminista e as teorias Pós-Estruturalista.....37
1.4 Efeitos de poder, verdade e gênero no MST.....40

2 HISTÓRIA DE MULHERES – A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA CONSTRUÇÃO DO MST NA BAHIA.....45

2.1 O início do MST na Bahia 48
2.2 Lembranças de ocupações.....53
2. 2.1 Resistência e conflito: o papel social das mulheres.....62
2.2.2 Despejos e Prisões.....68
2.3 A formação do setor de gênero no MST da Bahia.....74
2.4 Os Acampamentos de Mulheres do MST.....80
2. 4.1 A dinâmica dos Acampamentos de Mulheres.....83
2. 4.2 Notícias e registros.....85

3 COMO SE INVENTOU O GÊNERO NO MST? RELAÇÕES DE PODER E DISCURSOS POLÍTICOS GENERIFICADOS.....88

3.1 A abordagem pós-estruturalista do discurso.....90
3.2 Analisando os discursos sobre a mulher e as relações de gênero nos documentos do MST.....92
3.3 A Análise dos documentos do MST.....95
3.3.1 Análise das Linhas Políticas.....98
3.3.2 As cartilhas.....106
3.4 A discussão sobre gênero e classe.....116
3.5 Perspectivas para o debate.....122

4 "SE ME PERMITEM FALAR": MEMÓRIA, EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS DE MULHERES NO MST.....124

4.1 As fontes orais e o método de pesquisa.....124
4.1.1 As entrevistas e a pesquisa com fontes orais.....125
4.1.2 Os usos da memória.....127
4.2 Discursos e subjetividades no MST.....128
4.3 Narrativas e produção de verdades.....131
4.4 Percepções sobre a militância.....134
4.5 Pertencimento e Identidades.....139

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....144
REFERÊNCIAS
DOCUMENTOS DO MST
ENTREVISTAS

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto de um o processo de pesquisa que se desenvolveu em várias etapas: a primeira fase se constituiu na busca e leitura da bibliografia sobre o Movimento Sem Terra. Nesta fiz um levantamento de dissertações e teses acadêmicas realizadas no âmbito da Bahia e também trabalhos feitos em outras partes do Brasil[1], que em suas diversidades expunham a complexidade que representa analisar as trajetórias, as histórias de vida, a formação dos sujeitos em suas subjetividades, dentre os mais diversos aspectos da construção e dinâmica do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra. A leitura destes trabalhos permitiu-me alargar algumas dimensões do meu objeto de estudo, na medida em que o contato com outros pontos de visão proporcionou o redimensionamento das possibilidades interpretativas e analíticas do meu objeto de pesquisa.

Paralelo a esse mapeamento bibliográfico, durante um ano realizei pesquisa para a coleta das fontes primárias em arquivos diversos. No arquivo da secretaria estadual do MST, pude recolher fontes de alguns jornais da imprensa baiana, assim como documentos internos do Movimento, sobretudo relatórios da realização do Acampamento de Mulheres Sem Terra, cartilhas, publicações internas, "linhas políticas" discutidas em diversos encontros, *Revista Sem Terra* e exemplares do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Convém destacar que esta etapa da pesquisa foi muito interessante sobretudo por ter me proporcionado um contato maior com as pessoas que trabalham na secretaria do MST. Foi a partir disso que eu pude estabelecer os agenciamentos necessários para partir para a segunda fase da pesquisa que foi o trabalho de campo nos assentamentos.

No arquivo da Comissão Pastoral da Terra encontrei relatórios de vários conflitos de terra no estado da Bahia, desde o ano de 1979 e alguns exemplares de publicações antigas do MST que não existiam nem mesmo na

---

[1] FERNANDES, Bernado Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000;
MELO, Denise de. **A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de educação, Unicamp, São Paulo; PAVAN, Dulcinéia. **As marias Sem-terra: trajetórias e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão - SP-1985-1996**. 1998.

secretaria do movimento aqui de Salvador, mas estavam arquivados lá na CPT. Uma outra documentação complementar a essa da CPT, foi encontrada com Frei Francisco Scarpellino, mais conhecido como Frei Chico. Ele foi um importante colaborador do MST na cidade de Itamarajú e extremo sul baiano e durante os anos em que colaborou politicamente com o Movimento, ele arquivou registros diversos sobre as articulações do MST com os sindicatos de trabalhadores e a igreja. Esse material inclui recortes de jornais da região, páginas de processos, lista da UDR jurando de morte pessoas ligadas aos trabalhadores rurais, fotografias, alguns mapas contendo a evolução das ocupações nos anos iniciais do MST, ou seja, é um rico registro sobre a gestação e desenvolvimento do MST em meados da década de 1980 no extremo sul da Bahia. Na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, pude localizar nos jornais, a partir do ano de 1986 notícias dos eventos que mais interessavam para construir a história das mulheres no MST. Assim, basicamente só pesquisei nos registros do jornal *A Tarde*, já que era o veículo da imprensa que mais noticiou as ações do Movimento no estado, além do fato de está até hoje em funcionamento, permitindo o acompanhamento mais sistemático dos eventos.

A outra parte da pesquisa contou com a realização de entrevistas com mulheres, visitas aos assentamentos[2] de reforma agrária e aos eventos do MST, nos quais participei ora como observadora ora como colaboradora. A participação nestas ocasiões permitiu-me estreitar o contato com a realidade do Movimento e, sobretudo, com as pessoas que fizeram parte deste. Considero importante citar esta experiência, para que se saiba como foi à construção do projeto de pesquisa, que percurso foi-se tendo até a obtenção da dissertação e como se chegou aos resultados aqui apresentados.

A análise das histórias de vida, assim como das trajetórias políticas e pessoais das mulheres do MST, constitui-se como o principal enfoque deste estudo, na medida em que isto permitiu-me entender que tipo de representações culturais as práticas sociais dos militantes geraram no interior do MST e nas relações de gênero. Destaco ainda que a dimensão da subjetividade foi um dos aspectos só mais recentemente incorporado a esta pesquisa devido à leitura do livro

---

Dissertação (Mestrado em História Social) PUC, São Paulo. SILVA, Cristiani Bereta. **Homens e mulheres em movimento: Relações de gênero e subjetividades no MST.** Florianópolis: Ed. Momento Atual, 2004

[2] Os assentamentos visitados ao longo de um ano de pesquisa foram: Eldorado, Nova Suíça, Bela Vista, todos localizados em Santo Amaro no recôncavo baiano; Terra à Vista – Arataca, Corte Grande - Itamarajú; Projeto 4045 - Alcobaça, 1° de Abril - Prado, Riacho das Ostras - Prado, todos estes na região do extremo Sul da Bahia.

de Cristiani Bereta da Silva[3] o qual destaca a importância de se perceber no MST como os símbolos, místicas, hinos e os mais diversos tipos de representações atuam como investimentos produtores de uma subjetividade militante.

Devo mencionar que existe uma variedade e uma riqueza de temas que podem ser estudados e aprofundados acerca da proposta social, cultural e política de um movimento do porte do MST. Em primeiro lugar chamo atenção para o campo social, porque o MST possui um forte compromisso com as demandas de grupos excluídos e subalternos, além de se proclamar como herdeiro legítimo de outros movimentos sociais históricos de luta pela terra. O aspecto cultural têm tido muita relevância para o entendimento das dimensões da sociabilidade e formação de identidades entre seus integrantes. Isto também tem sido explorado por pesquisadores que tentaram entender através da práxis militante, como o Movimento produz e veicula através de sua mística, expressões simbólicas reelaboradas da cultura popular e camponesa, objetivando resgatar as ligações do homem com a terra e com suas origens. E por fim, mas nada disso se esgota por aqui, o MST contém em sua estrutura ideológica um novo projeto político para o Brasil e uma nova forma de exercer-se politicamente. Um dos pontos forte é que essas práticas políticas são diferentes do modelo de atuação dos partidos ou sindicatos.

Por estas características e tantas outras que aqui não foram citadas é que as pesquisas e estudos sobre os movimentos sociais no Brasil têm revelado que estes se configuram como espaços importantes nos quais, homens e mulheres rompem com os estereótipos de gênero presentes na sociedade e de forma mais direta aqueles refletidos em sua comunidade. Esta investigação reflete sobre como se pensa as relações de classe e gênero, a cultura e o fazer político nos limites de um movimento social. Durante a pesquisa tentei compreender as motivações que esses sujeitos têm para atuar no MST, quais experiências eles compartilham e quais as implicações disto na atuação e militância das mulheres. Para tanto busquei ouvir as falas e memórias daquelas pessoas mais antigas no movimento, pois alguns elementos me levaram a crer que as práticas de militância foram sendo transformadas, reinterpretadas e resignificadas ao longo do tempo.

Esta pesquisa almeja contribuir para o entendimento da história política das mulheres no MST, enfatizando como essas mulheres penetram na estrutura organizativa do movimento, para isso destacou-se a trajetória política da

[3] SILVA, Op. Cit 2004

militância feminina. Felix Guattari nos lembra que nos estudos sobre minorias e suas atuações políticas, deve-se perceber que o objeto visado não é o mais importante, mas sim o movimento de transformação através do qual este objeto vem se metamorfoseando.[4]

Foi este movimento, esta passagem que leva às mulheres a se tornarem uma liderança política no MST que tentei perseguir e ao mesmo tempo ver como as atividades de militância vão tomando outros significados e de que maneira novos valores simbólicos vão sendo agregados a esta prática. Não obstante, se existe o modelo, é porque há o desvio. E as outras mulheres que não atuam em postos de coordenação, qual é seu valor para o MST? Nesta pesquisa revelou-se profícua a investigação também da história daquelas mulheres que mesmo estando no Movimento desejam viver suas vidas afastadas do mundo da militância, que seguem plantando a sua roça, cuidando de seus filhos e de sua casa. Uma opção diferente daquele tipo de caminho politizado ou engajado que o MST preconiza para as mulheres.

Esta perspectiva nova, sugerida por meu orientador, me fez ampliar o foco de atenção para perceber a forma como mulheres lideranças e não lideranças interagem na organização, entendendo que muitas mulheres que estão na militância possuem tarefas importantes a serem realizadas, mas no entanto não estão ocupando postos de coordenação. Assim o que mais interessou nesta dissertação foi avançar no conhecimento das trajetórias e histórias de vida das mulheres que integram o MST. Minha busca intentou construir "uma versão" da história do Movimento Sem Terra na Bahia articulando os seguintes tipos de fontes: entrevistas realizadas com mulheres, entre lideranças e não-lideranças; os mais diversos tipos de publicações do Movimento, sobretudo aquelas que têm como foco principal discutir a participação de mulheres e como as questões de gênero estão relacionadas com as linhas políticas da organização; os registros da imprensa baiana, especificamente o jornal *A Tarde* no período compreendido entre setembro de 1986 e dezembro de 2001; monografias, dissertações, teses ou qualquer outro tipo de pesquisa acadêmica que tenha como objeto de estudo discutir as questões de gênero no MST.

---

[4] GUATTARI, F. **Revolução Molecular: Pulsações políticas do desejo**. Ed. Brasiliense, 2ª edição, 1985, p. 43

Partindo de narrativas colhidas junto às mulheres a partir de suas histórias de vida, trajetórias políticas e pessoais, estas fontes me possibilitaram averiguar fundamentalmente quais as implicações e conseqüências sofridas por estas mulheres ao se engajarem num movimento social e enfatizar historicamente como elas vem elaborando os valores coletivos do MST. Estes valores se expressam sob as noções de ética, disciplina, responsabilidade, empenho na militância, e por sua vez aparecem vinculados com suas demandas pessoais, tais como: os sonhos, os desejos, a família, os filhos, o estudo. É importante frisar que ambas as dimensões, o coletivo e o pessoal, algumas vezes podem se chocar, mas em outras, podem se reforçar mutuamente.

Esta história requer a investigação de como são vivenciadas algumas práticas políticas dos sujeitos nos mais diversos setores e posições de atuação que as mulheres ocupam no movimento. Mas também, o entendimento de quais são os mecanismos e investimentos que o MST utiliza na criação de estratégias de atuação para as mulheres e como isso pode ser o princípio através do qual desenvolve-se um processo de subjetivação militante.

Este processo têm suscitado inúmeras questões. Como e quando uma mulher se torna liderança no MST? Ou que tipo de representações sociais são construídas a partir das práticas políticas das mulheres? Em que medida isto repercute nas relações de gênero já estabelecidas e nas que se quer construir? Um dos focos desta investigação é perceber a partir das diversas publicações do movimento, como é que se elabora um lugar de mulher nesse projeto sócio-político. E em que medida estes enunciados expressos nas suas linhas políticas, cartilhas, regras, valores, ética, dentre outros, se traduzem como mecanismos normatizadores das práticas de gênero.

Desta forma, os objetivos da dissertação podem ser sistematizados da seguinte maneira:

1. Construir, a partir do método genealógico, uma história das mulheres que dê conta dos desvios, da complexidade desta trajetória exteriorizada na memória e nos discursos desses sujeitos em suas singularidades. Esta história ao contrário de solidificar as identidades aparentes e estáveis, busca explicitar suas dobras, instabilidades e fragilidades e como isso atravessa as experiências do cotidiano no Movimento, pelas lutas políticas, eventos, marchas, ocupações e mobilizações.

2. Analisar de que maneira o discurso do MST sobre as relações de gênero e participação política feminina, se revelam como investimentos de subjetividades e ajudam a compor um lugar de mulher na realidade da prática militante.
3. Tornar visível as diversas formas de participação feminina e como isso tem acarretado mudanças nas suas relações familiares e sociais, a partir do depoimento das mulheres e de como elas vem elaborando suas trajetórias.

Convém destacar que meu objeto de pesquisa é um movimento social, vibrante, atuante e eu estou trabalhando com pessoas vivas, reais, de carne e osso, que possuem sonhos, angústias, medos e ansiedades. Todos estes sentimentos ficaram explícitos nos contatos que fui estabelecendo. Já que o tipo de pesquisa a que me propus favorece uma exposição subjetiva, considero fundamental relatar como foi esse contato em sua dimensão humana. Agregar tais relatos à dissertação faz parte de uma prática de politizar a relação entre pesquisador e objeto de pesquisa, tanto quanto tornar explícito os termos nos quais se desenvolveu essa relação. Por outro lado, há também uma preocupação ética em estar tornando transparente a colaboração recebida, os agenciamentos, os conflitos, as discordâncias, o tipo de envolvimento e o que ficou como fruto desta relação que se estabeleceu. A partir das observações anotadas e o que ficou registrado na memória constituí os subsídios necessários para apresentar ao leitor que os resultados desta pesquisa englobam não um posicionamento individual e distanciado resultante de um olhar imparcial de pesquisadora, mas antes de tudo, ela é a soma de grandes e pequenas colaborações e do desenvolvimento de uma relação dialógica entre seres humanos que no entanto possuem lugares diferenciados.

Considerações sobre a coleta das fontes

A variedade de tipos de documentos utilizados neste trabalho buscou ampliar o entendimento de como se construiu um perfil de mulher nos discursos do Movimento, contrapondo - os com as narrativas de mulheres reais para entender como estes discursos se atualizam nas práticas sociais. Busquei olhar para estes documentos de uma maneira muito particular, aproveitando-os ao máximo, na perspectiva de privilegiar a construção da história dessas mulheres Faz-se necessário explicar a opção por utilizar os nomes verdadeiros das mulheres nesta

pesquisa, por entender que esta escolha manteria-se fiel à perspectiva de dá visibilidade a pessoas reais, com histórias reais, possibilitando às muitas mulheres que me concederam entrevistas se reconhecer neste trabalho, que em grande medida só foi possível graças às suas colaborações. Por outro lado é também uma forma de torná-las protagonistas, restituindo-lhes suas histórias de vida e mostrando como suas trajetória contribuíram para a formação do MST.

A sede da Comissão Pastoral da Terra também foi outra fonte de pesquisa e coleta de documentos muito importante. Neste arquivo encontrei muitas publicações referentes ao MST que a própria secretaria do Movimento não possuía, além de dados sobre os conflitos agrários no estado da Bahia. Uma observação deve ser feita acerca do material encontrado na Comissão Pastoral da Terra. No início da década de 1980 até meados dos anos 1990, existia uma forte articulação entre o nascente Movimento Sem Terra e o trabalho que já vinha sendo desenvolvido pela CPT. Os documentos relativos ao MST encontrados neste arquivo refletem claramente esta relação estreita entre ambas as organizações. No entanto, a partir de meados da década de 1990, estes documentos – cartilhas, panfletos informativos, jornais, publicações diversas - tornaram-se mais escassos. Uma hipótese para isso, refere-se ao fato de que, a existência destes documentos reflete o período em que havia uma estreita relação entre Movimento Sem Terra e CPT, mais tarde, quando este vínculo vai tornando-se cada vez mais frouxo, foi diminuindo a quantidade de documentos arquivados, à medida que ia se dando um afastamento entre as organizações. Um fato curioso é que lá na CPT existiam publicações do MST que não havia nem na secretaria estadual do Movimento aqui em Salvador.

A construção do trabalho de campo, ou seja, a realização das entrevistas e visitas aos assentamentos, se deu através da Secretaria Estadual do MST. Por causa dos meus insistentes contatos fui encaminhada algumas vezes para assentamentos, só assim me foi possível efetuar as dezenas de entrevistas que se constituíram como um material extremamente rico e no qual investi bastante para a produção desta dissertação. A minha busca permanente foi perseguir a trajetória dos sujeitos por entre os discursos. Uma das dificuldades para se contar a história de um movimento social, além da proximidade temporal dos acontecimentos, está na escassez e fragmentação das fontes escritas. Como estou escrevendo sobre fatos muito recentes, precisei lançar mão de todo tipo de registro que fizesse alusão a acontecimentos na história do MST na Bahia. Isso por exemplo me fez ver que as

mulheres nas cartilhas aparecem sob a forma de um tipo ideal, concebido nas estruturas ideológicas do Movimento. No caso dos jornais a maior ênfase na mobilização das mulheres acontece após a realização do I Acampamento de Mulheres Trabalhadoras Rurais em 2001, por isso este evento pode ser considerado como responsável pelo aumento da visibilidade política feminina na organização e na sociedade em geral.

Estive muitas vezes entrevistando[5] as mulheres do MST, fosse na secretaria estadual, nos assentamentos ou eventos, o fato é que todos estes eram lugares autorizados a se falar sobre o tipo de mobilização política que as pessoas sentem por serem do movimento. Felix Guattari fala que "militar é agir[6]", mas no caso dos sujeitos com quem conversei, é ainda muito mais. Para elas viver é militar. E não se trata de qualquer militância, mas uma em específico, em um lugar especial e que é alvo de investimento desejante por parte do MST. Dessa forma é que, situo as entrevistas neste campo permeado por subjetividades produzidas e centralizadas a partir de um 'devir MST'[7].

A marca mais evidente deixada por esta experiência foi o fato de que eu era a outra, a de fora, portanto havia um contato marcado a todo o momento por uma relação de alteridade. Este contexto não deve ser desprezado para o reconhecimento de que muitas das narrativas, registradas pelo meu gravador, estavam permeadas pela idéia de que às vezes existia um certo discurso pronto para ser pronunciado, algo que oscila entre aquilo que se espera que um militante diga, aliado a uma certa noção de que 'tem que fazer bonito para a pesquisadora ver'.

Outro aspecto importante tem a ver com o fato de que a presença do gravador sempre influenciava o tom das entrevistas, algumas vezes chegando a intimidar as mulheres. Mesmo que eu me esforçasse para que aquele ritual fosse o mais informal e livre possível, eu percebia que muitas vezes, face ao gravador, as respostas deviam obedecer a certa norma, que o discurso não podia ser qualquer

---

[5] Estas entrevistas serviram de fontes para a comunicação apresentada: CONCEIÇAO, H. "Se me permitem Falar:" Memória e participação política de mulheres no MST/Ba.In: 5º. Encontro de História Oral do Nordeste;"Memória, Patrimônio e Identidades", 2005, São Luís - Maranhão, Anais... São Luiz: UFM, 2005. P. 88

[6] GUATTARI, Felix. Revolução Molecular: Pulsações políticas do desejo. Ed. Brasiliense, 2ª edição, 1985, p. 12

[7] SILVA, Cristiani Bereta. 2004. "Devir MST" é uma expressão usada por esta autora para se referir aos fluxos e permanentes construções do MST. Este foi o melhor trabalho de história que vi acerca do tema. A abordagem metodológica e teórica usada por esta autora tem contribuído muito para o alargamento das possibilidades de analisar o MST nesta pesquisa.

um e, sobretudo, não se falava sobre todas as coisas. Temas como expulsão de militantes ou de famílias assentadas, sexualidade, infidelidade, uso de drogas, ou outros assuntos que podem ser percebidos como possível brecha para uma crítica ao MST, são considerados tabus e não devem ser registrados em uma entrevista concedida a alguém de fora.

Portanto muitas informações que me auxiliaram no processo de entendimento das configurações do Movimento, eu obtive por entre conversas informais, no convívio com os militantes, nos momentos de festa, de alegrias e até de troca de confidências. Percebi muito claramente que mais valia a minha escuta subjetiva, do que o meu gravador. Mais valia uma noite dormida nos assentamentos do que um dia inteiro na secretaria do MST. Esta aproximação ocorreu com muito respeito, confiança, valorização da experiência compartilhada, solidariedade e disponibilidade de ambas as partes. No que me coube, por exemplo, considero que estive sempre aberta às novas possibilidades de contato e colaboração com o MST e em contrapartida me deparei com a alegria dos reencontros, o acolhimento das mulheres e famílias que me receberam em suas casas, o interesse pelo meu trabalho, a disponibilidade para as conversas nas quais os anseios e as curiosidades diminuíam na medida em que crescia a motivação para a continuidade do trabalho de pesquisa.

A organização dos capítulos

Resta esboçar algumas considerações sobre os capítulos desta dissertação que resultaram da preocupação em resgatar os marcos importantes para as mulheres e não em seguir cronologias já pré-estabelecidas e aceitas como as balizas referenciais através das quais o MST se constitui como movimento social desde a década de 1980.

O Capítulo 1 – **Tecendo as redes: considerações sobre história, gênero e relações de poder** - dedica-se esboçar uma discussão com o fim de estabelecer o campo conceitual no qual este trabalho se insere. Assim buscou apontar como a história das mulheres vem ganhando importância para os estudos desenvolvidos no campo da História Social. Destaca o feminismo como um importante vetor para a visibilidade das mulheres na história ao contribuir com uma

visão de que as relações entre homens e mulheres são culturalmente construídas e nada têm a ver em essência com seus sexos biológicos. Por fim este capítulo pretende levantar uma discussão sobre os dispositivos de verdade e poder que me parecem estratégicos para entender a dinâmica política e as hierarquias do MST.

No capítulo 2, denominado **História de Mulheres – A participação feminina na construção do MST na Bahia**, pretendi mostrar como as histórias das mulheres têm estado marginal ou mesmo não aparece na memória oficial e histórica do MST. Neste capítulo interessa-me construir uma outra versão para a história do Movimento, a partir das memórias femininas e de outros registros que possam nos auxiliar na emergência dos fatos e acontecimentos, das experiências e trajetórias que as mulheres vieram traçando na organização. Assim é que valoriza-se a formação do setor de gênero e a realização dos acampamentos anuais das mulheres do MST.

Como se inventou o gênero no MST? Relações de poder e discursos políticos generificados, é o capítulo 3 no qual procuro analisar como é a construção ideológica do ser mulher neste movimento, segundo dois tipos de fontes: o discurso do MST enunciado em seus documentos que tratam da questão do gênero[8] e os estudos teóricos que vem visibilizando a participação feminina a partir da utilização de conceitos como relações de gênero, análise de discurso e subjetividade.

Neste tentei analisar de que maneira vem se constituindo e se transformando o discurso do MST sobre as relações de gênero e participação política feminina. As questões que pude elaborar vão no sentido de apontar as idéias sobre a posição reservada para as mulheres no MST e em contrapartida analisar quais os lugares que de fato elas vêm ocupando. Qual é o papel que essas mulheres devem ter na organização enquanto participantes do processo de luta de classe e de gênero? A mulher deve ser objeto ou sujeito de sua emancipação no discurso do Movimento? Questões como essas tentaram ser discutidas e pensadas a partir dos

---

[8] Os documentos aqui analisados são: MST. 1997. **A questão das mulheres no MST** – Linhas Políticas. Resolução do II Encontro Nacional das Mulheres do MST, Brasília, 29 a 31 de agosto de 1997; MST. 1997. **Relatório do II Encontro Nacional de Mulheres do MST**. 29 a 30 de outubro de 1997; MST. 1999. **Linhas políticas de gênero no MST***;* MST, 2000. **Mulher Sem Terra**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST; MST, 2003. **Construindo novas relações de gênero: Desafiando relações de poder**. São Paulo: Setor de Gênero; MST, 2004. **Mulheres Sem Terra: Semeando Lutas e novas relações de gênero**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST; MST. **As datas comemorativas: A importância das mobilizações**. Caderno dos Núcleos. Ano 1, No. 4, Fev-Jun/2004; MST, S/data. **A Mulher no MST. As Mulheres na luta pela reforma agrária**. Revista Sem Terra, Mar/Abr 2004;

documentos que o MST elaborou ao longo dos seus 20 anos de formação. É importante notar que este material foi produzido quase que totalmente pela Secretaria Nacional do MST e foi publicado, ou seja, são documentos elaborados por ocasião de eventos nacionais. Dentre esses documentos procedi a escolha de cartilhas utilizadas nos cursos de formação de gênero. O principal objetivo ao analisar estes textos foi o de discutir as práticas discursivas e sua influência na constituição de um "sujeito mulher" e a validade deste modelo no seu contexto político e cultural.

O trabalho com as entrevistas pretendeu costurar o meu objeto empírico dando-lhe uma maior organicidade. O objetivo com a ida aos assentamentos foi perceber aspectos da identidade e subjetividade dos sujeitos que vivem em um território construído a partir de ideais políticos do MST. Nestes espaços pude realizar entrevistas com homens e sobretudo com mulheres, além de poder viver a experiência de estar em um assentamento de reforma agrária. Este contato me permitiu desconstruir estereótipos intoxicantes para perceber na realidade imediata qual o sentido de ser mulher sem terra, em que condições elas vivem e como é de fato o trabalho de base realizado nos assentamentos.

Estas são algumas das questões que pretendo seguir na construção do capítulo 4 intitulado "**Se me permitem falar": memória, experiências e narrativas de mulheres no MST**. Considero este capítulo muito especial pelas condições nas quais ele foi sendo pensado e processado. Em primeiro lugar considero que as fontes orais sejam as mais difíceis de serem trabalhadas, exatamente por que o trabalho com as entrevistas normalmente é mais lento demandando tempo e exigindo uma série de articulações e agenciamentos que muitas vezes escapam à vontade do pesquisador.

Nesta pesquisa, por conta da dificuldade de acesso a alguns documentos escritos que tivessem sido produzidos pelo MST, precisei investir muito no trabalho de coleta de narrativas. Foram com estes depoimentos que pude vislumbrar o quê os militantes pensam sobre o Movimento, além do que, foi esta abordagem que possibilitou a emergência dos sujeitos e seus conflitos na práxis militante. É um material extremamente rico e complexo, que merece um cuidado especial. Por fim entendo que a pesquisa com história oral ajuda no entendimento de aspectos que as fontes escritas, por sua própria natureza, não revelam. Além de que através das entrevistas percebe-se como as narrativas vão se encadeando no tempo

sobre certos eventos do passado e isto nos traz importantes retornos para o tratamento destas fontes, quando têm-se em conta aquilo que escapou ao pesquisador ou até mesmo o que querem dizer certos silêncios, repetições e elipses nas narrativas.

CAPITULO 1

TECENDO AS REDES: CONSIDERAÇÕES SOBRE HISTÓRIA, GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER

"Uma boa árvore é aquela que se lembra da semente que a gerou"

Provérbio Africano

1.1 Porque escrever uma história das mulheres no MST?

O MST tem sido um dos movimentos sociais brasileiros mais estudados desde a sua criação na década de 1980. Desde então diversos tipos de estudos acadêmicos, textos jornalísticos, além de projetos audiovisuais, têm se debruçado sobre inúmeros aspectos de sua origem, formação e organização. Entretanto, poucas pesquisas, sobretudo no estado da Bahia[1], têm se dedicado a estudar um movimento social levando em conta a história de seus atores, muito menos ainda, quando estes sujeitos são do sexo feminino. As mulheres sempre estiveram presentes nas ações do MST, mas sua participação nem sempre possuiu a mesma conotação ou valor histórico-social atribuído à participação masculina.

Neste sentido é que esta dissertação tenta responder à demanda de mostrar a especificidade de se construir uma história no feminino, seguindo as reflexões de autoras como Margareth Rago[2], Cláudia Lima Costa[3], H. B. de

---

[1] O Levantamento Bibliográfico feito para esta dissertação verificou que os trabalhos realizados na Bahia sobre o MST foram: ARAÚJO, Dejacira. **A invisibilidade das mulheres na memória das lutas sociais na América Latina: Protagonismo feminino nestas lutas e nos movimentos sociais do campo brasileiro**. UFJF, Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em estudos Latino Americano. Juiz de Fora: Agosto de 2005, p. 121; ARAÚJO, Jadson J. Cardoso. **Trabalhadores Rurais Sem-Terra: Da Exclusão Social a conquista da terra**. Dissertação de Mestrado, Pós Graduação em Ciências Sociais- UFBA, Salvador, 2001, 134 p.; MARAMBAIA, Hudson P. **A Dinâmica do MST na imprensa: Uma arquitetura de Significados**. Dissertação de Mestrado, UFBA, FFCH, Salvador, 2002; SILVA, Terezinha Gonçalves. **"Homens e mulheres do Terra à Vista": Estudo das relações de Gênero no MST**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Geografia, UFBa, 2003.

[2] RAGO, Margareth. "Epistemologia feminista, Gênero e História." In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam P. (orgs), **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998, pp.: 21-42;
RAGO, Margareth. Adeus ao Feminismo? **Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil**. In: Cadernos AEL, Mulher História e Feminismo, No. ¾, 1995/1996,

[3] LIMA COSTA, Cláudia. "O Feminismo e o Pós modernismo/pós-estruturalismo: (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (com)texto." In: J.M. Pedro & M.D. Grossi (orgs.), **Masculino, feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. das Mulheres, 1998, p.:57-90.

Holanda[4], dentre outras, que procuram pensar alternativas de construção do conhecimento científico a partir de um projeto feminista de ciência e advogam que existe sim uma forma diferenciada de se fazer pesquisa, ou seja, haveria um modo próprio de interrogação feminina, "um ponto de vista específico das mulheres de abordar o passado, uma proposta de releitura da história no feminino."[5]

Considerando esta argumentação é que pontuo a especificidade deste trabalho de pesquisa de agregar ao estudo do MST, um movimento tão permeado de referências à masculinidade, a necessidade da utilização de conceitos que viabilizem pensar a diferença e os princípios de exclusão pelos quais as ciências humanas, em particular a história, deixaram de fora o universo feminino na produção de seus saberes. Assim constatou-se durante a pesquisa bibliográfica que os trabalhos sobre o MST na Bahia, só muito recentemente, vêm tendo a preocupação de revelar aspectos das relações entre homens e mulheres no contexto de suas realidades cotidianas. Apesar de demarcar a necessidade de estudar as várias dimensões e processos sociais que um movimento como este engendra, os estudos normalmente são feitos na perspectiva de valorizar mais as práticas masculinas em relação às femininas e de sobrepor a esfera da atuação pública do MST em detrimento do mundo privado e cotidiano, considerados como de menor importância ou até mesmo mais difíceis de serem apreendidos. Assim buscou-se em outros trabalhos sobre o tema, referências que pudessem contribuir para o aprofundamento de uma reflexão que privilegie as mulheres e o MST. Essa busca resultou exatamente na constatação de que as mulheres e as relações de gênero ainda são temas pouco explorados nas pesquisas acadêmicas sobre o MST na Bahia.

O trabalho de Jadson Araújo, por exemplo, limita-se a contextualizar e descrever como a vida dos indivíduos assentados mudou após a inserção destes no Movimento. Ao investigar sobre o 'antes' e o 'depois', este autor vai descrever as condições de exclusão e pobreza em que viviam estas pessoas, demarcando como sua chegada no MST representou alcançar uma outra condição de vida, muito diferente daquelas que eles tinham antes. Sua pesquisa escolhe como amostra o assentamento *Bela Vista*, situado em Santo Amaro no Recôncavo baiano, mas apesar de ele ter feito um levantamento com todas as famílias do local, a sua

---

[4] HOLLANDA, Heloisa Buarque. "Feminismo em tempos pós-modernos".In: HOLLANDA, H. B. (org.) **Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, pp. 7-19

[5] RAGO, op. cit, 1998, p. 22

pesquisa em nenhum momento questiona se houve também mudanças nas relações familiares e de gênero depois que aquelas famílias vieram para o MST. A metodologia utilizada nesta pesquisa com as famílias buscou mostrar o perfil sócio-econômico dos assentados antes e depois deles entrarem na luta do Movimento.

Hudson Marambaia trata da relação entre o MST e a impressa local, através do jornal *A Tarde*, um dos mais vendidos no estado da Bahia. Sua ênfase é na construção do discurso jornalístico e na imagem que a imprensa faz do MST, ora mostrando-o como um movimento de relevância para a organização das reivindicações dos excluídos sociais, ora demonizando as ações de ocupação de terra, as marchas e as diversas mobilizações que o movimento realizou na Bahia. A questão é que o objeto da dissertação deste autor não é o MST, mas como a imprensa trata em seu discurso esta organização. Por isso é que ele não faz quase nenhuma referência ao Movimento em si e nem busca analisar como este reage às críticas recebidas. Portanto, não se pode esperar que este estudo visibilize os sujeitos na organização, já que ele nem trata do Movimento de uma maneira geral.

Distanciando-se de uma perspectiva andocentrica das ciências humanas existem duas pesquisas que merecem ser notabilizadas entre os estudos sobre o MST, por ambas terem tido a preocupação em valorizar ou destacar a presença feminina. Cito primeiramente o trabalho de mestrado intitulado *Homens e mulheres do Terra à Vista: Um estudo das relações de Gênero no MST* de Terezinha Silva, que já no título trata de mostrar sua preocupação em estudar os papéis de gênero nas relações entre homens e mulheres em um assentamento modelo. O segundo que analisarei adiante é a monografia de Pós – Graduação escrita por Dejacira Araújo, uma das mais antigas e importantes militantes do MST e que escreveu sobre o protagonismo feminino nas lutas sociais da América Latina. No caso do Brasil seu enfoque foi sobre as mulheres do MST, onde ela atua como liderança, educadora e militante.

A pesquisa de Terezinha Silva foi realizada no Assentamento *Terra à Vista*, localizado na cidade de Arataca no sul da Bahia. A escolha por este assentamento justifica-se por ele ser considerado um exemplo de empreendedorismo do Movimento na Bahia. O estudo de caso se deu em torno da experiência dos homens e mulheres na cooperativa e na organização coletiva dos bens e da terra do assentamento. A autora realizou um censo na localidade estudada que resultou em um levantamento dos dados sócio-econômicos dos

assentados (as) naquela área. Duas observações merecem ser feitas a respeito deste trabalho: a primeira é que a autora não faz nenhuma crítica ao tipo de discurso veiculado pelo MST sobre a importância da participação das mulheres na luta de classe, para superar as desigualdades de gênero e atingir o socialismo. O problema em aceitar acriticamente esta construção ideológica é que ela vem alicerçada na velha justificativa de que as desigualdades de gênero persistem por causa das desigualdades de classe e esta situação pode ser combatida através dos processos de 'conscientização política' das bases e/ou das mulheres. Esta argumentação é muito simplista para perceber a gama de multiplicidades envolvendo as construções políticas das mulheres ou mesmo reconhecer que aquilo que se nomeia de 'falta de consciência política' muitas vezes faz parte de outras maneiras de ser e de se constituir enquanto mulher e assentada no MST. Outro aspecto é que o entendimento da autonomia e participação das mulheres no assentamento estudado, fica comprometida por uma noção previamente concebida sobre qual seria a maneira mais adequada de se pensar como as mulheres deveriam se constituir como um ente político na organização.

A outra observação deve ser feita em função da anterior, por que muito embora como já foi dito, Terezinha Silva não faça críticas à utopia do MST, ela constata e diz claramente que ao realizar o estudo no assentamento, percebe-se que a realidade está bem distante daquilo que as publicações e diversas mobilizações do Movimento trazem em seus discursos quando falam da necessidade da construção de uma sociedade mais justa e sobre o fim das desigualdades entre homens e mulheres. Esta constatação está expressa na seguinte passagem:

> O MST, ao longo desses quase vinte anos de existência, vem tentando incorporar a questão da igualdade de gênero como prioridade, dentro da luta geral pelo socialismo. Não obstante, percebe-se que essa discussão não atingiu as bases do movimento. A discussão sobre a igualdade entre mulheres e homens, ainda está restrita aos congressos, encontros e outras mobilizações, onde geralmente estão presentes somente os militantes.[6]

Destaco essa conclusão porque acho que o problema não se limita, como afirmou Terezinha Silva, ao fato de que "A maioria dos assentados e

[6] SILVA, Terezinha Gonçalves. op. cit, p. 154

assentadas não tem consciência política acerca da luta que o MST desenvolve."[7] A princípio deve se perguntar, que tipos de comportamentos ou atitudes podem mensurar o nível de consciência política de um indivíduo? E, por outro lado, como esperar que todos os sujeitos assentados em áreas do Movimento correspondam ao tipo de investimento político que o MST expressa em suas cartilhas? Este tipo de conclusão não reconhece que há outras formas de participação, e 'outras mulheres' no MST, que muitas vezes não possuem o desejo de estar na militância ativa, mas que desejam simplesmente levar suas vidas e constituir seus sonhos, longe daquilo que o MST preconiza como bandeira política.

A monografia de Dejacira Araújo pretende visibilizar a participação das mulheres que segundo a autora sempre estiveram presentes nas lutas políticas e nos movimentos sociais na América Latina, mas raramente têm sua importância notada por causa dos valores da sociedade patriarcal, que impedem que sua participação seja historicamente reconhecida. Ela ressalta também que em suas lutas as mulheres sempre sonharam com uma sociedade mais igualitária sem opressões de classe, raça/etnia ou gênero.

Quando fala do MST ela destaca dois aspectos que eu também vi em minha pesquisa. O primeiro diz respeito ao fato de que em "muitas situações quando as mulheres são citadas em alguns fatos relacionados à luta pela terra, os veículos de comunicação relacionam a sua atuação com uma figura masculina.[8]" Esta forma de vincular as mulheres às figuras masculinas com aparentemente mais destaque é uma constante no MST. Existem duas maneiras de atribuir significados à participação das mulheres. Em algumas ocasiões elas são adjetivadas com símbolos e valores masculinos que umas vezes servem para valorizá-las, como os que associam as mulheres às imagens de guerreira, lutadora, corajosa, valente. Mas há também aqueles adjetivos que demonizam o movimento, tais como aqueles que dizem que seus militantes são violentos, marginais, perigosos, clandestinos, etc. denotando muitas vezes referências ao universo masculino e em algumas situações marcando as mulheres por elas também fazerem parte da organização. O fato é que isto pode estar organizando um certo campo de representações[9], sobre os

---

[7] SILVA. Terezinha Gonçalves, op. cit. 2003, p. 153

[8] ARAÚJO, Dejacira. op. cit, 2005, p. 49

[9] Utilizamos aqui o conceito de R. Chartier, para quem a noção de representação é construída a partir da articulação de três modalidades da relação com o mundo social: I - "O trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída

significados de atuação de homens e mulheres, da forma como são vistos ou valorizados, tanto internamente pelo MST, quanto externamente na relação que este estabelece com a sociedade como um todo.

Outro aspecto levantado por Dejacira Araújo em seu trabalho diz respeito à uma cultura já instalada de desvalorização das atividades tradicionalmente tidas como femininas. Voltarei a este ponto mais adiante quando for falar especificamente das formas de participação da mulher no MST. Tanto em sua monografia como em uma entrevista que a autora me concedeu, ela já havia levantado este questionamento acerca dos padrões ideológicos que desvalorizam as ações femininas, considerando por seu turno, como superiores as tarefas que são atribuídas ao universo masculino.

Importa aqui destacar que os trabalhos citados são uns poucos exemplos daquilo que têm sido escrito sobre o MST. Por outro lado configuram-se como importantes pontos de reflexão sobre como os diferentes olhares acerca do mesmo objeto podem ser produzidos. É importante salientar que os agenciamentos políticos dos autores também são fatores que determinam o entrosamento do pesquisador junto à organização e este aspecto irá influenciar sobremaneira o nível de aprofundamento sobre o tema. No meu caso posso salientar que recebi um bom suporte e estabeleci boas relações com a secretaria do Movimento, de forma que mesmo existindo uma política de “segurança da informação”, com insistência pude ter acesso a diversas pessoas da coordenação e também oportunidade de visitar alguns assentamentos.

O importante é ver que cada uma destas pesquisas aponta para a necessidade de escrever a história do Movimento, mas sobretudo de suas mulheres. O MST preconiza em suas linhas políticas um investimento na ampliação da participação das mulheres, essa pesquisa constatou que isto possui um limite e que esse é um investimento político direcionado. Por isso buscou-se investigar que tipo

---

pelos diferentes grupos." II - "As práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição. "III - "As formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais uns representantes (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível a existência do grupo, da classe ou da comunidade. Portanto para este trabalho importa dizer que as representações são construídas de acordo com os interesses do grupo que as forjam. Daí a necessidade de relacionar o discursos proferido com a posição de quem os utiliza. As percepções do social produzem estratégias e práticas que buscam legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os indivíduos as suas escolhas e condutas. Portanto as representações estão postas em campos de confrontos e competições enunciadas em termos de dominação e poder. CHARTIER, Roger. "Por uma sociologia histórica das práticas culturais." **A história Cultural entre práticas e representações.** Difel, Lisboa, 1988, p. 23

de canal de ascensão política as mulheres possuem no MST, e, ainda mais, como elas ressignificam essa participação e como reproduzem isso discursivamente em suas narrativas.

Entre a militância há um entendimento de que as mulheres trazem grandes contribuições no desenvolvimento das atividades internas de militância, sobretudo no que diz respeito à aqueles setores mais ligados ao universo feminino. Contudo, as mulheres questionam a forma como elas têm aparecido nas estruturas de poder do MST, por não haver plena concordância, pelo menos por parte da direção, quanto a participação das mulheres em todas as instâncias de decisão. este trabalho de pesquisa tentou responder a essas lacunas fazendo emergir as vozes das mulheres[10], para ver em que medida estas militantes estão tendo participação efetiva nas estruturas de poder da organização.

À medida que a pesquisa de campo foi avançando e pude conhecer melhor a realidade estudada, percebi que o MST é um movimento social complexo e multifacetado, que seus integrantes são diferentes e não fazem parte de um bloco homogêneo e único, mas sim plural e diverso. Que, para além das questões de poder inerentes às hierarquias verticalizadas[11], ainda existem as desigualdades horizontais que permeiam as relações entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres e entre homens e homens. Assim, cada sujeito tem uma maneira própria de ser e viver, de responder aos anseios políticos de construção de uma nova sociedade que o MST tenta concretizar em sua prática cotidiana. Dessa forma, este trabalho de pesquisa buscou privilegiar a fala e as histórias de mulheres dentro da organização, tanto lideranças como não lideranças, pois assim entende-se que se pode melhor contribuir para o reconhecimento das variadas formas de participação política feminina ao desconstruir alguns mitos e estereótipos que permeiam as relações entre homens e mulheres na militância.

O MST possui características diversas nas várias regiões do Brasil, assim um aspecto particular deste movimento na Bahia é o forte engajamento das mulheres nas atividades de militância, tanto quanto sua capacidade de inovação de

---

[10] O que eu chamo aqui de "vozes das mulheres", são os relatos colhido junto às integrantes do MST que eu entrevistei e que através de suas falas revelam o MST com outras texturas.

[11] As hierarquias verticalizadas referem-se às instâncias deliberativas do MST, que desde a década de 90 estabeleceu um estrutura organizativa multidimensionada, que permitiu estruturar suas atividades em secretarias, setores, sistema, coletivos e articulação. São as múltiplas dimensões do MST, que faz dele um movimento social amplo e complexo, composto de diversas escalas de representação, que possibilita uma organicidade em nível local, regional, estadual e nacional. FERNANDES, 2000, p. 245-248, *passim*

temas e agregação de valores que até então não haviam sido incorporados ao espaço do movimento social. Um bom exemplo disso é a mobilização para a realização anual, em Salvador, do Acampamento de Mulheres Sem Terra, na semana do oito de março. Este evento será retomado com mais detalhes em outro momento desta dissertação. O que importa frisar é que esta mobilização vem mostrando a capacidade que as mulheres têm para politizar e expor na esfera pública, temas como sexualidade, afetividade, corpo, cuidados de si, desmistificando os argumentos sobre as diferenças sexuais biológicas e permitindo perceber a dimensão simbólica que tais diferenças engendram na vida concreta dos sujeitos nas suas lutas cotidianas. Estas ações vêm não só ampliando o espaço de atuação das mulheres, como também reconfigurando as pautas de reivindicação do movimento social como um todo.

Dar significância à práxis política feminina através do discurso histórico, não é tarefa que se cumpra em apenas algumas páginas de texto. Esta vem se tornando uma questão, inclusive para a revisão de práticas políticas no interior do MST. Por tais argumentos é que, tem-se claro que revelar a atuação feminina se torna também uma boa maneira de indagar como o MST tem empregado o conceito de relações de gênero, que ultimamente vem sendo amplamente veiculado nos discursos e cursos de formação para os militantes do movimento.

A partir destas indagações podemos estabelecer que o tipo de história que se pretende traçar aqui, invocaria as características de uma história efetiva, que não teme "ser um saber perspectivo"[12], assumindo o lugar de onde se olha e sobre o que se observa. Partindo destas considerações para a formação de um discurso histórico, argumento que a opção por privilegiar uma história das mulheres no Movimento Sem Terra dá-se no sentido de apreender ou espreitar aquilo que é tido como não tendo história; ou, parafraseando Foucault, pode-se dizer que reconstruir a história das mulheres significa reencontrar as diferentes cenas onde elas desempenharam papéis distintos, onde elas deixaram-se atuar a partir de seus *modus* de fazer política, fugindo dos marcos cronológicos e das significações meta-históricas que passam ao largo da realidade vivida por essas mulheres.

---

[12] FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 7ª. edição, 1988, p.30

1.2 As possibilidades de uma história no feminino

A historiografia internacional vem desde a década de 1960 passando por uma revisão na abordagem dos temas, métodos e objetos de estudo. A crítica surgida ao tipo de história que se fazia nas décadas anteriores impulsionou uma ampla revisão das possibilidades das narrativas históricas. A História Social passou a fazer uma análise crítica do uso exacerbado das fontes quantitativas e seriais, recolocando a questão dos modelos pré-concebidos das abordagens estruturalistas, braudeliana ou mesmo marxista, como insuficientes para dar conta da diversidade dos acontecimentos humanos.[13] O resultado disto levou "o historiador a privilegiar durações mais curtas, em relação às abordagens econômicas, demográficas ou das mentalidades[14]" questionando assim a supremacia da base econômica e da infraestrutura no estudo do passado. Percebeu-se que estas não eram as únicas vias ou modelos teóricos capazes de dá conta da forma como os grupos sociais eram pensados na história. Vale lembrar que a ênfase nos aspectos culturais, a redução das escalas de análise e o diálogo com a antropologia histórica, permitiu a emergência da história dos movimentos populares, da micro-história, da história das mulheres, dos excluídos e de todos aqueles que até então tinham ficado às margens do discurso histórico.

Não é nosso objetivo fazer um apanhado dos desenvolvimentos historiográficos que se deram a partir da década de 70 do século XX, no entanto, é extremamente necessário situar que a história das mulheres e também dos movimentos sociais despontaram a partir da interlocução da disciplina histórica com outros campos das "ciências do homem", como bem denomina Braudel. Assim a história não pode caminhar sem as contribuições da antropologia simbólica, sobre tudo os trabalhos de P. Bordieu, Clifford Geertz e Michel Foucault.

Além da contribuição de outros autores que não faziam parte propriamente da tradição historiográfica, tivemos os debates estabelecidos depois da década de 1970 entre os movimentos sociais, sobretudo o feminismo, e a academia. Isto resultou tanto na renovação da disciplina quanto dos próprios movimentos

---

[13] CASTRO, Hebe. "História Social". In: CARDOSO, C.F., VAINFAS, R. (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**, Rio de Janeiro: Campos, 1997, pp. 45-59

[14] CASTRO, **op. cit**, p. 49

sociais, através da contestação não só do objeto ao qual se debruçam às análises históricas, mas do próprio sujeito que a produz. É Margareth Rago que nos lembra sobre como o feminismo foi um importante movimento cultural, político, mas também intelectual que formulou a crítica da grande narrativa da história com suas categorias universalizantes, hierárquicas e redutora das diferenças. Ela assim nos diz:

> o feminismo coloca o dedo nesta ferida, mostrando que as mulheres foram e ainda têm sido esquecidas não só em suas reivindicações, em suas lutas, em seus direitos, mas em suas ações. Suprimidas da história, foram alocadas na figura da passividade, do silêncio, da sombra na esfera desvalorizada do privado[15].

Dessa forma, pode-se dizer que a História Cultural, e dentro deste campo a História das Mulheres advoga o reconhecimento de que há outras formas de linguagem, que as representações sociais são produzidas pela cultura e que as bases econômicas e sociais não fundam ou antecedem as relações culturais. Um outro ponto de destaque é o reconhecimento de que há um lugar de enunciação que proporciona significações diversas sobre a realidade social. Surge daí também o desejo de problematizar a história com a construção de narrativas que se prestariam a valorizar mais as diferenças do que as semelhanças.

Quanto aos sujeitos, eles agora se fazem múltiplos, descentrados e desinvestidos do papel imperial de outrora, a ênfase passa a ser nos limites daquilo que eles contestam, desmitificando uma imagem redutora de suas identidades. Advém daí que a categoria gênero encontra um fértil terreno para se proliferar, "já que esta desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais[16]."

Estudar as relações de sexo/gênero na dinâmica do MST, se tornou possível por que na história deixamos para trás as tentativas tão somente de explicar os fatos e passamos a questioná-los. Nesse sentido é que este estudo pretendeu antes de mais nada problematizar esse objeto não só em sua dimensão política, mas naquilo que atinge a vida cotidiana, afetiva, familiar, produtiva, ou seja, as dimensões que as tornam sujeitos no MST. Ao longo desta pesquisa com as mulheres pude detectar que a esfera do político não está dissociada do plano dos sonhos e desejos

---

[15] RAGO, M. Adeus ao Feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**. Mulher História e Feminismo, Campinas: São Paulo, No. ¾, 1995/1996, p. 15

que marcam suas vidas, ou seja, são múltiplas as camadas da vida social que devem ser observadas, onde nada está dado ou pode ser reduzido a um só paradigma, sobretudo quando se trata das trajetórias das mulheres.

A História Cultural é o campo teórico ideal para refletir sobre o MST, "pois esta põe em evidência a necessidade de se pensar o campo das interpretações culturais, a construção dos inúmeros significados sociais (...) as práticas de representação,[17]" que permitem entender as estratégias de constituição de si e a produção de sentidos que ajudam a dar cara e consistência ao Movimento. Os símbolos, a mística, as músicas perfazem um conjunto de rituais e práticas culturais que estão presentes nas atividades do cotidiano, nas reuniões políticas, nos encontros, no lazer, no trabalho, na estética, nos padrões de beleza e consumo e de alguma forma também preescrevendo as relações afetivas e de sexo/gênero.

Portanto, como não há prática sem sujeito, entendi que conhecer o MST implicava ver os integrantes em suas práticas coletivas e especificas de gênero, nas atividades de militância, nas relações políticas, nos conflitos cotidianos, nas mobilização e em tudo que me fosse permitido participar. Ao procurar observá-lo por dentro, busquei apreender nem que fosse por instantes, os sujeitos em suas representações, em outras realidades que estava distante em múltiplos pontos daquilo que aparece nos discursos produzidos pelo Movimento acerca da atuação política desejada para seus militantes.

Este mergulho consubstanciou o meu olhar para entender quais são os nós, os conflitos existentes entre a teoria e a prática das mulheres e como se inventou o gênero no Movimento Sem Terra. Tudo isso me leva a pensar se o gênero faz ou não alguma diferença para a trajetória política? Ou seja, as representações femininas são importantes para o conjunto da organização? E como isso têm adquirido sentido para elas? Por isso busquei ouvir a fala das mulheres para perscrutar as motivações que elas têm para entrar em uma organização como o MST e quais experiências compartilham ou mesmo como vêm mudando suas concepções acerca das relações estabelecidas com o Movimento. Com certeza desde a chegada do MST na Bahia houvera dinâmicas de gênero que foram reeinterpretadas e resignificadas, resta perguntar: através de quais modos e como isto se operou?

---

[16] RAGO, Margaret. "Epistemologia feminista, gênero e história". In: PEDRO, Joana M. e GROSSI, Miriam P. (orgs.), **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora das mulheres, 1998, p.27

[17] RAGO, op. cit, p. 37

1.3 A crítica feminista e as teorias pós-estruturalista

O encontro do feminismo com o pós-estruturalismo, apesar de ser visto como repleto de ambigüidades e contradições, tem sido considerado por muitas autoras como gerador de importantes estratégias teóricas e epistemológicas. Dentre as várias possibilidades a que emerge com maior aceitação é a perspectiva que permitiu o reconhecimento de que o sujeito é construído dentro de sistemas de significados e de relações culturais, nas quais ele está sempre marcado por relações de poder. Em termos de estratégias teóricas e metodológicas, gostaria de apontar para o fornecimento de instrumentos valiosos para desconstruir as categorias de sujeito universal e uma maior sensibilidade para a compreensão dos mecanismos diversos que constituem os diferentes sujeitos no campo social.[18]

Esta vertente da crítica feminista tem atacado na ciência o caráter universalista, ideológico, sexista e racista, a partir do qual emergem categorias hegemônicas de razão, objetividade, do sujeito universal e da história. Tal abordagem contém em si mesmo atos de exclusão e divisão, o que não permitiria expor criticamente o sistema de poder que privilegia certas representações – por exemplo o homem branco, heterossexual e detentor de propriedade – em detrimento de outras. Isto significa que o pensamento feminista situa-se numa abordagem teórica e epistemológica que leve em conta as especificidades, os lugares historicamente construídos e as particularidades que fornecem sentido às questões da mulher, contrariamente a qualquer perspectiva essencialista, ontológica ou universalista.

Margaret Rago, é uma das historiadoras, que tem pensado sobre as implicações da crítica feminista e o efeito da teoria foucaultiana na historiografia brasileira e como vem se utilizando as categorias de sexo/gênero. Ela procura demonstrar que uma das propostas da teoria crítica feminista é a idéia de que o sujeito universal não seja mais tomado como ponto de partida para a análise da trama social, mas sim que este fosse visto dinamicamente atuando em um complexo campo de relações culturais, sociais, sexuais e de poder, o qual, aparece atrelado ou sujeitado às práticas disciplinadoras e aos saberes-poderes instituídos[19]. Desta

[18] LIMA COSTA, 1998, p. 57
[19] RAGO,1998, p. 27

forma é que destacamos que o impacto que o pós-estruturalismo gerou na teoria feminista, pode ser percebido através de um "conjunto de teorias capaz de articular a relação entre experiência, o poder social e a resistência a fim de explicitar como a representação cultural e a forma retórica são constitutivas de nossas vivências[20]."

Outra historiadora, Heloísa Buarque de Holanda, entretanto nos adverte que as teoria pós-estruturalista "investe na idéia de um sujeito difuso e descentrado, muitas vezes nomeado feminino[21]", que contém em si mesmo uma tentativa de reuniversalização de uma subjetividade feminina, que ao seu modo de ver compromete a eficácia discursiva e teórica do feminismo, por assemelhar-se à aquelas categorias essencialistas que a perspectiva crítica tenta superar.

Claúdia Lima e Costa (1998) por sua vez discute as discordâncias entre o feminismo e as teorias pós-modernas/pós-estruturalistas ao abordar algumas das correntes resultantes do encontro entre estas teorias do pensamento crítico social, fazendo uma advertência em relação às ambivalências que o uso dos termos pós-moderno e pós-estruturalista suscita. Para ela o pós-estruturalismo conecta-se com um "conjunto de teorias que enfocam a centralidade da linguagem na construção da relação entre subjetividade, experiência e poder"[22], que possibilitou a crise dos paradigmas do humanismo liberal, das categorias filosóficas abstratas acerca do conhecimento e da relação entre o conhecedor e o conhecido. Sua proposta vai no sentido de engajar ambas as teorias em um diálogo de forma a identificar suas incompatibilidades e suas afinidades, destacando o impacto que o feminismo sofreu com a emergência das teorias pós-estruturalistas.

Os pontos de divergências na verdade se constituem como perspectivas de visões distintas entre as autoras[23] feministas analisadas por ela, que apresentam objeções entre uma articulação irrestrita do projeto feminista libertário e emancipador e o excessivo desconstrutivismo e pluralismo das teorias pós-estruturalistas. A maior divergência entre a crítica feminista e as teorias pós-estruturalistas diz respeito a fragmentação do sujeito e a eliminação da experiência como categoria de análise. Vejamos a interpretação que Lima Costa faz desta polêmica:

---

[20] LIMA COSTA, op. cit, 1998, p. 69
[21] HOLANDA, 1994, p. 10
[22] LIMA COSTA, op. cit, 1998, p. 85
[23] BORDO, 1990, 1992; FLAX, 1990; BELL HOOKS, 1990

> Essa teóricas argumentam que a descentralização pós-estruturalista do sujeito parece atingir uma aura positiva apenas na teoria: na prática e no contexto das lutas cotidianas por sujeitos subalternos pela (re)construção de uma consciência de si mesmo, de um lugar de enunciação e de um espaço de agenciamento, esta posição teórica e metodológica se arrisca a esvaziar o feminismo de sua política afirmativa. Na verdade, para o feminismo, à luz do ensurdecedor "murmúrio da indiferença" foucaultiano, continua sendo importante – parafraseando Huyssen (1990) – descobrir quem está falando.[24]

Complementando este debate, Benhabib,[25] aponta que a desconstrução pós-estruturalista do sujeito, da história e da filosofia, contém em si mesmo o repúdio à subjetividade, aos ideais de autonomia, de reflexividade e de responsabilidade, requisitos para projetos de emancipação feminista. Esta autora defende ainda que para uma tomada de posição mais politicamente orientada é preciso ir além dos jogos de linguagem e metáfora, típicos do pós-estruturalismo, para se incluir outras práticas sociais e processos mais amplos.

Apesar das polêmicas, a epistemologia feminista aproximou-se das correntes pós-modernistas sobretudo as teorias pós estruturalistas de Jacques Derrida e Michel Foucault, voltadas para a crítica da racionalidade burguesa e da pretensa imparcialidade científica. O que estava em jogo era a procura de novos conceitos capazes de dar conta dos temas pertinentes aos sentimentos, subjetividades, família, sexualidade, corpo, moda, ou seja, todo aquele campo de temáticas que até então tinham sido esquecidos pela historiografia ocidental masculina. Tendo muito claro o desenrolar deste processo é que mais uma vez, Margareth Rago vai observar com lucidez que as feministas passaram a olhar para si próprias e neste movimento radicalizar as potencialidades transformadoras "da cultura feminina/ista em contato com o mundo masculino.[26]"

As contribuições de Foucault têm sido inegáveis para o estudo das redes de poder e a produção dos saberes/discursos sobre os sujeitos. Este autor esteve interessado sobretudo em entender a posição central do discurso no estudo das relações de poder e como nenhum outro autor, pensou o poder não apenas como mecanismo de repressão ou produto da estrutura social, mas como produtor de verdades e por isso legitimador de sua própria razão de ser.

---

[24] LIMA COSTA, op. cit, 1998, p. 63
[25] *Apud,* LIMA COSTA, 1998

Para terminar essa discussão, acho que foi Patricia O'brien quem melhor definiu a contribuição de Foucault para a integração da história da cultura, ao afirmar que a obra dos historiadores culturais pós-marxistas pode se acomodar na obra do Foucault, porque seu arcabouço metodológico permite ver como os objetos da cultura ocidental- o sexo, as emoções, a família, as técnicas disciplinares, etc. - são perceptíveis através da ruptura dos discursos.[27]

1.4 Efeitos de poder, verdade e gênero no MST

O confronto com a proliferação de discursos sobre a mulher e sua participação no Movimento Sem Terra, nos desafiou a pensar sobre quais efeitos de poder se têm produzido sobre a atuação feminina e qual sua relação com os códigos de gênero e dispositivos de verdade hegemônicos. Essa reflexão nos parece primordial para entender a lógica de funcionamento dos códigos de verdade e normas de conduta que o Movimento tem colocado para seus militantes. De que forma seria possível então, analisar os discursos sobre as mulheres no MST, a partir de uma história política da construção destas verdades? O que este emaranhado discursivo pode nos mostrar sobre a atuação das mulheres?

Michel Foucault[28] nos autoriza a entender como se organizam as relações de poder, hierarquias e jogos discursivos nos investimentos que o MST faz na produção do sujeito militante. Nas publicações do Movimento e até em pesquisas acadêmicas, uma das coisas que me intrigava bastante era o fato de haver sempre certo consenso a respeito da invisibilidade e sobre a necessidade das mulheres participarem mais do MST.

Esta idéia estava pautada no fato de que para a sociedade como um todo, era sempre os homens que apareciam quando iam falar na esfera pública e, portanto, eram eles quem mais veiculavam uma imagem externa das atividades de militância. Ainda hoje é hegemônica a associação do Movimento aos símbolos que evocam masculinidade, e a uma série de idéias correlatas ao mundo masculino,

---

[26] RAGO, op. cit, 1995/1996, p. 37

[27] O'BRIEN, Patrícia. "A História da Cultura de Michel Foucault." IN: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2ª. edição, 2001, p. 58

[28] As obras que trarão contribuições para este trabalho são: FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 4ª. edição, 1982; FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II*: O Uso dos Prazeres***. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1990; FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**, 7ª. edição, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988, p. 8

como a noção de que o MST é um movimento marginal, violento, clandestino, que passa uma certa dureza e necessidade de coragem para enfrentar os desafios da luta. No entanto ao longo dessa pesquisa fui questionando se eram as mulheres que não participavam como deveriam ou se o próprio MST que não reconhecia como legitima a participação. Por que percebi por entre os discursos do MST a reiterada constituição de um "não-lugar" para as mulheres, apontando constantemente uma insuficiente participação, mostrando-as como estando em "falta" com a organização, para que o discurso da "maior necessidade de participação" tivesse um território político onde atuar. Ou seja, as mulheres não estavam sendo esquecidas como se pensa, mas sim constantemente lembradas, não exatamente pelo papel que elas desempenhavam, mas exatamente por aquilo que o MST desejava que elas se tornassem. Ao contrário do que se proclama como sendo uma ausência, pode ser entendido como uma proliferação de dizeres que está a serviço de instituir práticas discursivas no Movimento, que dê conta de a todo o momento evocar uma participação feminina já previamente delimitada.

Desde a década de 1980 nas primeiras publicações do MST há uma proliferação de discursos sobre as mulheres, que irá permanecer ao longo dos anos subseqüentes. Estas formulações expressas em seus documentos, vão ao longo dos anos 90 sedimentando a institucionalização da "questão da mulher no MST". A construção do setor de gênero e dos vários encontros nacionais e regionais de mulheres está a serviço não só de fortalecer a luta da mulher do campo, mas também de inscrever uma certa maneira das mulheres atuarem na organização, de conduzir um *ethos* militante e muitas vezes produzir níveis diferenciados de inserção entre homens e mulheres na hierarquia do Movimento.

A permanente formulação discursiva para acusar uma possível "falta de visibilidade ou de participação", gerava um efeito direto na instituição de um conjunto de linhas e práticas políticas a serem seguidas, formulações que podem ser lidas como códigos normativos e disciplinares acerca da atuação política feminina que se deseja no MST. Assim, quanto mais se falar sobre a mulher e acusar sua insuficiente participação, mais se (re)produz uma normatização acerca da construção de uma conduta desejada. Esse código de regulamentação, essa malha fina, essa teia de poder, não possui somente efeitos negativos de repressão ou subordinação. Segundo Foucault o poder também tem efeito positivo, ele produz verdades, saberes, códigos, incita a outros territórios. Falar é criar um discurso sobre

algo que não 'existe' é fazê-lo ser, é controlar e direcionar, é criar mecanismos para evitar os desvios.

Para Foucault o poder pode ser considerado "como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir"[29] Essa rede de poder invisível, subliminar sobre as mulheres, visa o exercício deste poder e incorre também em uma normatização das relações de gênero. O fato é que o MST tratou de garantir uma circulação e conseqüente acumulação discursiva sobre a mulher, o que na prática militante gerou regimes de verdades. Quais os entrelaçamentos dos efeitos de poder e de saber na prática política dessas mulheres? Como notabilizar esses sujeitos, a partir de suas constituições históricas?

Os instrumentos de controle e dispositivos[30] de produção de verdades são essenciais neste jogo. As relações de poder não podem se dissociar de uma economia dos discursos de verdade que funcionam dentro e a partir de uma dupla exigência. Por um lado as mulheres são submetidas no MST por um conjunto de regras e normas de atuação, muitas vezes expressos sob a forma de demandas do Movimento, mas por outro elas só existem enquanto sujeitos, por que há um discurso produtor de verdades que as tornam passíveis de se exercer politicamente lhes reservando um certo território de atuação. No entanto, como extrair uma implicação deste mecanismo, se não podemos desconsiderar o fato de que, as próprias mulheres militantes se reconhecem neste registro discursivo, e em grande medida se constituíram historicamente a partir dessa ordem de coisas? Esse aqui é o desafio. Sobre a complexa constituição dos sujeitos em suas tramas históricas, mais uma vez recorreremos a Foucault:

> Chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente em relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história[31].

---

[29] FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**, 7ª. edição, Rio de Janeiro: ed. Graal, 1988, p. 8

[30] Foucault atesta que através do termo dispositivo ele tenta demarcar "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos." FOUCAULT, op. cit, 1988, p. 244

[31] FOUCAULT, 1988, op. cit p. 7

Aqui deve-se registrar que uma das principais questões para Foucault era entender por quais vias e através de quais modos os seres humanos tornavam-se sujeito em nossa cultura, ou seja, como se processa os mecanismos de "sujeição" dos indivíduos em seus contextos específicos. Por isso para apreender por quais diferentes maneiras as mulheres se tornam militantes do MST, tomamos como ponto de passagem não a busca das origens que necessariamente implicariam em causas, mas a idéia de sucessivos começos, que acompanham as suas trajetórias.[32]

As relações entre homens e mulheres é um dos principais campos de ressignificação das relações de poder. Por isso nesse trabalho, como já foi dito, pretendo alcançar a construção de uma história escrita sob uma perspectiva de gênero, que significa mais uma vez pensar as mulheres inscritas em experiências históricas distintas, compondo grupos com suas próprias especificidades, com saberes e práticas políticas que as distinguem da práxis masculina. Tal abordagem implica incorporar o gênero como categoria analítica das relações de poder vivido entre os sexos, enfatizando a diversidade identitária de ambos.

O uso da categoria gênero como instrumental metodológico foi definido de forma mais completa por Scott. Esta autora busca no pensamento foucaultiano o embasamento para suas formulações acerca das relações de gênero. Este foi um dos motivos que me levou a escolhe-la, dentre tantas estudiosas feministas que tratam das relações de gênero. Sua formulação anuncia que o gênero é formado pela inter-relação de duas proposições: "O Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder." [33]

A outra parte da sua definição implica quatro elementos relacionados entre si: 1- Os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas, muitas vezes contraditórias, sobre a mulher; 2- Conceitos normativos que manifestam as interpretações dos signos e símbolos. Tais conceitos são expressos nas doutrinas científicas, religiosas, jurídicas, etc; 3- As instituições e organizações sociais, portanto a família, o mercado de trabalho, a educação, o sistema político,

---

[32] O'BRIEN, Patricia. "A história da Cultura de Michel Foucault" IN: HUNT, L. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2ª. edição, 2001, p.p 33-62

[33] SCOTT, J. Gênero: **Uma categoria útil para Análise histórica**. SOS Corpo: Recife, PE, 1992 p. 14

todos os níveis da vida social estão organizados de maneira generificada; 4- A identidade subjetiva do gênero, que o historiador deve examinar dentro de contextos históricos de organizações sociais e representações culturais[34].

Portanto gênero e poder com suas significações estão inexoravelmente relacionados na trama social, constróem-se reciprocamente, pois tanto as oposições binárias, quanto os processos sociais das relações de gênero fazem parte do sentido do poder. Sob esta perspectiva, busquei construir uma história que reivindicasse a análise das formas como o gênero prescreve essas relações de poder, restringindo ou ampliando a participação política das mulheres no MST.

O estudo dos sistemas culturais e das representações cotidianas, através das relações de gênero, incorpora um leque maior de possibilidades de análises, mostrando-se em perfeita sintonia com as novas problemáticas que emergiram na historiografia brasileira contemporânea, ao desnaturalizar as identidades sexuais e postular os aspectos relacionais da experiência social entre homens e mulheres.[35]

A articulação de mulheres com objetivo de discutir as questões femininas, no interior destes movimentos, é uma situação vivenciada pelo MST, que se expressa nas tentativas das militantes de se organizarem em coletivos de mulheres para demarcar as suas representações seja em relação a elas próprias, no que concerne à construção de sua identidade, ou mesmo em espaços de liderança na estrutura da organização, no que se refere às suas formas de fazer política. Soma-se a isto a necessidade de compreender os mecanismos de controle decorrentes das práticas masculinas e femininas no exercício diferenciado do poder, uma vez que tais práticas restringem a emergência ampla das falas e reivindicações das mulheres no interior do movimento social.

---

[34] SCOTT, op. cit 1992, p. 16
[35] MATOS, 1998

CAPITULO 2

HISTÓRIA DE MULHERES: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA CONSTRUÇÃO DO MST NA BAHIA

"Do rio que tudo arrasa, se diz que é violento.
Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem."
Um pouco de Brecht nunca é demais.
Mas me pergunto - que margens oprimem essas mulheres?
A miséria, a falta de chão e teto? A falta de poder? Os homens do MST? A ARACRUZ?
As margens são tantas... que o rio entra em redemoinho - para onde vamos?
SOMOS MÁS, PODEMOS SER PIORES!!!!
complementando Brecht!...
(Fernanda Carneiro)

A primeira página do *Jornal Sem Terra*[36] por ocasião da comemoração dos 10 anos da formação do MST no Rio Grande do Sul trazia a seguinte convocação:

> 07 de setembro deste ano não será como os demais. É que há 10 anos atrás, no amanhecer deste dia, 110 famílias de agricultores iniciaram a luta por uma vida melhor. Elas ocuparam a Fazenda Macalli, iniciando assim a luta pela terra sob o controle dos próprios agricultores. De lá pra cá a luta continuou firme e muitas coisas novas surgiram por causa da organização. Vamos nos preparar para recordar e celebrar esta luta através destes encontros. Vamos participar das comemorações nos dias 7, 8 e 9 de setembro. Precisamos conhecer a nossa história para a luta avançar.

Esta ocupação tornou-se no discurso do MST o seu marco de fundação, atestando uma possível origem que deve ser celebrada e recordada, repetida e feita circular em vários documentos, para que não se deixe apagar da memória esta referência. Assim lembrar, contar e celebrar têm sido fundamental para a construção da história do Movimento Sem Terra. Por que a cada vez que se

celebra essa história, retoma-se um certo espírito de comunhão em relação àquele passado e àquelas origens que não podem se perder no esquecimento. Por isso é que para o MST é preciso "conhecer a nossa história para a luta avançar." No entanto será que podemos nos perguntar, mas que história o MST quer construir e lembrar? Cristiani Bereta da Silva já havia levantado de forma excelente esta questão. Em seu livro sobre o MST ela nos desafia a perceber como o Movimento faz um uso do passado para legitimar suas ações e nessa empreitada está sempre em busca de uma possível "origem", que se desloca de acordo com uma certa produção de sentidos. Assim para esta autora:

> O MST não nasceu MST, uma obviedade ainda pouco explorada. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi e continua sendo produzido, constituído de diferentes formas a partir de olhares e lugares também distintos nos últimos 20 anos.[37]

Esta perspectiva de interpretação da história do MST nos permite ter uma postura crítica em relação à construção discursiva que o Movimento fez e continua fazendo com relação a sua história, que já foi 'registrada' por inúmeros autores e pesquisadores interessados não somente em resgatar sua gênese, formação e territorialização[38], como também entender as diversas dimensões das experiências políticas, educativas, de gênero, culturais e subjetivas, daqueles que compõe a organização. Dessa forma é que localizo a trajetória do MST na Bahia como apenas uma parte desta história e que certamente não está desvinculada de outros acontecimentos ocorridos em vários lugares desse imenso Brasil. A questão aqui não é remontar às origens do Movimento na Bahia, mas sim procurar e anunciar que existiram outros começos do MST, outras histórias ainda não contadas sobre seus protagonistas, suas lutas, caminhos e conquistas e que foram deixadas de lado ou mesmo não foram vistas como importantes ao ponto de merecerem serem registradas. Certamente a preocupação está em traduzir a história do MST na voz de seus atores (as), como os sujeitos se revelam, quais suas implicações no movimento e como eles ressignificam isso em suas vidas. Quanto a periodização, é muito comum nos estudos sobre o MST uma abordagem histórica que é marcada

---

[36] Jornal Sem Terra, 7-9 de setembro de 1989. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra.
[37] SILVA, Cristiani Bereta da. 2003, op. cit p. 24
[38] Bernardo FERNANDES em seu livro **A Formação do MST no Brasil**, 2000, usa esta terminologia referente às diversas fases da organização do MST como movimento social. Apesar de sua formação de geógrafo este

por períodos de 5 e 5 anos de acordo com os seus Congressos Nacionais, aqui não seguiremos esta esquematização, porque pretendeu-se nesta pesquisa fazer emergir os marcos temporais a partir do que fosse mais significativo nas narrativas das mulheres. Seguindo-as de perto, através de uma perspectiva que privilegia mais suas lembranças subjetivas e a forma em como elas dão significação aos fatos vividos ao longo de sua trajetória no MST, tentou-se erguer esta história a partir destes outros pontos de vista. Esta história cheia de marcos cronológicos exteriores às mulheres já foi escrita, mas e as dobras, os outros marcos, onde se escondem? Como rescrever a história deste movimento a partir destes outros registros?

Este capítulo tenta construir outra história possível acerca da organização e articulação dos militantes do MST, privilegiando as ações do início do Movimento no extremo sul da Bahia. Uma das principais preocupações dessa pesquisa foi contar uma versão da história do MST que incorporasse as narrativas das mulheres. Para isso a seleção das fontes obedeceu à necessidade de fazer emergir um discurso histórico que contemplasse não somente estas narrativas, mas também, a maneira como as mulheres ressignificavam sua participação na formação do Movimento Sem Terra na Bahia.

Um dos problemas para a escrita desta história seria a dispersão e fragmentação das fontes e documentos que registraram esse período, por isso não temos a pretensão de fazer uma história total, que abarque todos os aspectos e fatos do passado. Para além disso, nossa intenção é enfatizar o protagonismo destas mulheres, tendo em conta suas memórias acerca dessa participação. Certamente a memória dos sem terra são fontes privilegiadas para conhecermos a história do Movimento, assim como para percebermos outras dimensões subjetivas, afetiva, simbólica que não podemos acessar somente através dos registros escritos. As falas normalmente são carregadas de sentidos, de impressões que nos chegam somente no momento em que realizamos as entrevistas. Por isso elas foram fontes importantes para esta pesquisa, possivelmente se configurando como registros únicos, irrepetíveis e, dessa forma, marcados por suas singularidades. Pelo menos foi este o caminho que a todo momento permitiu, às mulheres do MST, revelar a dimensão do humano e do vivido, dos sofrimentos e das conquistas, do valor e da beleza que cada sujeito possui nessa história.

---

autor realizou uma pesquisa acerca dos aspectos históricos fundamentais que em sua visão contribuíram para a origem e formação do MST no Brasil.

Dessa forma pergunta-se: Onde estavam as mulheres enquanto o MST se consolidava no estado da Bahia? Ou melhor, vamos reformular: Por que as mulheres não estão presentes nas histórias oficiais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra? Por que e até quando elas serão silenciadas? É contra esse pacto do silêncio que esta história no feminino se insurge!

2.1 O início do MST na Bahia

Na memória dos militantes existem vários começos para o MST na Bahia. Para Joelson F. de Oliveira, por exemplo, militante antigo, o MST "no Estado da Bahia ele começou em 86, tinha um Movimento, mas era um movimento só de contato, mas começa mesmo no final de 86 que desembocou na ocupação de 7 de setembro de 1987. [39]." Irailton outro militante antigo aponta que "o MST aqui no Estado da Bahia, ele começa, na prática, a surgir com, no final de 1984, né.[40]" O marco para ele é o congresso de Curitiba que aconteceu em janeiro de 1985. Dona Lio, uma militante que também estava desde o início, diz que foi o trabalho do sindicato que trouxe o MST para a Bahia. Assim não há um consenso em torno de qual seria o evento que marca os começos do Movimento no estado, no entanto, todos sabem ou pelo menos apontam como marco mais significativo a ocupação da fazenda da Vale do Rio Doce, chamada de 'Projeto 4045'. No entanto esse evento constituído como aquele que inaugura o início do MST, aparece mais no relato dos sem terra, como sendo o desfecho de um processo que já havia sido iniciado desde os tempos do sindicato de Teixeira de Freitas. Há pois na memória de muitos militantes uma legítima continuidade entre a atuação do sindicato e o Movimento Sem Terra.

O 1° Congresso de 1985 teve o papel de formalizar a existência de um Movimento que é o fruto da organização dos trabalhadores do campo em articulação com a Igreja e os sindicatos rurais. Em meados da decáda de 1980 o MST já existia em 12 estados brasileiros e começava a se expandir para o Nordeste[41], tendo sido oficialmente reconhecido pelo recente governo de José Sarney. O Brasil vivia um clima de intensa mobilização política, proporcionado pela

---

[39] Joelson Ferreira de Oliveira, Membro da Coordenação Nacional, entrevista concedida a Bernardo Mançano, em 13 de julho de 1997, Arquivo MST

[40] Irailton Gonçalves de Souza, Direção Estadual, entrevista concedida a Bernardo Mançano 14/07/1997

reabertura democrática. Os sindicatos estavam ressurgindo da imobilidade e as entidades da Igreja Católica que prestavam assessoria aos movimentos de trabalhadores – CPT, CEB's, Caritas, CNBB- vinham desde o fim da década de 1970 atuando na cena política nacional e em meados da década de 1980 já estavam mapeando e construindo uma rede de contatos políticos com várias entidades. Assim não foi por acaso que alguns militantes do MST que vieram para a Bahia entre 1985 e 1987, já estavam em contato com dirigentes do sindicato de trabalhadores rurais de Teixeira de Freitas, extremo sul do estado, região que historicamente abrigava diversos conflitos entre fazendeiros e posseiros e já contava com uma atuação dos trabalhadores rurais desde 1981. A presença da Igreja era sem dúvida uma marca na atuação dos sindicatos antes da consolidação do MST à frente da luta dos sem terra. Há também uma idéia recorrente nos depoimentos dos militantes mais antigos de que, de fato, o MST é o herdeiro histórico legítimo, fruto daquele trabalho que no passado era realizado pelas mãos da Igreja e sindicatos mas que ganhou novo fôlego!

> (...) a igreja apoiou, deu muito apoio para que os meninos fizessem esse trabalho de base com o sindicato para organizar esses trabalhadores. E eles começaram foi uma luta. Deu frutos porque foi esse trabalho do sindicato que trouxe o Movimento Sem Terra. Então na época eles se organizaram e começou a luta (...)[42]

Desde o início da sua organização o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra já vem esboçando uma preocupação com as questões relativas à participação política das mulheres na luta pela reforma agrária. No decorrer destes 20 anos, temos visto a consolidação das organizações internas de mulheres, com o objetivo de ampliar sua contribuição na luta em todos os setores do Movimento, sobretudo aqueles ligados às suas reivindicações por mais direitos, espaços e justiça social. No documento final do 1° Congresso Nacional, em janeiro de 1985, o MST publicou as diretrizes através das quais se dava a participação e articulação das trabalhadoras rurais em nível nacional. Em 15 tópicos já podemos ver uma

---

[41] MST. Agenda do ano de 1988.
[42] D. Lio, separada, 3 filhas, assentamento 4045, 19/06/2005

matriz das resolução políticas que vão ser sustentadas basicamente em todas as outras linhas políticas que serão formuladas pelo MST em relação às mulheres.[43]

Os documentos indicam que nesse momento o MST ainda estava muito atrelado às organizações sindicais e à CPT, entidade da igreja católica que atuava no campo. E por causa destas influências o tom das reivindicações das mulheres neste momento é ainda suave, quase que pedindo permissão aos líderes do movimento para que elas atuassem. E no geral, suas decisões, veja-se bem, ainda não são reivindicações, limitam-se a formar grupos por municípios e atuar mais nos sindicatos. A decisão de número 10 informa que deve-se: "Liberar mulheres para fazer trabalhos de base na assessoria e na CPT[44]", mas cabe a quem executar esta liberação? Isto significa que as mulheres trabalhadoras rurais talvez estivessem subordinadas à direção dos sindicatos ou à coordenação do Movimento? É importante não perder de vista que o MST da década de 1980 não absorvia as questões específicas das mulheres. Entendia-se que elas deveriam debater tais questões nos partidos políticos ou nos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, que também passava por uma fase de reorganização e possuía relações como MST. Mas essa transferência do debate político das mulheres, do MST para outras organizações, gerava problemas para as próprias reivindicações delas. Isso porquê de acordo com o documento do próprio MST:

> Muitas mulheres sem terra foram para esses movimentos e para o partido, mas o debate que faziam lá não alterava a realidade delas por que o MST não aceitava implementar as propostas trazidas de discussões feitas fora da organização[45].

O extremo sul da Bahia do início da década de 1980, têm sido lembrado como uma região e período dominada pela intensa grilarem e violência contra os trabalhadores rurais, posseiros e meeiros. Antes do MST chegar a Teixeira de Freitas, quem fazia a articulação política era a Igreja Católica através de ações desenvolvidas pelas pastorais do município. A situação começou a mudar, de acordo com Ademar Bogo, quando se deu a criação da Diocese de Teixeira de Freitas e para esta foi nomeado um bispo conservador que não apoiava uma ação mais

---

[43] MST. Documento Final do 1° Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Curitiba: Paraná, 1985, Arquivo da CPT.
[44] MST. Decisões das Mulheres Trabalhadoras rurais. In: Documento Final do 1° Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Curitiba:Paraná, 1985, Arquivo da CPT
[45] A Participação das mulheres no MST nos 20 anos do MST. S/data. Arquivo MST

combativa das pastorais junto aos trabalhadores rurais. Com a indicação deste Bispo os agentes da pastoral foram deslocados e em seus lugares passaram a atuar um grupo de freiras também ligadas à Igreja. Esta situação ia cada vez mais inibindo a atuação dos sindicalistas da região. Ele ainda nos conta que:

> Em novembro de 1985 houve eleição para prefeito, então mudou a situação também do município e da região, porque esse município é um dos maiores que tem na região. Então a força da burguesia, a direita, passaram a se articular através desse município, antes se articulavam através de Alcobaça, Itamarajú, que são municípios menores, então se concentrou o poder da burguesia nesse município e houve de certa forma uma ofensiva violenta, não só contra as lutas no campo, mas também com os Movimentos da cidade, então começou uma repressão bastante forte.[46]

Lembrando-se dessa época de tantas incertezas, D. Lio que é da cidade de Teixeira de Freitas, nos falou sobre como era a movimentação política dos trabalhadores:

> E aí faziam as reuniões e naquela época, tinham muitos fazendeiros e maltratavam muito os trabalhadores rurais. Os trabalhadores rurais eram muito massacrados demais, então eles trabalhavam e quando era na época de eles saírem, eles não queriam pagar os tempos dos trabalhadores e ás vezes até os próprios dias de serviço que os trabalhadores trabalhavam, ás vezes final de semana eles não queriam acertar direito com os trabalhadores. Aí houve essa necessidade dos meninos, que foi o Adalberto, que a gente chama o Betão e o Minelvino, irmão dele que hoje ele mora no Mato Grosso do Sul mas não faz mais parte de nenhuma organização mais. E começou esse sindicato de trabalhadores rurais em Teixeira de Freitas.[47]

D. Lio era uma dessas mulheres que participava do trabalho no sindicato, ela conhecera Adalberto Pacheco, famoso sindicalista da região de apelido Betão, que até hoje realiza trabalho de base nas regionais do MST. Nesta época ele a convidara para participar das reuniões do Sindicato e através deste contato eles não só passaram a atuar juntos como também se casaram e tiveram 3 filhas. D. Lio relata que já naquela época haviam mulheres que participavam das reuniões do sindicato e mais tarde passaram a militar no Movimento. Segundo ela, o

---

[46] Ademar Bogo, Direção Nacional do MST e Direção Estadual do MST/BA, Teixeira de Freitas/BA, entrevista concedida a Bernardo M. Fernandes, em 12/07/97. Arquivo MST

[47] D. Lio, 19/06/2005

sindicato de Teixeira de Freitas, foi importante por que já vinha realizando um trabalho de base na região e colaborando com a resistência dos posseiros nos conflitos de terra contra os latifundiários.

Em setembro de 1982, Betão foi participar em Goiânia de um encontro de trabalhadores rurais e agentes de pastorais que vinham realizando atividades de resistência em seus estados. Neste encontro foi possível uma troca de experiência e uma melhor organização da luta que despontava em vários lugares do Brasil. Deste encontro Betão voltou para a Bahia com a tarefa de encaminhar as propostas políticas definidas em Goiânia e organizar os trabalhadores na sua região. O Objetivo era preparar o terreno para a articulação nacional que se reuniria entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984 na cidade de Cascavel-PR no I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, evento que contou com a presença de 92 pessoas entre trabalhadores rurais, sindicalistas, agentes de pastoral e assessores. Nesta ocasião, D. Lio que já estava envolvida com o sindicato de Teixeira de Freitas, ficou em casa por que ainda estava de resguardo do parto de sua primeira filha.

> Foi em 1984, eu sei que foi um encontro grande em Goiânia que ele foi participar. Aí ele foi convidado para participar do 1° Congresso do MST em 1984 lá no Paraná. Quando ele foi eu fiquei 15 dias de resguardo da minha primeira filha. De lá eles queriam levar ele para Belém, lá no Pará. Ele disse, não posso eu deixei minha mulher de resguardo, chegar lá o resguardo dela já acabou e eu não posso ir pro Pará. Eu sei que ele ficou vários dias, parece que foi 10 dias que ele ficou no encontro lá. E quando ele chegou eu já tinha recuperado já. E aí, daí prá cá, a gente começou participando dos encontros, fazendo as reuniões e começou fazendo o trabalho de base, depois o companheiro Bogo veio pra ajudar ele.[48]

A vinda de Ademar Bogo para o extremo sul da Bahia, deslocado de Santa Catarina, foi uma estratégia para começar a organização do MST no estado. Este fato tem a ver também com a presença de uma delegação da Bahia no I Congresso de MST realizado entre os dias de 29 a 31 de janeiro de 1985 em Curitiba. Dentre as definições deste congresso, destaca-se a eleição de uma coordenação nacional que faria a articulação do Movimento em todo o Brasil. Nesse momento Betão passou a fazer parte junto com companheiros de outros estados da coordenação nacional. Ademar Bogo chega então em outubro de 1985 à cidade de

---

[48] D. Lio, 19/06/2005

Teixeira de Freitas, e juntamente com outros trabalhadores representantes dos municípios de Itanhém, Teixeira de Freitas, Alcobaça, Itamarajú, Eunápolis e Caravelas criam uma secretaria para o Movimento Sem Terra, que até então funcionava na sede da Diocese de Teixeira de Freitas. Existiam outros militantes que vieram para o estado da Bahia naquele período. Um outro nome muito conhecido e dos mais lembrados pela militância é o de Jaime Amorim. Ele foi a pessoa responsável por implantar uma metodologia de organização para as ocupações de terra, tanto é que a primeira ocupação só aconteceu depois em que ele chegou aqui na Bahia em maio de 1987. Chegando em Teixeira de Freitas ele foi para Itamarajú, e essa cidade passou a ser chamada de "a capital do MST na Bahia", segundo nos conta os militantes, pois lá o terreno era mais fértil para fazer uma organização de massa e dar uma forma ao MST, que naquela época ainda não existia.

De 1985 até 1987 o Movimento realizava um trabalho de base com as comunidades rurais da região que incluíam reuniões para discutir a questão da reforma agrária, levantamento das áreas que poderiam ser ocupadas e sobretudo encontros de preparação das famílias para uma possível ocupação que só ocorreria em setembro de 1987. Esse método se mostrou eficiente por que aumentou a credibilidade da coordenação do MST junto às famílias que passaram a comparecer em peso a essas assembléias e dessa forma as reuniões passaram a ser um momento de troca de experiência e vivência política para aqueles trabalhadores.

2.2 Lembranças de Ocupações

Na noite do dia 6 para o dia 7 de setembro de 1987, 600 famílias se reuniram na cidade de Alcobaça e partiram para realizar aquela que seria a primeira ocupação do Movimento Sem Terra na Bahia. A coordenação do Movimento já havia localizado a área que seria ocupada, tratava-se de uma terra que já havia sido liberada para se tornar área de reforma agrária. Esta terra pertencia à companhia Vale do Rio Doce e era conhecida com o nome de Projeto 4045. Dona Lio, descreve que, naquela ocasião, estava muito aflita com a ocupação que iria se realizar, pois não sabia exatamente como seria a reação das autoridades em relação a essa ação. Ela contou que gostaria muito de ter ido, presenciado uma conquista que ela também ajudou a construir, mas infelizmente foi impedida por seu marido, que

considerava a situação um tanto quanto arriscada. Ela se lembra com pesar daquela noite:

> E aí o Betão veio *(foi para a ocupação)* mas eu fiquei né, eu queria vir: *não mas você não pode ir moça*, eu disse: "deixa eu ir", eu queria participar da primeira ocupação, né, mas não deu certo pra mim vir, e eu fiquei com aquela angústia enquanto ele não aparecia. Mas Deus ajudou que foi tudo bem.[49]

Nessa mesma ocasião o prefeito Wilson Brito, de Alcobaça, também levou em torno de 300 famílias para ocupar esta terra e este fato foi fundamental pois demarcou uma divisão política que existe até hoje no assentamento. De um lado estava o MST e do outro as famílias comandadas pelo prefeito. Sabe-se que a coordenação tentou algumas negociações com esse outro grupo político mas não foram bem sucedida.

Existiam divergências consideradas inconciliáveis entre o tipo de organização das famílias que ocuparam aquela terra através do agenciamento do prefeito e o MST. A princípio tais divergências diziam respeito à forma como iriam dividir os lotes, pois o grupo de Wilson Brito, logo após a ocupação, resolveu dividir a terra e estabeleceu-se que não haveriam áreas coletivas para o cultivo, configurando os lotes como individuais. Enquanto o pessoal do MST preferiu esperar que o INCRA fizesse a demarcação das terras.

A terra pertencente à área do 4045 é formada por uma imensa floresta de eucalipto, cultura que tem tomado quase toda a região e segundo os moradores se estende até o estado do Espírito Santo. Quando se entra na área do assentamento, vemos pequenas propriedades individuais, até chegarmos de fato aos lotes do assentamento 4045 que é definido como território do MST. Lá a disposição das casas já denunciam a existência de um outro arranjo político. As residências são próximas umas das outras, tem posto médico, escola, sede e as roças ficam terra à dentro. Logo na entrada do assentamento se vê um monumento, hoje em estado de abandono em homenagem ao MST, e os vestígios de um assentamento que já foi muito forte politicamente, mas hoje, com a saída de vários moradores antigos, remanescentes da primeira ocupação, o que se vê é a ausência de referência àqueles símbolos que fortaleciam a unidade política do assentamento em torno do Movimento Sem Terra. Estas questões são inclusive percebidas pelos

---

[49] D. Lio, op. cit, 19/06/2004

moradores antigos, que se queixam, dizendo-se abandonados pelo 'pessoal do Movimento'. Apesar disto a ocupação do 4045 instaurou uma nova forma de organização do MST na Bahia, que iria a partir de então se constituir como uma marca essencial na atuação e expansão do Movimento no estado.

Nos meses consecutivos à essa primeira ocupação do 4045, os coordenadores dos sem terra passaram a realizar diversas reuniões com as famílias interessadas em realizar novas ocupações de terra. As notícias se espalhavam rápido e assim corria o boato de que tinha um grupo de pessoas ligadas ao sindicato que estaria fazendo reuniões para distribuir terras ao pessoal da região. D. Maria Soares era uma dessas pessoas que através de uma vizinha ficou sabendo desses encontros. Ela na época era lavadeira e quando soube da reunião tratou de dar um jeito de ir verificar do que se tratava. Assim ela, como tantas outras mulheres que passaram a integrar o trabalho de base do Movimento, foram em busca de seus sonhos, acreditando que podiam encontrar naquilo que ainda não tinha definição, mas já era chamado de 'movimento dos sem terra', uma outra possibilidade de ser e existir. Ela nos falou sobre aquela época em uma entrevista:

> Aí eu fui pra lá, cheguei lá a primeira pessoa que eu encontrei de cara foi Pedro dos Anjos e Jaime Amorim. Eu falei:
> --- Ouvi falar que por aqui tem umas reunião pra a gente ganhar terra?
> Aí Jaime com aquela sacanagem dele disse:
> *--- Tem sim. Quem é você? De onde é você?*
> E aí olhou pra mim, já cismado.
> Aí eu disse:
> --- Eu sou da Itabela, mas eu não tenho nada, só tenho mesmo um barraquinho lá que eu moro e estou caçando um pedaço de terra.
> Aí ele falou:
> *--- Então a senhora fica aí, que eu vou entrar lá dentro.*
> Aí entrou lá dentro e chamou as outras turmas. Adelar, Bogo, Toinzinho... e saiu fora, e falou:
> *--- Ó, essa mulher que tá ali, ó, ela disse que veio pra a reunião e que quer terra, (ela é) da Itabela.*
> E não tinha quase ninguém de fora. Aí participei da reunião o dia todo e quando foi de tarde eles já me deram uma tarefa pra mim cumprir na Itabela, aí não deu outro bicho, só dava eu na Itabela (Risos).[50]

D. Maria Soares é uma referência importante na organização, pois ela tem sido sempre lembrada como uma mulher forte e que tinha uma enorme capacidade de liderança e mobilização das famílias. Sua atuação era no "trabalho de

base", justamente ajudando a trazer pessoas para as reuniões que visavam a conscientização e preparação para as ocupações de terra, mesmo sendo uma mulher pouco estudada: "eu nunca tive leitura né, (...). Até hoje eu não me troco por essas pessoas que tem boa leitura.[51]" Sua capacidade de retórica e de motivar as pessoas fez com que ela se tornasse uma das militantes mais famosas e respeitadas na região.

Até hoje sua história no MST é lembrada como um exemplo de militância a ser seguido. Outras lideranças sempre se referem a lendária atuação de D. Maria Soares, como uma mulher que deixou uma forte marca na maneira da militância desenvolver o trabalho de base com as famílias. Um dos aspectos mais exaltados pelas outras mulheres do MST em relação D. Maria, era sua capacidade de contagiar e mobilizar o povo para a necessidade das ocupações como uma forma de fazer a reforma agrária. Apesar da sua idade, na época ela deveria está com 42 anos, era quem mais juntava gente para encher os caminhões que levavam as famílias para as ocupações.

> A companheira Maria Soares, que foi a militante que ajudou no processo de organização do trabalho de base, né, mãe de família, assentada hoje no Riacho das Ostras, o 2° assentamento do estado do Movimento Sem Terra, e ela já se destacou por levar o maior número de famílias pra terra, o trabalho de base dela né, foi um dos trabalhos assim que a gente via a capacidade dela de liderança, de mobilização e de convencimento das pessoas pro projeto de reforma agrária. Então ela teve assim uma participação muito grande nesse processo...[52]

A questão é que os tempos mudaram, e aquele modelo de atuação que antes funcionava para as lideranças quando iam realizar o trabalho na "frente de massa"[53], hoje em dia, parece não corresponder mais aos objetivos e práticas do Movimento. Um aspecto que deve ser notado diz respeito à faixa etária dos militantes, que pelos relatos pudemos inferir serem pessoas mais velhas, com

---

[50] D. Maria Soares, viúva, assentamento Riacho da Ostra, Prado, 21/06/2005

[51] D. Maria Soares, op. Cit, 21/06/2005

[52] Djacira Araújo, casada, 3 filhos, direção política da regional Recôncavo, entrevista em 24/10/2004, na cidade de Santo Amaro - Bahia

[53] A frente de massa é conhecido como o setor do MST que realiza o trabalho de base junto às famílias de trabalhadores rurais que ainda não conhecem o trabalho do Movimento. É considerado um setor fundamental pelo fato de que como o MST se constitui como um Movimento de massa, é importante arregimentar o maior número possível de pessoas e famílias para as ocupações. Assim no início do MST na Bahia era fundamental um bom trabalho de base para garantir a ida das famílias para a ações e também para criar um clima de segurança e confiança das pessoas em relação aos líderes do MST.

experiência de trabalhos nos sindicatos e mesmo nas pastorais, que já haviam constituído famílias, possuíam filhos, e outras responsabilidades junto às suas famílias como era o caso das mulheres.

As gerações que foram se incorporando posteriormente à estrutura de militância do Movimento, foi basicamente formada por jovens das comunidades rurais nas quais o MST realizava os trabalhos de conscientização e que por ainda não terem constituído família, nem filhos, possuíam mais disponibilidade para o investimento político e educativo do MST. Assim algumas mulheres nos contam que entraram muito jovens para a organização e que quando lá chegaram encontraram mulheres 'mais velhas' na ativa, se comparadas com sua pouca idade. Lucinha por exemplo começou suas atividades de militância ainda aos 14 anos, Rosa Oliveira outra militante do Setor de Gênero entrou para o MST aos 18 anos. O que se percebe é que a partir da década de 1990, começa a se formar uma outra geração de militantes notadamente mais jovens que aqueles que iniciaram o trabalho de base no extremo sul da Bahia. Isso possivelmente vai contribuir para o deslocamento de pessoas entre as regionais, ou mesmo, para a saída de militantes de seus estados de origem para estudarem em cursos de formação política nas escolas do Movimento ou em cursos de nível superior em universidades parceiras do MST. A grande maioria das mulheres entrevistadas afirmou ter cursado pedagogia em turmas especiais formadas pelo movimento e que adotam a pedagogia da alternância[54], uma metodologia específica da educação no campo e adaptada em alguns níveis, de acordo com as necessidades ideológicas e didáticas do Movimento.

É notório que no começo o Movimento ainda estivesse experimentando várias estratégias de atuação, até amadurecer um tipo de método e abordagem das famílias que pudesse tornar suas metas políticas alcançáveis. Dessa forma é que vai se tornando cada vez mais importante realizar um trabalho de massa, arregimentando tantas famílias quantas fossem possíveis para realizar as ocupações. E era isso que D. Maria Soares conseguia fazer muitas vezes melhor do que ninguém. Além do mais, ao que parece, precisava-se de muita coragem para ser uma sem terra militante. Por que eles eram muito visados pela polícia por conta de

[54] A pedagogia da alternância é uma proposta de educação mais voltada para a realidade e contextos da realidade social rural. Ela visa trabalhar com metodologias e conteúdos adequados para as necessidades dos alunos provenientes das zonas rurais, diferenciando-se de outras propostas didáticas que não contemplam as realidades específicas desse grupo social. http://www.itsbrasil.org.br/pages/15/Pedagogia_da_Alternancia.pdf

suas movimentações políticas, além do que naquela época, o MST encontrava forte resistência junto à sociedade por causa das sucessivas ocupações de terra, resultando assim em conflitos políticos, ideológicos e legais.

A lógica do conflito era um dos elementos que dava motivação para as ações do MST e tornou-se um outro fator, a ser considerado por sua vez, como o centro das críticas da igreja em relação à prática política do Movimento, pois a linha de trabalho das pastorais não concebia ações que pudessem resultar ou mesmo prolongar conflitos e situações de violência envolvendo os trabalhadores. Por outro lado, na memória dos militantes, aquelas circunstâncias eram absolutamente inevitáveis e aqueles riscos faziam parte da construção de um sonho maior e coletivo que deveria ultrapassar os medos individuais.

> E aí ali foi onde eu busquei as minhas primeiras experiências de participar a noite, de conflito, de confusão, de reunião e mais reunião, então eu vivi, comecei a viver realmente e foi aí onde eu exerci o papel de uma militante. Participando, discutindo, debatendo, defendendo as famílias, e a proposta da organização. (...)
> Que você tem que ter estratégia, tem que ter traços, habilidades na hora de agitar de atacar, mas também tem que ter a habilidade de tá dizendo não, não podemos fazer isso. Então isso é muito forte, principalmente para nós mulheres, quando nós se sente assim na frente, quando nós, é assim uma responsabilidade de mãe, de mulher, de mãe mesmo. Como nós trabalhamos no coletivo, nunca é você sozinho, sempre é um coletivo, por mais que parta uma definição de alguém, mas é o coletivo que aprova, é o coletivo que define e vai lá e erra junto, mas também acerta junto, quando tem de acertar[55].

Percebe-se, dessa forma nas narrativas, que há a necessidade de lembrar das situações de conflitos eventualmente vividos pelos sem terra. Durante as entrevistas a memória do conflito aparece de modo privilegiado, por que se valoriza muito a idéia de vitória sobre os inimigos de classe, opondo em um campo de combate simbólico, mas muitas vezes concreto, uma idéia maniqueísta de luta de classe, na qual aparecem os sem terra de um lado e os latifundiários, de outro. A necessidade de colocar o conflito como ponto central para a dinâmica do Movimento, tem a ver com a propagação de valores vinculados à lógica do combate, da resistência, do sofrimento, da terra prometida, da esperança, etc. Esses enunciados, assim como os valores, foram produzidos e reproduzidos entre os militantes, que

não podem contar suas histórias no Movimento sem dizer ou fazer alusão às ocupações, lutas, marchas e outras situações que envolveram conflitos e resistências.

Alguns meses depois da ocupação das terras de Alcobaça - Projeto 4045 - houve a ocupação da Fazendo Riacho das Ostras no município do Prado. Muito embora não tivesse havido despejo nesta fazenda, houve um conflito significativo entre os sem terra e os funcionários de uma madeireira que retiravam troncos da mata local.

Esta história não possui registros, a não ser uma pequena nota que saiu no *Jornal da Bahia* em 15/10/1988 e na memória dos sem terras que fizeram aquela ocupação, como foi o caso de D. Maria Soares. O jornal noticiava que um grupo de posseiros (provavelmente os sem terra) estavam reclamando que a empresa que explorava aquelas terras havia "apreendido" um lote de madeira que eles iriam vender para ajudar a manter o grupo que estava acampado. É importante ressaltar que naquele período, assim como hoje, era difícil manter as famílias por muito tempo acampadas. Além da precária infra-estrutura dos acampamentos, há outros aspectos desfavoráveis tais como: escassez de água e comida, doenças, falta de remédios, etc. Ainda mais se formos ter em conta um período no qual o MST não estava estruturado e não haviam outros assentamentos que pudessem contribuir com o que fosse necessário. Por outro lado, o estado não ajudava com a distribuição de cestas básicas e a saída emergencial era fazer intensas reivindicações no INCRA para agilizar os processos de desapropriação das terras, além de estruturar trabalhos em roças coletivas para garantir alguma alimentação em médio prazo.

Na época em que participou de sua primeira ocupação, na Fazenda Bela Vista em Itamarajú, ocorrida em 12 de março de 1988, Lucinha com 14 anos tinha ido com o seu pai meio por acaso, por que ele precisava de alguém que cuidasse do barraco enquanto os homens estavam trabalhando na roça ou nas cidades próximas. Assim no acampamento, além de tomar conta do barraco, lavar e cozinhar, ela começou a ajudar na animação para a realização das assembléias e nas comissões de negociação. Foi a partir disto que aquela nova situação passou a ganhar sentido para uma menina com ainda 14 anos de idade. Assim ela recorda que:

---

[55] Averilza Bispo, casada, 3 filhos, Assentamento 1° de Abril, em 09/03/2005

> Foi um choque já no início quando nós já saímos de madrugada do bairro lá onde a gente morava, um monte de caminhões saíram, mas a gente no fundo achava, eu principalmente achava que era só nós lá de Eunapólis, quando nós chegamos de madrugada e foi amanhecendo o dia no acampamento, e todo mundo fazendo fogo, fazendo café, eu me dei conta que tinha muita gente que não era só do município de Eunapólis, era de diversos outros municípios, nós lá nossa caravana lá tinha umas duzentas famílias, lá de Eunapólis, mas quando nós nos demos conta tinha mais de mil pessoas no acampamento de diversos outros municípios com o mesmo interesse em comum, que era conseguir aquela terra, aí foi o primeiro choque assim da realidade, que nós nos deparamos;[56]

Segundo pude apurar os militantes têm consciência de que uma ocupação tem que ser bastante dinâmica e contar com um certo nível de organização caso contrário não dá certo e as pessoas acabam desistindo. Logo no dia seguinte que iniciou a ocupação a coordenação já organizou um ônibus para levar uma comissão de negociação a Salvador. Assim Lucinha e seu irmão mais velho foram participar desta atividade. E segundo seu relato, foi em Salvador onde ela começou a se integrar mais com as atividades que a coordenação do Movimento promovia. Naquele momento ela já ia pouco a pouco se envolvendo e sentindo-se parte da organização. Foi durante a estadia da comissão de negociação em Salvador que ocorreu o primeiro despejo dos trabalhadores que estavam acampados na Fazenda Bela Vista. Retornando para Itamarajú a comissão ficou sabendo que a maioria das famílias foram remanejadas para os seus municípios de origem, mas que tinham algumas famílias que estavam ainda alojadas no Seminário dos Freis Capuchinhos[57]. O Seminário se constituía como um importante ponto de apoio e agregador de forças para os sem terra, já que o espaço que eles cediam foi muitas vezes usado para reunir as famílias depois das ações de despejos. O *Jornal Sem Terra*, por ocasião do V encontro do MST, publica algumas declarações de Frei

[56]Lúcia Barbosa, casada, 1 filho, direção nacional, 19/06/2002 na cidade de Itaberaba-Ba

[57] Havia na cidade de Itamarajú um seminário pertencente a ordem dos capuchinhos. Este seminário deu muito apoio à luta dos sem terra naquele período, principalmente Frei Francisco Scarpellino, conhecido como Frei Chico, e Frei Dilson. Ambos tornaram-se uma forte referência na região por que apoiavam e se envolviam nas ações realizadas pelo MST. Principalmente Frei Dilson se tornou uma liderança com grande projeção política tendo inclusive sido eleito em 1994 a deputado estadual, em 1996 elegeu-se prefeito de Itamarajú. No ano de 2000 concorreu a reeleição mas perdeu, em 2002 tentou novamente ser eleito deputado estadual e novamente não conseguiu, no entanto em 2004 concorreu a prefeitura de Itamarajú está cumprindo o mandato, no entanto, hoje ele não mais possui o apoio do MST. Cheguei a procurá-lo para que ele me concedesse uma entrevista sobre sua participação no Movimento, mas ele se recusou. No entanto Frei Chico me recebeu para uma entrevista e ainda me cedeu cópias de documentos do seu arquivo pessoal, que tratavam das lutas desenvolvidas pela igreja e pelo MST. Hoje em dia ambos não fazem mais parte da ordem religiosa.

Chico sobre a função que o seminário desempenhava junto aos vários movimentos de sem terra e outros posseiros, muito antes até da chegada do MST na região:

> Seminário funcionava como refúgio daqueles que fugiam dos pistoleiros em 85. Tivemos até 50 famílias acampados. Depois ocupávamos o Incra, negociávamos. Quando chegou o MST, se instalou no Seminário. Em março passado, teve um despejo, então foram abrigadas 400 famílias lá – ficaram 4 meses.[58]

Com a ação do despejo, a questão chegou até ao Governador da Bahia, na época Waldir Pires, pois a Fazenda Bela Vista era considerada pelo MST como terra improdutiva, devendo então ser convertida em área de assentamento para reforma agrária. Diante do impasse o MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário) passou a intermediar a negociação entre o Movimento e a UDR. A questão é que Eraldo Machado Lemos, que se dizia proprietário da fazenda, pediu reintegração de posse, no que foi atendido pela Primeira Vara Cível do município, resultando daí o despejo das 1.500 pessoas que estavam acampadas no local. Todo esse clima de tensão resultou em uma intensa mobilização de ambas as entidades envolvidas na questão, de um lado o MST e pessoas ligadas ao sindicato e à igreja e do outro os representantes da UDR local, que estavam se articulando em função das constantes ocupações de terra que passaram a acontecer na região.

Uma parte das famílias remanescentes da ocupação da fazenda Bela Vista ficaram acampadas na BR –101 e além daquelas que voltaram para seus municípios de origem, ainda houve um grupo que ficou acampado no seminário dos padres capuchinhos, reunindo forças e acolhendo outras que chegavam dispostas a reocuparem as terras. Esta ocupação foi bastante noticiada pelo *Jornal A Tarde*, e pode-se dizer que esta foi a ação que deu projeção em âmbito estadual ao MST, pois já aparece na imprensa o nome de alguns membros da coordenação e o mais importante, o MST já aparece como um movimento totalmente responsável pela ocupação. O discurso da imprensa identifica claramente essa ocupação como uma ação coordenada e pensada por um grupo e não como fruto de ações espontâneas de posseiros ou trabalhadores rurais querendo terra. Em 18 de março de 1988 o *Jornal A Tarde* publica uma matéria com o seguinte título: “Fazenda invadida em Itamarajú desocupada por meios pacíficos”, no entanto na primeira linha da matéria nós lemos que:

---

[58] Jornal Sem Terra, 5° Encontro do MST. S/data, Arquivo pessoal Francisco Scarpellino.

> Em clima bastante tenso, mas sem registro de incidentes graves, começou, ontem, a retirada das 1.500 famílias que invadiram, na última sexta-feira, a fazenda Bela Vista, situada a 28 quilômetros da cidade de Itamarajú. A operação, que começou com a remoção de mulheres e crianças, algumas doentes e desnutridas pela precariedade das condições locais de abrigo, será completada hoje, por um contigente do 13° BPM.

Nota-se que toda a linguagem usada pela impressa pretende mostrar o perigo que as invasões de terra representavam. Mesmo trazendo no título a idéia de que o despejo foi pacífico, vemos que a primeira frase da matéria a contradiz. Por outro lado, vai tornar-se comum a referência às mulheres e às crianças como sendo as principais vítimas ou as mais atingidas pelas péssimas condições dos acampamentos, já que elas sempre irão aparecer como vítimas frágeis e vulneráveis, enquanto há todo um discurso acusador dos líderes do Movimento. Já no fim da matéria vemos mais uma tentativa de criminalizar o movimento, dizendo que os líderes estavam foragidos, tais como criminosos:

> A UDR não se fez presente no momento da operação, por que os invasores, vindos até de Rondônia, fizeram esta exigência para sair pacificamente. Segundo Eraldo Lemos (*proprietário da fazenda*) os líderes do movimento estão foragidos, à exceção do padre Francisco Scarpellino, causando muita revolta entre os invasores, que acusaram a cúpula do movimento de os ter incitado, assegurando que as terras eram abandonadas. Alguns até desacataram com palavras o governador Waldir Pires, que, segundo eles, 'mais uma vez usou da força para retirá-los de terras invadidas'.[59]

2.2.1 Resistência e conflito: o papel social das mulheres

As questões envolvendo a resistência dos trabalhadores às tentativas de despejos são muito delicadas, por que envolvem pontos de vista diferenciados. Se para a imprensa ou para as forças de repressão as mulheres se constituem como as maiores vítimas nas situações de ocupação, para o MST ou pelo menos para algumas pessoas de suas lideranças, a questão pode aparecer sob um outro enfoque. Por que as situações envolvendo conflitos entre sem terras e pistoleiros ou a polícia, sempre fizeram parte da vida dos movimentos de trabalhadores rurais, mas mesmo assim constituem-se como fonte de preocupação e

[59] Jornal A Tarde, 18/03/1988, Arquivo Pessoal de Francisco Scarpellino.

apreensão por parte das lideranças que estão coordenando a ação. É como se, se estabelecesse não só um campo de combate real, mas também no nível simbólico. Assim cada experiência de despejo acaba servindo como lição para que, as lideranças, repensem as táticas de resistência. Nesse sentido é que Jaime Amorim aponta que a lógica do MST é mostrar para a sociedade que o Movimento é formado por famílias, por gente de bem e que estão ali para defenderem algo legítimo.

A presença das mulheres pode ser vista como uma estratégia de sensibilização para influenciar na intenção da polícia de fazer uso da violência. Esta não é a única forma dos sem terras tentarem se defender, pois além da tática de colocar as crianças e as mulheres na frente, há uma retaguarda de homens, a priori dispostos a reagir, o que pressupõe que esta disposição tem um efeito simbólico importante. É como se o próprio Movimento hierarquizasse a função social de crianças, mulheres e homens a fim de constituir um território de resistência favorável as suas concepções de luta. Temos assim o seguinte depoimento de Jaime Amorim:

> Nós começamos a trabalhar com a idéia de que tínhamos que fazer a resistência de massa resistir contra a polícia, além disso tinha também pistoleiros, então nós tínhamos que trabalhar as duas coisas, então com a massa...essa idéia, né, que fomos criando de que...apesar de que o pessoal mais feminista não goste muito, de utilizar, e aí a gente acabou estudando mais um pouco essa questão mais militar, utilizar todo o potencial de luta, de guerra que a gente tem e aí as crianças se tornam num potencial, as mulheres se tornam num potencial, então nós fazíamos e temos ainda hoje, né, os pelotões para tentar enfrentar a polícia, na frente vai o pelotão das crianças, que é uma idéia assim de criar um impacto, de sensibilizar os policiais, né, aquela idéia... é porque eles vem todos marchando, com a autorização de pisar por cima e de repente eles vêm aquele monte de crianças, depois vem as mães, né, e aí começa a esfriar os militares numa hora dessas, né, e o objetivo principal era isso, né, criar um impacto entre a decisão dos policiais de despejar e a decisão nossa de ficar, mostrar que de fato...quem estava lá não era nenhum bandido e que eram trabalhadores que tinham um objetivo e ao mesmo tempo então tinha o pelotão das crianças, depois as mães com as crianças no colo, chorando e tal, pedindo e depois então vinha a juventude e aí então nós criamos um esquema de defesa importante, porque a juventude vinha com tubos de gasolina e de spray, né, jogando gasolina nos policiais e atrás, nós chegamos a aplicar isso no Espírito Santo, na Bahia e atrás então tinha um outro grupo com tochas de fogo, então criamos a tal de resistência de massa dentro do Movimento

> Sem Terra e que logo depois foi difundido nesse Brasil afora...[60]

Lucinha parece expressar uma opinião bem parecida com esta narrativa, no que concerne ao impacto que a presença de mulheres causa diante da polícia nas ações de despejo. Uma questão que considero importante ser frisada é a observação que Lucinha faz a respeito de que os conflitos existentes na época das lutas do posseiros eram muito maiores, já que as estatísticas mostram que os altos índices de violência no campo[61] atingiam sobremaneira os trabalhadores que pouco podiam resistir às investidas da polícia e dos pistoleiros pagos por donos de terra que comandavam os processos de grilagem. Mas por outro viés podemos pensar que por ser o Movimento Sem Terra uma organização de massa, por já ter essa característica, ficava mais patente o poder dos trabalhadores de resistir e constranger algum tipo de ação violenta por parte da polícia nas situações de despejo. Mesmo assim nem sempre isso foi determinante para evitar certos conflitos, como o que houve nas ocupações da Fazenda Sapucaeira no município do Prado ou na Fazenda Fibrasa, em Itamarajú.

> E o papel da mulher também na questão da mulher e das crianças, um papel importantíssimo que é interessante destacar, no momento da repressão, do despejo, que tipo a polícia vem, aí tem o despejo, então a mulher e as crianças, a juventude é determinante no processo de resistência do acampamento. Que é o que a gente sempre diz, que se matava muito mais no período da luta dos posseiros, porque tinha só homem né, então homem já é um negócio que já..., a polícia chega na área e vê só homem então o negócio não é pra conversar, pra negociar, é pra tirar mesmo pra bater, vem homem com ferramenta, esse negócio todo. E se a polícia chega vê mulheres, crianças, então é uma outra imagem, um outro clima, que permite negociação, que permite uma outra relação, que não se tem, não se tinha na luta dos posseiros. Então o papel da mulher é determinante no período do acampamento.[62]

Como vimos anteriormente, as lideranças entrevistadas foram categóricas em reconhecer o papel das mulheres e de sua participação nos momentos de enfrentamento e conflitos gerados nas ações de despejos.

---

[60] Jaime Amorim, op. cit

[61] O Jornal A Tarde de 29 de agosto de 1988 registra que a Bahia no ano de 1987 ocupa o 2° lugar em mortes causadas por conflitos de terra, em 1985 foram 261 trabalhadores, em 1986 foram 298, e em 1987 228 no Brasil. Só na Bahia em 1985 foram 12 trabalhadores rurais, em 1986 foram 16 mortos e em 1987 18 vítimas.

[62] Lúcia Barbosa, casada, 1 filho, direção nacional, 19/06/2002 na cidade de Itaberaba-Ba

Particularmente nessa situação onde o uso da violência e da força policial repressiva se faz muito intenso, a presença das mulheres e crianças é importantíssimo para o sucesso de uma ação pacífica ou mesmo para a negociação.

Nesse sentido podemos ainda positivar as concepções de resistência do MST sobre a atuação das mulheres, se entendermos as situações de conflito como duas faces de uma mesma moeda. Por um lado o conflito pode funcionar como um fator de inibição, ocasionando traumas e medos nas mulheres, vistas como sujeitos mais vulneráveis, definidas a partir de qualidades sociais e papéis sexuais historicamente demarcados. Nestas às mulheres é atribuído valores de fragilidade, medo, insegurança e necessidade de proteção. Entretanto, ainda podemos considerar, que nos momentos de conflitos há uma redefinição de papéis de gênero, devido à mudança no cotidiano das famílias. Assim as mulheres se reconhecem e são reconhecidas como portadoras de habilidades, que até então não era possível perceber na sua rotina diária. Portanto os momentos de enfrentamento, de certo modo, propiciam a emergência de novos campos de atuação para homens e mulheres, isto os redefine enquanto sujeitos políticos. As lideranças entrevistadas relataram terem vivido experiências de despejos muito violentos. Uma dela inclusive afirmou ter sido presa e torturada juntamente com outros sete companheiros, pelo capitão da polícia que comandava a operação de despejo:

> Entretanto em 93 houve um grande acampamento, uma grande ocupação em Itamarajú, essa ocupação ela... nós conseguimos, foi na época a ocupação mais massiva que nós fizemos no estado, duas mil pessoas e nós ocupamos um grande latifúndio que é a fazenda Fibrasa em Itamarajú, . (...) Ela foi uma das ocupações que teve assim um dos desfechos mais violentos, então lá aconteceu um despejo, , muito violento, inclusive com a prisão de pessoas que apoiavam o movimento, os padres, , na época nós tínhamos também os padres capuchinhos, a igreja que tinha uma participação interessante, na construção do movimento na região e aí a gente terminou sendo preso, mais de oito pessoas e também torturados dentro da própria área durante o despejo.[63]

Por outro lado não se deve perder de vista uma outra questão em relação aos despejos que é o fato de que as famílias podem ficar amedrontadas ou desestimuladas para irem em outras ocupações. Depois do despejo da fazenda Bela

[63] Djacira Araújo, op. cit 18/08/2002

Vista, em março de 1988, algumas famílias sem terra ficaram no acampamento do seminário enquanto se dava a reorganização da situação. A própria Lucinha que neste momento já estava desenvolvendo atividades junto aos sem terra passou a colaborar com o trabalho de base para reorganizar-los para outra ação. É ela quem nos fala como, depois de alguns despejos que sofreram, seu pai passou a ver a situação de uma outra maneira, pois eles já tinham sido despejados da fazenda Bela Vista em Itamarajú, e mesmo depois disso seu pai participou de uma outra ocupação na área chamada Bralanda, em Porto Seguro, no entanto eles haviam sido despejados novamente, por isso passou então a repensar as circunstâncias para decidir se ia ou não voltar para a ocupação.

> Ainda fomos pra praça, aí nesse despejo é que eu comecei a me despertar mais, aí nesse despejo, meu pai já tinha perdido tudo, as coisas que ele tinha levado pro acampamento. O primeiro da Bela Vista, perdeu um monte de coisa: espingarda, rede, fogão, tudo que tinha levado tinha perdido e nesse segundo da Bralanda que não deixaram tempo pra tirar todas as coisas que a gente tinha nos barracos, acabaram botando fogo no acampamento, então a gente perdeu muita coisa que nós tínhamos levado pra ocupação e aí meu pai ficou indignado com aquilo, por que tinha perdido muita coisa, tinha perdido as espingardas dele, que ele sempre foi caçador e gostava muito, aí disse que não ia voltar mais pro acampamento porque tinha perdido as coisas tudo.[64]

Enquanto durava o impasse entre a Executiva do Movimento Sem Terra e a UDR em relação à desapropriação da Fazenda Bela Vista, que deveria tornar-se área de reforma agrária, o MST não parava de mobilizar os trabalhadores para dar continuidade às ocupações em outras fazendas e assim ia aumentando a sua visibilidade na região. Em fevereiro de 1989 começou a preparação para a ocupação da fazenda Sapucaeira, que pertencia a Jaime Mascarenhas, deputado do PMDB, e que ficava localizada no município do Prado, passando a se chamar de 1° de Abril quando finalmente esta área virou assentamento. D. Maria Soares nos conta que a polícia descobriu que iria haver uma movimentação mais intensa por parte dos sem terra e para conter ou mesmo tentar evitar que eles realizassem a ocupação, os policiais bloquearam as estradas que davam acesso à Prado. Sem saber do bloqueio que a polícia havia montado, ela saiu de Itabela em direção à cidade de Itamarajú para levar as famílias que já estavam reunidas e aguardavam a hora de ir

---

[64] Lúcia Barbosa, op. cit., 19/06/2002

realizar a ação na fazenda Sapucaeira. Antes de chegar em Itamarajú, ela havia telefonado para os outros companheiros do Movimento, mas como o telefone deles já estava grampeado pelo polícia, e eles tinham descoberto isso, a orientação foi que ninguém atendesse ao telefone, com medo de vazar alguma informação. Com isso foi enviado uma pessoa de Itamarajú para Itabela afim de avisar a D. Maria Soares que não fosse com pessoal dela por que as estradas estavam interditadas. O fato que ela nos contou é que houve um desencontro entre ela e o mensageiro e com isso acabou chegando em Itamarajú com os 6 caminhões cheios de gente:

> (...) aí quando eu cheguei em Itamarajú, nós vimos, tava tudo parado, tudo quieto, aí os motoristas:
> --- *O que é que tá acontecendo?*
> --- Não sei.
> Eu tirei todos os caminhão, eu vinha num caminhão com um rapazinho, muderno, que diz que esses caras novos é meio doido, eu disse:
> --- É esse cara ali!
> Eu saí do outro caminhão e passei pro carro da frente e falei:
> --- Garoto, é com você que eu vou! E não respeita ninguém que tiver na estrada...
> Por que parece que tinha alguma coisa, eu entrei ali na rodoviária, corrigi tudo. Tá tudo limpo, parado! Ô! mas não prestou!
>
> **Isso vocês estavam indo de Itamarajú para o 1° de Abril (município do Prado)?**
>
> Só que os outros carros, já tavam tudo tomados, tudo barrados das polícia, as polícias já tinha pegado um bocado de gente e os que não tinham pegado, já tinham barrado, e ninguém ia sair mais e só eu mesmo que ainda tava nessa. Que quando eu olhei e avistei lá na frente, eles fez as barreiras lá na frente da estrada. O motorista gritou:
> --- *O que é aquilo?*
> --- É a polícia. Passa por cima!
> --- *Posso passar?*
> --- Passa por cima!
> --- *E se eles me derem uma carreira?*
> --- Lá na frente você para, mas passa por cima.
> Aí a polícia deu sinal, e ele ligou a seta, deu umas duas buzinadas e jogou o caminhão em riba, e o caminhão cheio de gente. Aí eu falei:
> ---Vai mais calmo que tem muita gente.
> E jogou o caminhão e nós andemos quase que daqui ao acampamento pra eles pegar nós e aí eles começou a atirar atrás. Aí eu falei,:
> --- Encosta o caminhão que nós tamos com uma responsabilidade muito grande aqui. Por que se fosse só nós, nós ia embora.

> Aí encostemos o caminhão e nisso os outros 5 carros tavam parados atrás, só o meu que tinha passado. Aí, voltamos mais pra trás:
> *--- (O policial) Você sabe que você tá presa?*
> --- Ah, e eu sabia das horas, isso aí eu sei das horas.
> *--- Ah, isso aí quem manda, a culpa disso tudo aqui é frei Dilson e frei Chico!*
> --- Colé frei Dilson! Você tá vendo frei Dilson e frei Chico nesses carros aqui. Você não tá vendo ninguém aqui. Nós tá aqui por que nós mesmo quer. Isso aqui é vontade nossa. Nós vamos ocupar terra que é pra nós não andar passando fome e não andar pedindo a vocês e não roubar...
> *---Leva logo essa muié pra cadeia.*
> Isso era de madrugrada, daí a pouco a notícia saiu lá em cima: Os carros da Itabela tá preso!
> Aí os meninos falou:
> *--- Ê Maria Soares tá na chave agora.*
> Aí quando o dia amanheceu me botou na frente.
> *(O delegado)--- Pra onde é que você ia?*
> --- Eu ia era para a área de Jaime Mascarenhas...[65]

O relato de D. Maria Soares é muito interessante, por que revelador de um perfil de militância que em alguma medida invocava muito mais a necessidade de coragem e força do que uma necessidade de conscientização política. Em nenhum momento da entrevista, ela falou sobre questões ligadas à formação de uma consciência de classe ou sem terra. Esse apelo a uma conscientização e formação política só mais tarde é que vai aparecer no discurso das lideranças do MST, lideranças essas, já formadas sob outras bases, outras experiências e outras invocações.

2.2.2 Despejos e Prisões

A ocupação da Fazenda Sapucaeira ficou muito marcada na memória daqueles dela que participaram, por que houve um despejo muito violento e também a prisão de alguns trabalhadores[66] envolvidos nas ocupações. Mas as prisões de Maria Antônia de Jesus e Jaime Amorim, tiveram muita repercussão pois houve denúncias de que havia sido torturado pelos PMs que comandaram a operação de despejo; já a repercussão de prisão se deu por que ela, na época

---

[65] D. Maria Soares, op. cit, 21/06/2005

[66] Os militantes presos foram: Jaime Amorim, Maria Antônia de Jesus, Antônio Francisco Dias, Lídio Rodrigues Lima, Benedito Conceição, Sebastião Santos, Francisnaldo

estava grávida. O Tenente Berlinck, em declaração trazida pelo jornal *A Tarde*, afirmou que:

> As prisões só ocorreram por que Jaime Amorim estava incitando aos demais presentes que investissem contra a polícia militar, uma vez que eles estavam armados de espingarda e revólveres[67].

Os militantes presos entraram com um processo contra o delegado de polícia Antônio José Batista, o 3° sargento José Geraldo Sales Dias, e o tenente Silvio Berlinck, acusando-os de torturas e maus-tratos. Esse acontecimento ainda esta muito marcado na memória dos assentados do 1° de Abril, inclusive porque houve muita repercussão do caso, tendo inclusive mobilizado deputados federais e grupos de direitos humanos de fora do país. Na edição do Jornal *A Tarde* de 2 de abril de 1989, saiu a seguinte nota:

> Anistia Internacional denuncia conflitos de terras na Bahia
>
> Representantes da Anistia internacional tem investigado denúncias de torturas e prisões sofridas por trabalhadores rurais no extremo sul da Bahia. O governador do estado Waldir Pires já está informado do caso e o Secretário da Reforma agrária Euclides Neto diz que as negociações já estão em curso.(...) Cartas de diversos países chegaram a redação do jornal A Tarde e ao gabinete do governador Waldir Pires e do ministro da justiça Oscar Corrêa e no gabinete do prefeito de Itamarajú, como forma de pressionar sobre a averiguação das denúncias de tortura e pedindo logo a resolução do conflito.

É interessante notar como este fato é até 'lembrado' por pessoas que não estavam presentes no dia do despejo, como foi o caso de Vicência, hoje moradora do assentamento 1° de Abril, que na época estava prestes a se casar com Domingos um dos militantes do Movimento. Quando perguntada se havia participado daquela ocupação, ela disse que:

> Não. Mas foi uma luta muito difícil. Sei muito bem a história como foi. A última ocupação daqui aconteceu no dia 1° de Abril e eu tive a felicidade de casar no dia 23. Ela começou, essa ocupação foi uma ocupação muito difícil, por que teve muita tortura, então Jaime Amorim, foi torturado, Maria Antônia, ela foi presa grávida, o esposo dela foi preso e o senhor que mora aqui do lado também, ele não foi preso, mas ele teve que cavar, ele e outros companheiros, teve que cavar buracos com a mão pra polícia passar com o carro, então assim, foi muito assentamento de conflitos, muito fortes aqui, até hoje assim

[67] Jornal A Tarde, 20/03/1989. Arquivo pessoal de Francisco Scarpellino

> agente dá valor a cada coisinha que a gente tem, por que foi muito sacrifício[68].

Entre os anos de 1987 e 1989, houveram várias ocupações simultâneas na região do extremo sul, resultado do intenso trabalho de base que havia sido iniciado com a chegada de Jaime Amorim. O trabalho de base consistia em sair pelas comunidades rurais de casa em casa convocando as famílias para as reuniões nas quais os militantes iriam explicar e mobilizar as famílias para participarem das ocupações. Uma vez mobilizado um bom grupo de famílias estas ficavam se revezando de ocupação em ocupação e foi isso que aconteceu intensamente entre os anos de 1987 e 1989. Assim a principal função das ocupações seria manter as famílias mobilizadas, porque sendo o MST um movimento de massa, seria importante organizar essa massa. O próprio Ademar Bogo é quem nos fala dessa necessidade:

> É fundamental efetuar a combinação entre movimento e organização, para evitar a desintegração gratuita do movimento social que adquire, através do tempo, evidência política como o MST, mas carrega dentro de si enormes fragilidades espontâneas que devem ser superadas para que esse movimento de massas passe, sem mudar sua natureza, para organização de massas, criando dentro de seu ser uma estrutura orgânica que lhes dê sustentação.[69]

As ocupações são importantes não só por que marcam um momento inaugural para os homens e mulheres de irem para a terra, iniciando um novo período de convivência no coletivo, mas porquê, a partir deste primeiro contato é que se torna mais clara a possibilidade de ter uma terra e concretizar um sonho que muitas vezes parecia distante. Vale dizer que esse não é um destino natural de todas as pessoas que participam de uma ocupação ou vão parar em um acampamento do MST, mas é possível que vivendo uma experiência como essa, os sujeitos sintam-se marcados pela possibilidade de no coletivo experimentar outras vivências e agenciamentos, gerando novos vínculos e contatos com outras pessoas, de outros lugares, que podiam parecer distantes mais que naquele momento revelam-se como muito próximas.

É bem possível que no início da organização do MST na Bahia fosse maior a demanda por militantes, devido às condições necessárias para que o

---

[68] Vicência da Silva Novaes, 33, 2 filhos, separada, Assentamento 1° de Abril, entrevista em 20/06/2005
[69] BOGO, 1999, p. 131

movimento crescesse em suas bases e pudesse se fortalecer. Isso fazia com que a Coordenação estivesse atenta para a participação dos jovens das comunidades rurais nas quais já haviam se iniciado um trabalho de base. Muitas lideranças foram se constituindo assim, como é o caso de Valmir Assunção hoje exercendo um mandato de Deputado Estadual. Ele que é de Nova Alegria, povoado próximo a cidade de Itamarajú, começou bem jovem no MST e iniciou sua militância quando conheceu Jaime Amorim que na época coordenava o trabalho de base junto às famílias para realizar a primeira ocupação na Bahia.

> (...) a gente conseguiu chamar o Valmir, o Edivaldo para puxar a formação e eles logo depois da ocupação eles se transformaram nos principais dirigentes do Movimento e eu acho que na Bahia foram os principais dirigentes e que foram projetados também para o nordeste, nós pegamos eles no meio do mato, né, e fomos dando formação, conversando, tudo na brincadeira e o Valmir logo confiou no negócio, porque deu certo (...)[70]

Isso não significa dizer que hoje não haja ainda a necessidade de pessoas dispostas a fazerem as atividades de militância, ou que, não houvesse naquele momento a necessidade de fazer um trabalho de formação com aqueles que passaram a contribuir na militância. No entanto os relatos dos integrantes antigos têm apontado que naquele momento, a formação passava muito pela prática, pela realização de atividades políticas, de trabalho junto às famílias e que essa dimensão da experimentação, da vivência de uma metodologia política ainda em gestação, era mais significativa para os militantes do que a participação em cursos ou escolas de formação política do MST, que só viriam a se constituir, inclusive em nível nacional, nos anos seguintes. Atualmente pode-se afirmar que o trabalho organizativo já está mais consolidado e por isso a busca é por uma maior formação política e educativa dos quadros de militantes que integram os setores do Movimento.

As mulheres em suas narrativas costumam ser muito minuciosas, contam com muitos detalhes seus sentimentos nas situações vivenciadas e conseguem lembrar–se dos fatos com uma variedade de informações muito interessantes. Por conta dessa particularidade é que os relatos sobre as situações de tensão e sobre os despejos vão ficando cada vez mais ricos e intensos, por desvendar detalhes, emoções, aspectos de suas experiências particulares que nem

[70] Jaime Amorim, direção nacional, entrevista concedida a Bernardo M. Fernandes, s/data. Arquivo MST

sempre são valorizados ou vistos como narrativas dignas de serem notabilizadas pela história. Não somente são acontecimentos de suas histórias pessoais de vida, mas também são fatos que nos ajudam a entender suas motivações para estarem atuando num movimento social como MST.

Em 1993 houve uma outra ocupação grandiosa em Itamarajú na fazenda Fibrasa, que contou com a participação de mais de 2000 pessoas e mais uma vez houve um despejo muito violento. Nessa época a UDR estava muito organizada na região, por causa das freqüentes ocupações de terra que o MST vinha desenvolvendo. Na fala dos militantes, a UDR agia com o apoio da polícia o que criava ainda mais impasses quando aconteciam as ocupações. Nessa ocupação da Fribrasa, Djacira foi uma das lideranças presa, muito embora ela não estivesse propriamente liderando a ocupação. Ela estava integrando a comissão de negociação, juntamente com representantes de outros movimentos populares, que tentavam articular a saída dos acampados da Fibrasa. Quando todas as possibilidades de negociação já haviam sido esgotadas, este grupo se dirigiu para a área ocupada e antes de conseguir entrar no acampamento ela juntamente com outros "companheiros" foram identificados pela polícia como lideranças e imediatamente presos:

> E quando nós chegamos, a situação era fogo de um lado fechando todas as duas mil famílias e o cordão da polícia de outro. Então era uma situação de pavor, de grito, de ...uma situação já... muitos cavalos, muitos policiais e eles mobilizaram uma tropa muito grande[71].

A sua prisão assim como a de outros militantes era uma das estratégias da polícia para tentar desarticular as movimentações das lideranças do MST, assim como de sindicalistas, padres, estudantes, ou seja pessoas de outros movimentos que estavam congregando forças para aumentar as possibilidades de resistência diante daquela situação. A prisão tentava impedir a presença de lideranças durante o processo do despejo, ao mesmo tempo em que se configurava ali um jogo de forças entre a polícia 'mantenedora da ordem' e os manifestantes 'pertubadores da ordem'. Essa disputa acabou mal para oito militantes que, de acordo com o relato de Djacira, foram presos e submetidos a tortura psicológica e moral.

---

[71] Dejacira Araújo, op. cit, 24/10/2004

> Então aí, posteriormente nós já estávamos sobre, inclusive 'ordem', como eles falam, né. E depois chegou outros companheiros da igreja, que é o caso do padre que foi lá, tava vindo da universidade com umas doações e chegou e detectou essa situação e também foi preso e ficou submetido a tortura psicológica, porque o tipo de conversa, o tipo de coisas que eles falavam, né, eram tortura psicológicas, é uma situação que você se sente completamente dominado, que você não sabe, você não pode prevê o que acontece com você. Você retira do ser humano a capacidade que ele tem de poder propor, prevê alguma coisa sobre a sua vida ou de quem quer que seja, porque naquele momento você está completamente dominado, você não sabe que hora vai sair, que hora vai comer, se vai viver, se vai morrer, então você não sabe, retira de você todo esse conjunto[72].

Indaguei a algumas mulheres sobre como elas avaliam os momentos de medo e tensão e a resposta que obtive foi de que, de certa forma, essas são oportunidades não de se questionar qual o sentido desta luta, mas sim de voltar a acreditar mais ainda na necessidade de continuar lutando, acreditando no sonho de uma vida mais justa e humana para as pessoas. Nesse sentido é que elas entendem que se sacrificar e passar por situações de medos, perigos, ameaças e prisões, as vezes as tornam mais fortes para continuar seguindo um caminho diversas vezes recomeçado. Diolinda Alves, outro nome de imenso destaque no MST, que já ficou presa até no Carandiru em 1995, também nos falou sobre os deslocamentos subjetivos que uma experiência de prisão provoca.

> então eu digo o seguinte, quanto mais você sofre, mais crescimento você tem, e a primeira prisão foi um sofrimento psicológico que nem imaginava, mas a última prisão (outubro de 2003) foi uma lição pro meu espírito, pra minha mente, pra o meu entendimento, então eu me tornei outra pessoa.[73]

Depois de algumas horas as lideranças presas foram liberadas e, mesmo com esse despejo conflituoso, as famílias não perderam a vontade de lutar. Esta ocupação projetou politicamente o MST na região e, sobretudo na Bahia. Dessa ocupação resultou que uma parte das famílias foi para uma outra fazenda conhecida como Rosa do Prado e lá montou um acampamento. A Fazenda Fribasa nunca foi desapropriada para área de reforma agrária e atualmente há uma plantação de

---

[72] Djacira Araújo, op. cit, 24/10/2004,
[73] Diolinda Alves, casada, 2 filhos, entrevista em Salvador – Ba, 09/03/2005.

pimenta no local. No entanto o Rosa do Prado resiste até hoje como acampamento, por que oficialmente ainda não foi transformado em um assentamento.

Não foi minha pretensão aqui fazer uma retomada ou resgate de todas as ocupações ocorridas nestes 20 anos de história do MST, porque essa seria uma tarefa que ultrapassaria os objetivos deste trabalho. Por outro lado quis mostrar que as mulheres sempre estiveram presentes em várias dimensões dessa luta. Os relatos sobre suas experiências servem para mostrar que elas também compartilharam das ocupações, das situações difíceis, perigosas, muito embora sua contribuição pareça sempre ser invisível, desconhecida. Pois mesmo quando esta participação é reconhecida, ela já vem marcada por posições pré-estabelecidas, estereótipos, como se as mulheres seguissem sempre desempenhando aqueles papéis que são tidos como inerentes à sua condição feminina. O que gostaria de apontar aqui é a possibilidade de olhares diferentes para diferentes mulheres. Mesmo aquelas que desejam somente seguir suas vidas lavando, cozinhando, tomando conta do barraco, aparentemente alheias às invocações políticas do MST, precisam ser vistas na dimensão de suas trajetórias, tendo importância tanto quanto, àquelas que assumem posições de lideranças ou realizam negociações.

2.3 A formação do setor de gênero no MST da Bahia

Desde o inicio dos anos 1990, já havia uma pressão por parte das entidades ligadas à luta das trabalhadoras rurais para que houvesse mais espaços políticos para a atuação das mulheres no MST. Dessa articulação é que resultou em 1995 o I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra, no qual se discutia o reconhecimento das desigualdades de gênero presentes na organização. Uma das questões mais debatidas foi que as mulheres colaboravam em grande parte do processo político, mas a elas não era dado legitimidade para dirigir juntamente com os homens as decisões da organização.

Para que esse processo de formação avançasse com mais organicidade e se estabelecessem outras alianças, é que a partir de 1998 iniciou-se a construção do coletivo de gênero. Este coletivo que depois vai se tornar o setor de gênero “é fruto de uma caminhada com muitos obstáculos percorrida por centenas

de companheiras ao longo da história do MST.[74]" Tendo como objetivo maior uma ampliação nas formas de participação das mulheres, considero importante trazer a história da construção deste setor de gênero significando mais um recomeço, um outro ponto de partida para as experiências política femininas, mas ao mesmo tempo um lugar de chegada, resultado de que denotam conquistas de mais de uma década de luta.

Durante o *II Encontro Nacional de Mulheres* em 1997, se discutiu a necessidade de repensar as relações de gênero no interior do MST e na sociedade de forma geral, passando-se à elaboração de um conjunto de estratégias de organização das mulheres a nível dos assentamentos, das regionais, até a consolidação de um setor de gênero que pudesse estar atuando em cada estado. Foi a partir deste momento, 1998, que vai se dar a organização de um coletivo de mulheres na Bahia. Rosa Oliveira, foi uma das militantes que acompanhou a formação deste coletivo, hoje nomeado como setor de gênero. Ela destaca a importância deste espaço para a discussão do lugar das mulheres na organização:

> Olha atualmente eu sou responsável pela coordenação e articulação da formação das mulheres do movimento, né. Eu integro o coletivo nacional de gênero, que vem discutindo as novas relações, as perspectivas de mudanças de relações, a construção da igualdade de fato entre homens e mulheres da nossa organização, então essa é a tarefa que eu tenho definida, mas dentro do movimento isso é muito complexo. (...) O coletivo do movimento especificamente não se chamava coletivo, era grupo de mulheres ou núcleo de mulheres, ou reunião de mulheres, que era um grupo no movimento sem-terra que já pensava em como é que ia se inserir a participação nossa nas decisões.[75]

O depoimento de Rosa ilustra bem os desafios pelos quais a tentativa de organização das mulheres do MST vinha passando em todo o Brasil. O relatório do II Encontro Nacional de Mulheres[76], traça um panorama de como estava a organização dos grupos de mulheres, naquele momento ainda chamado de 'coletivo de mulheres'. Segundo o documento *A questão das mulheres no MST,* a discussão ocorrida na plenária, girou em torno de: "1- Criar coletivos; 2 – Avançar na

---

[74] A participação das mulheres no MST nos 20 anos do MST. op. cit, s/data

[75] Rosa Oliveira, Integrante do Coletivo Nacional de Gênero, 21, regional Sul, entrevista concedida em 18/08/2002, na cidade de Arataca/Ba

[76] MST. *A questão das mulheres no MST* – Linhas Políticas. Resolução do 2º Encontro Nacional das Mulheres do MST, Brasília, 29 a 31 de agosto de 1997

Discussão; 3 – Avançar na organização.[77]" O que demonstra que este Encontro tinha por objetivo acelerar a gestação de núcleos específicos para a discussão das questões femininas, mas isso não significa que desde antes não houvesse um trabalho com as mulheres, ainda que não fosse sistemático e coordenado, mas fruto de ações isoladas nos estados em que o MST estava organizado. Ao longo do documento percebe-se que as experiências e tentativas de organização já vinham ocorrendo. Experiências que podem ser vistas na organização de núcleos de mulheres para fazer uma horta coletiva, no incentivo para que elas estivessem presentes nas ações, na criação de condições para o acesso a cursos de formação, escolarização, etc...

A Associação Nacional de Trabalhadoras Rurais- ANMTR – realizou em Brasília o Acampamento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, entre 13 e 17 de março de 2000, e teve como lema "Mulheres gerando a vida, construindo um novo Brasil.[78]" Foi também um momento de reunir forças e trocar experiências entre as mulheres do MST e outros movimentos sociais de trabalhadoras rurais, configurando-se como um momento importante de consagração das questões da femininas. A intenção desta mobilização nacional era que nos anos seguintes o acampamento ocorresse nos estados por ocasião da semana do 8 de março. Um outro fator foi que esta articulação contribuiu em muito para o fortalecimento dos coletivos de mulheres no MST inclusive em nível nacional.

O objetivo deste evento era, dentre outros, o de favorecer uma maior articulação das trabalhadoras rurais no Brasil. Por isso muitas "companheiras" que desenvolviam trabalhos com grupos de mulheres foram para esse acampamento em Brasília objetivando dar prosseguimento a organização do setor de gênero aqui no estado. Rosa Oliveira foi uma das que participou do Acampamento Nacional e quando voltou passou a organizar no ano seguinte, o Acampamento Estadual das Mulheres do MST na Bahia. A partir disto o MST entendeu que deveria se buscar meios e formas de viabilizar a organização e implantação do setor de gênero. Em entrevista Rosa falou sobre essa experiência:

> Eu lembro que o primeiro acampamento em Brasília a gente realizou em 99 e foi uma experiência em que a gente tinha muito medo, a gente enquanto mulheres né, a gente ficava 'gente como é que a gente vai organizar essa mulherada toda,

[77] MST, 1997, p.2
[78] ANMTR, 1999, p.12

> como é que a gente vai articular e estruturar, o que é que a gente vai discutir! Encaramos!' Quando a gente começa a perceber, chegar ônibus, chegar gente e chega mais mulher e em Brasília estava chovendo era um período de chuva lá no estado, chovendo muito e a mulherada lá cantando fazendo roda e a gente visitando os barracos pra ver se tinha alimentação e todo mundo bem a vontade tranqüila e num momento de plenária da abertura do nosso primeiro acampamento ficou claro esse não pode ser o primeiro e nem pode ser o último. [79]

Da Bahia saiu um ônibus com lideranças e militantes ansiosas para conhecer em Brasília outras mulheres, de outros lugares do Brasil que pudessem estar compartilhando suas experiências, dividindo questionamentos e dificuldades para sua maior participação na luta pela reforma agrária. O tom dos relatos acerca dos encontros são sempre muito saudosos. A impressão que às vezes se tem é que neste espaços recriados, todos os sonhos são possíveis, qualquer dificuldade pode ser superada diante da satisfação e alegria de estarem todas juntas:

> Então a gente veio com essa tarefa e quando a gente chegou no estado, a gente ficou muito agoniada, será que isso vai dá certo, será que a gente vai conseguir fazer isso e aí começou as primeiras discussões em nível regional. Bom então a gente tem que definir isso como uma tarefa, não pode ficar só na vontade, tem que ser uma tarefa pra acontecer, então foi dado uma tarefa pra todas as organizações e aí a gente começou a fazer os contatos, liga pra uma, "ah é das domésticas, vamos sentar, vamos bater um papo", então a gente fez toda uma articulação. Eu lembro que no primeiro acampamento aqui em Salvador, a gente conseguiu organizar 7 organizações diferentes de mulheres do campo e da cidade, foi uma experiência belíssima.[80]

Aqui na Bahia o I Acampamento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em 2001, reuniu em torno de 1500 trabalhadoras e marcou o avanço da participação política das mulheres, pois este evento tem tido muita repercussão para o trabalho das lideranças junto às companheiras da base. Por outro lado observamos uma intensa capacidade organizativa e de mobilização de vários movimentos de mulheres rurais e urbanas que se articulam em torno da realização do Acampamento, acarretando maiores possibilidades de trocas e vivências.

Assim o Setor de Gênero passa a coordenar diversas mobilizações, marchas, encontros, cursos de formação, visando colocar na pauta das discussões,

---

[79]. Rosa Oliveira, op.cit, 18/08/2002

as formas com que as mulheres estão transformando as relações de gênero, não somente no cotidiano da luta, bem como nas suas relações pessoais. No entendimento de Solange Brito, coordenadora estadual deste setor na Bahia, o enfoque nas questões ligadas a discussão de gênero surge da necessidade não somente de discutir as questões femininas isoladamente, mas questionar também os modelos de masculinidades que contribuem para a delimitação dos papeis sociais de homens e mulheres. Para ela não bastava trabalhar a mulher, era preciso inserir os homens na discussão e não basta questionar as hierarquias de poder somente na organização é preciso ver como isto está estruturado na família, nas relações afetivas e em outras dimensões da vida social.

> Por que antes ele tinha o setor de mulheres, era mais ou menos isso, por que geralmente as mulheres era quem lutava pelos direitos delas, debatia essa questão da participação das mulheres, haviam muitos debates, mas focava só a questão da mulher, mas aí as mulheres começaram a perceber que só as mulheres não bastavam, que para que as mulheres participarem, para que elas pudessem ter atividades no Movimento Sem Terra, para poder sair de dentro de casa, elas tinham também que trabalhar essa questão de gênero, por que aí essa questão de novas relações de gênero, vem a questão da família, do marido, então o marido também, ele sofre essa questão de gênero, o homem tem que ser o chefe da casa, então ele foi preparado pra ser assim, então o que fazer para mudar a vida desse homem, até dentro do próprio Movimento sem terra mesmo, que a gente sofre essa questão dentro do próprio MST[81].

As líderes entrevistadas nos relatam sobre a importância em conferir visibilidade às reivindicações das mulheres. Podemos ordenar em três tipos as reivindicações femininas mais citadas pelas entrevistadas: a principal delas diz respeito à melhorias de infra estrutura básica nos assentamentos- creche, escolas, postos de saúde, serviço médico, lavanderia coletiva – que possam dar condições às mulheres de se engajarem nas lutas políticas, ir para os cursos de formação e poder participar das decisões nas assembléias e cooperativas.

A fala de Rosa é emblemática sobre como as lideranças concebem a formação do coletivo de gênero dentro do movimento e sua importância para a

---

[80]. Rosa Oliveira, op.cit, 18/08/2002

[81] Solange Brito, casada, 2 filhos, coordenadora estadual do setor de gênero do MST, entrevista em Salvador em 10/12/2004.

criação de espaços nos quais as mulheres pudessem discutir suas pautas específicas. Sobre isto ela nos informa:

> (...) Então esse coletivo, ele começou a se constituir na perspectiva de dizer, olha como é que a gente mulheres sem terra vai começar a se organizar, como é que a gente vai começar a decidir as nossas pautas especificas. Porque os nossos companheiros, ainda têm deficiências e só discute a pauta maior. Mas é a gente que vai precisar de posto médico, é a gente que vai precisar da creche, é a gente que vai precisar de uma lavanderia coletiva, pra gente poder viajar, pra gente poder participar dos cursos (...)

A constituição de coletivos ou mesmo do setor de gênero que viabilize discussões específicas da participação da mulher é um elemento importante para análisarmos suas formas de participação política. Já que estas iniciativas acarretam visibilidade das ações e demandas femininas. Sobre este aspecto Rosa observa que:

> A gente começou a constituir formas de luta específica das mulheres, agente começou a ter claro de que a luta conjunta por exemplo, como só a mobilização de massa, só uma caminhada não resolvia os nossos problemas, porque na hora de discutir as pautas acabava sobressaindo o crédito, a vistoria da área, claro que isso é importante, mas a escola, a creche, o posto de saúde, o atendimento médico ficava pra depois e a gente tem uma necessidade real dentro dos assentamentos, então a gente começou a organizar formas de luta, nós começou a organizar acampamento defronte as prefeituras dos municípios, nós começou ocupar os postos de saúde pra fazer os atendimentos nossos e aí achando pouco, agente começou a organizar uma articulação, que é a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil. (...)[82]

A outra ordem de reivindicações gira em torno do resgate da auto estima e da identidade de ser mulher. Esta percepção só é possível ser vislumbrada quando as mulheres rompem com os estigmas que as aprisionam a uma situação de submissão e opressão. Este processo de percepção autovalorativa pode ocorrer em várias circunstâncias, mas normalmente é no contato com outras mulheres e na troca de experiências que isso acontece.

---

[82] Rosa Oliveira, op. cit 18/08/2002

A luta das trabalhadoras rurais para constituir-se enquanto sujeitos portadores de direitos civis, diz respeito em especial às questões jurídicas e legais que limitam o seu acesso ao mundo público. Portanto suas reivindicações dão-se em torno da garantia de inclusão do nome da mulher como proprietária do lote, a criação e o acesso a linhas de crédito específicas para atividades desenvolvidas por elas e ao direito de voz e voto nas cooperativas dos assentamentos e nas definições sobre o destino da produção.

Estas questões são percebidas pelas lideranças e sua atuação se dá na perspectiva de fazer uma correlação de forças entre a estrutura do Movimento e estes pontos específicos que colaboram para a inserção da mulher nos espaços de sociabilidade. No mesmo sentido todo o esforço está também voltado para deter possíveis mecanismos de exclusão das mulheres das atividades de decisão. De acordo com uma das entrevistadas, há o entendimento de que é tarefa do movimento viabilizar a infraestrutura, que dê condição às companheiras para estarem integradas às atividades de participação. Visto desta forma isto representa um avanço, pois contribui para a formação e atuação das mulheres enquanto militantes.

2.4 Os Acampamentos de mulheres do MST

A realização dos Acampamentos anuais de mulheres trabalhadoras rurais é uma conseqüência direta da formação e consolidação do setor de gênero do MST na Bahia, em consonância com interesses deste de ampliar os níveis de consciência e participação política dos seus militantes de base. Segundo as próprias mulheres esse evento surgiu da necessidade de consolidar sua participação nas atividades do Movimento, bem como de proporcionar um outro espaço de discussão e formação política propriamente feminino. Outro aspecto é que este encontro intenta oportunizar as discussões sobre as principais demandas das mulheres na organização política das quais elas fazem parte, bem como de inserir a mulher do MST no debate mais amplo sobre os problemas da realidade social brasileira. A marca mais evidente deste evento é trazer para a pauta de debates alguns temas de interesse delas, além de fazê-las protagonistas de suas próprias lutas.

O I Acampamento ocorreu de 05 a 09 de março de 2001, na cidade de Salvador e resultou da articulação entre o MST, Movimento de Mulheres

Trabalhadoras Rurais (MMTR), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Núcleo de Estudos Interdisciplinar sobre a Mulher (NEIM/UFBA) e Fórum de Mulheres de Salvador. Esta composição política, sob certos aspectos necessária, ficou explicita no teor das pautas de reivindicações que a coordenação do evento encaminhou aos vários órgãos do governo através de documentos públicos, que continham reivindicações de direitos sociais, diretamente ligados a competência do estado.

A pauta de reivindicação não trata de aspectos diretamente ligados a ampliação da participação política das mulheres no MST, mas estão relacionadas às condições gerais da mulher trabalhadora rural, pobre, excluída ou em processos de exclusão social. Assim notamos que a ordem de reivindicações e até os órgãos estaduais aos quais tais pautas se dirigem, buscam levantar questões ligadas aos direitos da saúde reprodutiva e preventiva, planejamento familiar, acesso a vacinas, atendimento odontológico, etc. A outra ordem de reivindicações mais diretamente ligadas a categoria das trabalhadoras rurais incidem sobre a questão dos direitos previdenciários tais como: salário maternidade, auxílio no caso de doenças ou acidente de trabalho, aposentadoria, pensão e inclusão do nome da mulher no título da terra.

Um outro documento[83] a que tivemos acesso, foi dirigido ao governo do estado e enumera 16 reivindicações das mulheres relacionado a criação de políticas pública que visem a melhoria das condições sociais da população do campo. Estes problemas dizem respeito às dificuldades de se realizar uma reforma agrária que garanta o acesso da população a infra estrutura básica, possibilitando um projeto de reforma agrária que atenda aos anseios de justiça social e de melhor distribuição dos créditos do governo destinados a tais projetos.

Os dois primeiros Acampamentos de Mulheres apesar de terem sido coordenados pelo MST, eram eventos politicamente ligados a Associação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Assim o tema do evento, as cartilhas, o material impresso, eram produzidos pela ANMTR. O II Acampamento homenageava a

[83] ANMTR. Acampamento de mulheres trabalhadoras rurais e urbanas. Pauta de reivindicações ao Governo do Estado da Bahia. Março de 2001. Arquivo MST.

trabalhadora rural Margarida Alves,[84] e o tema do evento foi "Trabalhadoras: gerando vida, semeando a terra, construindo a nova sociedade". Um aspecto que marcou esse evento foi o fato de que em Salvador houve um menor número de mulheres presentes, 1700 aproximadamente, em relação a meta estabelecida que era de 2000 mulheres. Isto ocorreu em decorrência da decisão da MMTR de realizar atividades regionais, fora da cidade de Salvador.

A partir do III acampamento a coordenação do MST, juntamente com o setor de gênero, entendeu que o Movimento tinha experiência necessária para construir seu evento anual independente da articulação da ANMTR. Isto serviu também de base para imprimir ao evento um caráter mais regional e voltado para as questões estruturais da organização interna do MST. Outro aspecto que colaborou para essa decisão foi a assessoria de outras entidades que colaboram na organização do evento. O NEIM foi um importante parceiro no desenvolvimento das atividades e mobilização de recursos para a realização do evento. Suas pesquisadoras participam da coordenação pedagógica do encontro, os estagiários e alunos bolsistas organizam oficinas, debates, e outros tipos de atividades durante os dias do evento, além de que este núcleo funciona como interlocutor entre o Movimento e a comunidade universitária.

Sobretudo a partir do III Acampamento tem-se produzido relatórios de avaliação, com vistas a deixar registrados os acontecimentos importantes, as queixas das delegações, os pontos discutidos nas plenárias, enfim, os aspectos que merecem serem revistos pela comissão organizadora e aqueles que são ressaltados como positivos pelas participantes. Este documento possui a peculiaridade de tentar ser o mais fiel possível às questões apresentadas como relevantes, tanto quanto servir de referência para os eventos posteriores. No relatório de 2003, foram tratadas de questões relativa a avaliação das mulheres acerca do trabalho desenvolvido pela comissão organizadora, foram registradas críticas e sugestões a respeito das oficinas, das atividades culturais, políticas, da infra estrutura do local onde ocorreu o encontro e até da forma como algumas delegações de mulheres (denominada de 'regionais'), participaram das plenárias e diversas atividades propostas.

[84] Margarida Alves é uma figura sempre lembrada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Ela era sindicalista, presidente do sindicato de Alagoa Grande, região canavieira da Paraíba e que fora assassinada na porta de sua casa por pistoleiros

2.4.1 – A dinâmica do Acampamento

O planejamento do Acampamento normalmente é feito a partir de reuniões realizadas dois meses antes do evento, na qual participam representantes das diversas entidades que colaboram na programação do evento e montagem da estrutura necessária para receber as mulheres participantes. Esta estrutura inclui um local amplo, para as barracas, alojamento, instalação de banheiros, cozinha, pontos de água, salas para a realização das oficinas, plenária, espaço para as cirandas infantis, posto médico, segurança, atividades culturais, dentre outros aspectos logísticos imprescindíveis para receber mais de mil mulheres. Durante os três dias de evento as participantes contam com diversas atividades tais como a realização de oficinas, plenárias, manifestações públicas, atividades culturais e no dia 8 de março ocorre a culminância do Acampamento com uma caminhada de mulheres pelas ruas do centro de Salvador.

O Acampamento também é uma oportunidade para as participantes realizarem consultas médicas, já que nos seus assentamentos o acesso a tais serviços é raro ou mesmo muito difícil. Dessa forma a organização sempre providencia junto a Secretaria Estadual de Saúde uma unidade móvel, onde elas possam realizar exames ginecológicos, odontológicos, tirar dúvidas sobre saúde reprodutiva, além de contar também com a possibilidade de levar crianças ao serviço de pediatria. Esta é por vezes a única oportunidade que muitas possuem para fazer seus exames ginecológicos preventivos anuais. E este também é um aspecto que atrai as mulheres para o evento.

Embora a organização do evento busque sempre sanar os impasses existentes para trazer as mulheres dos assentamentos e acampamentos espalhados pelo estado da Bahia, há o reconhecimento de que as dificuldades ainda são muitas uma vez que a resistência dos maridos é grande no que diz respeito ao fato das mulheres se ausentarem de suas casas. Muitas delas para virem para o evento precisam contar com o apoio de outras companheiras do seu assentamento para convencer seus maridos da importância de participarem, ou mesmo, contar com a compreensão destes para que fiquem tomando conta da casa e dos filhos durante suas ausências. Aquelas que não podem contar com esse apoio, trazem as crianças que ficam nas “cirandas infantis”, espaço já destinado para suprir essa necessidade.

Existe ainda uma outra ordem de queixas relatadas por algumas mulheres, sobretudo as coordenadoras das regionais, que é a falta de atenção e dispersão de algumas participantes que vêm para o Acampamento, mas quando aqui estão, saem para passear, ir à praia, conhecer a cidade. Este comportamento geralmente não é bem aceito por aquelas que entendem que o Encontro deveria ser aproveitado integralmente como um momento de formação política e não de diversão. Dessa forma aponta-se que deveria haver um trabalho prévio por parte das comissões no sentido de conscientizar e escolher melhor as mulheres que viessem nas delegações, pois "isto resolveria problemas como a falta de interesse, de participação até mesmo da plenária, do uso abusivo de bebidas ocasionando transtornos para as comissões. [85]"

Este aspecto foi observado por outras regionais, e podem ser percebidos na seguinte fala:

> ... maior consciência, a regional deve anotar os nomes de quem não participa para que na próxima mobilização essas pessoas não sejam convidadas. Tudo deve ser discutido com antecedência nos assentamentos, antes de virem ao acampamento. Houve desorganização quando foram montadas as barracas.[86]

A questão da dispersão das participantes, tem sido foco de reflexão por parte da coordenação do evento. No intuito de tentar reverter esse problema, é que a coordenação busca programar oficinas e palestras que contemple as demandas das mulheres. Para isso é que a partir de 2004, o setor de gênero vêm organizando encontros prévios nas diversas regionais, afim de trazer as críticas e sugestões das mulheres para o Acampamento e também de contemplá-las em suas realidades específicas. Estes encontros preparatórios ocorrem nos assentamentos e lá é possível se ter não somente um investimento na formação, mas também vislumbrar mais de perto os problemas enfrentados por essas mulheres em suas regionais.

Atualmente o MST têm implementado uma organização diferenciada dos grupos de trabalho nas regionais. Na antiga divisão política do MST, a Bahia possuía sete regionais: extremo sul, sul, baixo-sul, sudoeste, chapada, norte,

---

[85] NEIM. Avaliação do III Acampamento de Trabalhadoras Rurais. Salvador, março de 2003, Arquivo MST. P. 9

recôncavo. No entanto por conta do crescimento da quantidade de assentamentos e acampamentos e das dificuldades de integração intra-regionais, adotou-se uma nova organização política a partir das *Brigadas*. Estas agrupariam assentamentos e acampamentos próximos em cada uma das regionais, visando facilitar o trabalho e articulação dos mesmos. Dessa forma cada regional possuiria tantas brigadas quanto forem necessárias para suas articulações políticas. O nome de cada brigada busca homenagear líderes políticos importantes da história das lutas sociais. Assim personalidades como Zumbi dos Palmares, Che Guevara, Carlos Mariguela, Chico Mendes, Olga Benário, dentre outros, são escolhidos para dar nomes a estas instâncias.

2.4.2 Noticias e registros sobre o Acampamento de mulheres

Os jornais baianos têm feito uma ampla cobertura sobre o Acampamento das Mulheres, o que acaba por conferir visibilidade às questões femininas do Movimento Sem Terra. É interessante notar que as mulheres do MST só passaram a aparecer na imprensa baiana, com uma pauta que se dirija somente a elas, depois que começou a realização dos Acampamentos. O olhar da impressa sobre a mulher sem terra aparece de um novo jeito, traduz-se de forma positiva, se compararmos com a maneira que a imprensa retrata o MST em outras ocasiões. Entretanto, durante o levantamento feito para esta pesquisa no jornal *A Tarde*, notou-se a pouca visibilidade das falas das mulheres nas matérias que tratam de ações envolvendo o MST, considerando o período desta pesquisa que vai desde o ano de 1987 até o de 2001. Não é nosso objetivo aqui fazer uma análise dos discursos da impressa baiana sobre este tema, no entanto essa diferença de tratamento dispensada pela impressa ao evento das mulheres, colabora para a valorização e auto-afirmação de suas lutas e suas demandas.

Percebemos também que as matérias jogam com tipos ideais de mulheres trabalhadoras rurais. Veja-se, por exemplo, o título que aparece no Jornal *Correio da Bahia* do dia 06/03/2004: “Voz Feminina: Mulheres sem-terra derrubam preconceitos machistas arraigados no campo e têm participação ativa nas decisões

---

[86] Plenária do III Acampamento de Trabalhadoras Rurais. In: NEIM. Avaliação do III Acampamento de Trabalhadoras Rurais. Salvador, março de 2003, Arquivo MST, p.9

do MST".[87] Ou ainda como aparece no *A Tarde* do mesmo dia: "Força feminina ganha espaço na luta rural: Trabalhadoras discutem em Salvador a formação política das mulheres no campo." As matérias trazem trechos de entrevistas realizadas com Lúcia Barbosa, uma das principais lideranças do MST na Bahia, mas também apresentam histórias de outras mulheres, Heledilce de Souza, 59 anos, e Marinalva Costa, 58 anos, Jelza Santos Souza, 49, que segundo o *A Tarde*, "tem histórias semelhante a de tantas outras trabalhadoras rurais.[88]"

O reconhecimento de uma estrutura hierarquizada e que não envolve em todas as suas dimensões a participação da mulher, têm sido reiterado pelas militantes do MST e se constitui como argumentação legítima para ver no Acampamento um espaço de formação imprescindível para a mudança nas relações de poder entre homens e mulheres. A fala de Lúcia Barbosa é emblemática deste impasse:

> Por isso a necessidade de organização, de participação. As mulheres participam, mas ainda não estão inseridas na estrutura da organização do movimento a ponto de tomar decisões[89]

A questão aqui é pensar por que se faz tão necessário um espaço diferenciado para as mulheres atuarem politicamente com autonomia? Ou mesmo, por que a todo o momento, reitera-se a ausência das mulheres nas estruturas de poder do MST? Onde estaria o problema, na hierarquia do Movimento ou na atuação feminina? Percebe-se que há sempre uma insatisfação no que concerne ao enquadramento desta participação e este desvio aparece inclusive na fala das lideranças, que nos informa a todo o momento que algo estaria fora de lugar, precisando ser realocado, enquadrado e reconhecido, sob os termos que o Movimento deseja. A repetição e circulação de um discurso que aponta para a invisibilidade da mulher servem de ponto de partida para incentivar a ampliação desta mesma participação e a produção deste lugar termina por reiterar as estruturas de poder já existentes. Ou seja, para o MST se diz que é importante a participação da mulher, o tempo todo se afirma que esta ainda é insuficiente, ou que as mulheres ainda não atingiram a consciência política necessária para participarem

[87] Jornal Correio da Bahia, 06/03/2004, Arquivo MST.
[88] Jornal A Tarde. 06/03/2004. Arquivo MST
[89] Jornal A Tarde. 06/03/2004. Arquivo MST

devidamente. De outro lado formula-se um ideal desse sujeito mulher, que não pode ser qualquer sujeito, pois este obedece a códigos, normas, valores, possuem um perfil, que vem sendo construído, revisto, refeito e que serve de alvo para investimentos sucessivos ao longo da sua história. Trataremos no próximo capítulo sobre essa produção discursiva, traduzida e feita circular nas suas diversas publicações, na formulação das linhas políticas e nos tantos outros textos voltados para discutir a questão da mulher no MST.

Neste capítulo tentamos seguir pistas, perceber interlocuções, cruzamentos, atalhos, entre as histórias de mulheres e as histórias do MST. Isto por que queríamos nos desviar de uma estratégia única, que entende a história como um caminho reto a ser seguido. Ver as mulheres consistiu exatamente em entendê-las por outros percursos, outros lugares, por diferentes meios, novas tentativas que reinventam sua participação e valorizam suas percepções e formas ímpar de contar suas histórias. Algo muitas vezes arriscado, embora bastante precioso, por permitir fazer da história das mulheres um ponto de passagem para conhecer de um novo lugar, sob uma nova perspectiva, a história do MST.

CAPÍTULO 3

COMO SE INVENTOU O GÊNERO NO MST? RELAÇÕES DE PODER E DISCURSOS POLÍTICOS GENERIFICADOS

Neste capítulo procuro analisar como se dá a construção ideológica do "ser mulher" no MST, segundo dois tipos de fontes: o discurso do MST enunciado em seus documentos que tratam da questão do gênero[1] e os estudos teóricos que vem visibilizando a participação feminina a partir da utilização de conceitos como relações de gênero, análise de discurso e subjetividade[2].

O MST é um movimento social que opera com uma lógica discursiva estruturada que serve para a orientação política dos seus militantes. As cartilhas, os cadernos de formação, o *Jornal Sem Terra*, assim como a revista de mesmo nome com periodicidade bimestral, trazem as orientações para fortalecer a participação da mulher na organização e promover "o avanço da luta pela terra e pela transformação da sociedade[3]."

A partir de conversas informais com algumas lideranças do Movimento, e observações pessoais nos encontros e nas visitas que fiz aos assentamentos, ficou explícito que há um esforço por parte do Movimento para que os integrantes de sua base criem uma cultura de leitura e estudo sistemático do material publicado. Esta conjuntura de analfabetismo somada às dificuldades de

---

[1] Os documentos aqui analisados são: MST, 1997. **A questão das mulheres no MST** – Linhas Políticas. Resolução do II Encontro Nacional das Mulheres do MST, Brasília, 29 a 31 de agosto de 1997; MST, 1997. **Relatório do II Encontro Nacional de Mulheres do MST**. 29 a 30 de outubro de 1997; MST, 1999. **Linhas políticas de gênero no MST***;* MST, 2000. **Mulher Sem Terra**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST; MST, 2003. **Construindo novas relações de gênero: Desafiando relações de poder**. São Paulo: Setor de Gênero; MST, 2004. Mulheres Sem Terra: **Semeando Lutas e novas relações de gênero**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST; MST. **As datas comemorativas: A importância das mobilizações**. Caderno dos Núcleos. Ano 1, No. 4, Fev-Jun/2004; MST, S/data. **A Mulher no MST. As Mulheres na luta pela reforma agrária**. Revista Sem Terra, Mar/Abr 2004;

[2] PAVAN, D. A. **Participação Feminina no MST. - Um estudo comparativo sobre o cotidiano de mulheres assentadas em Promissão - SP e Cratéus - CE**. São Paulo: Janeiro, 1999; MELO, Denise Mesquita. **A construção da Subjetividade de Mulheres Assentadas pelo MST**. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Faculdade de Educação, 2001

[3] MST, 2000. **Mulher Sem Terra**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, p.4;

acesso aos textos, contribui então para que a grande base do Movimento de uma forma geral não tenha desenvolvido uma leitura sistemática e atenta dos materiais escritos. Isso implica dizer que, mesmo escritas de maneira fácil e sintética, as dificuldades de leitura, ou muitas vezes, as especificidades presentes no cotidiano dos assentados, não permitem que todos os integrantes da organização tenham uma formação política exatamente de acordo com os ideais do Movimento. Todos os esforços por implementar uma educação no campo vem em parte no sentido de resolver as dificuldades de alfabetização dos assentados e consequentemente aumentar o acesso deles aos documentos, cartilhas e publicações oficiais.

Um outro aspecto que merece ser observado é que às vezes é difícil a distribuição e o acesso a este tipo de material, visto que a maioria é produzida pela Secretaria Nacional em São Paulo, tornando sua distribuição um tanto quanto limitada às Secretarias Estaduais, que por sua vez distribuem para as secretarias regionais e estas para os assentamentos e acampamentos. Mesmo as lideranças que permanentemente tem contato com a Secretaria Estadual do Movimento em Salvador, não possuem todas as publicações. Recebem maior volume quando viajam e participam de cursos de formação e capacitação oferecidos aos dirigentes e militantes. Como conseqüência os assentados e até as lideranças de base dos assentamentos raramente têm acesso a esse tipo de material e ao discurso que ele veicula. Esta conjuntura relativiza os efeitos dos escritos e publicações do Movimento sobre os assentados e acampados, já que a oralidade serve de instrumento mediatizador desses discursos que são elaborados e reconstruídos a partir da subjetividade dos militantes que promovem a sua divulgação.

Ficou claro nesta pesquisa que a dimensão da fala e da oralidade tem se constituído como uma estratégia política mobilizadora de sujeitos nos movimentos sociais. Percebo também que há uma inter-relação entre a escrita e a oralidade para a constituição da experiência dos militantes. Este é um dos aspectos mais instigante na pesquisa com movimentos sociais, no entanto nos limites deste capítulo, tentarei basicamente dialogar com as fontes publicadas pelo MST para averiguar como os seus princípios influem na representação que os sem terra têm de si, ao mesmo tempo, em que estes discursos informam um tipo de identidade política singular para os seus integrantes. Esta experiência está alicerçada sob a forma de novos valores, tais como solidariedade, coletividade, resistência, etc. Como

já foi dito, esta base de sustentação político-ideológica na sua forma escrita, muitas vezes tem sido reelaborada a partir da subjetividade dos agentes e através da interlocução com outros sujeitos participantes da organização. Os discursos sobre gênero e participação política da mulher, muitas vezes têm sido apreendidos através do contato direto com as publicações, mas também através da oralidade, da mística, dos cursos de formação, da entoação de palavras de ordem do Movimento, etc.

Analisar as práticas discursivas do MST na constituição de um sujeito mulher e a validade deste modelo no seu contexto político e cultural, implica pensar como isto informa uma identidade e um lugar de mulher na realidade do Movimento. Dessa forma, gostaria ainda de apontar que as diferentes posições de gênero, idade, trajetória de vida, posição ocupada na organização, permitem interpretações diversificadas sobre o objeto discursivo, delimitando e reelaborando todo o aparato histórico e social que contextualiza os sujeitos da fala. É nesse sentido que concordo com Claúdia Lima Costa[4], quando ela entende que a inteligibilidade que os leitores fazem dos textos estão condicionados pelas variadas posições que estes sujeitos ocupam nas redes de poder. Tais questões tentam apontar sobre as contradições entre os discursos sobre a posição reservada para as mulheres no MST e os lugares que de fato elas vêm ocupando nas decisões políticas e na própria história do Movimento. Qual é o papel que essas mulheres devem ter na organização enquanto participantes do processo de luta de classe e de gênero? A mulher deve ser objeto ou sujeito de sua emancipação na estrutura do Movimento?

3.1 A abordagem pós-estruturalista do discurso

Michèle Barrett (1999) elege três pontos que considera de maior efeito a partir da crítica, segundo ela 'devastadora', que o pós-estruturalismo trouxe aos principais postulados que alicerçavam as teorias sociais e a análise feminista. A crítica ao materialismo, o desafio pós-estruturalista acerca da causalidade, e o abandono da noção da linguagem como um mero veículo de expressão de idéias. O feminismo pós-estruturalista tem aceito cada vez mais a noção de que a linguagem não é só a expressão de significados, mas que ela tem o poder de construir e de

articular em sua estrutura a partir de um processo de diferenciação esses mesmos significados. Ou seja, em outras palavras "o significado é construído em vez de expresso pela linguagem[5] "

Neste texto estou considerando uma noção de discurso inspirada pelo pensamento de Foucault e pelo pós-estruturalismo que sirva de instrumento de análise dos documentos do MST. Nesta perspectiva o ponto principal do discurso a ser investigado é o conteúdo e os contextos da linguagem. Assim Jennifer M. Gore (1994), autora pós-estruturalista foi quem melhor nos forneceu uma definição ao perceber que:

> Os discursos, no contexto de relações de poder específicas, historicamente constituídas, e invocando noções particulares de verdade, definem as ações e os eventos que são plausíveis ou justificados num dado campo.[6]

Estou tentando considerar nos limites desta pesquisa, como opera a atuação dos discursos e "regimes de verdades" na participação política feminina no MST e como estas mulheres vem elaborando na sua prática, a partir das especificidades de sua militância, tais orientações político-ideológicas. Por isso percebo que os documentos e cartilhas são discursos normativos e preceitos "disciplinadores" para a atuação de mulheres. Sentenças como "Queremos libertar a mulher não para livrar-se do trabalho doméstico, mas para ser uma lutadora de classes"[7], além do caráter interativo das questões de gênero e classe, demonstra que a principal preocupação é a atuação da mulher camponesa na luta de classe e pela reforma agrária que é a bandeira principal do MST, ficando para segundo plano uma redefinição de tarefas no âmbito doméstico. Às mulheres cabe pois articular as demandas da militância com as necessidades de sua vida doméstica e familiar. Tenho observado que em todos os documentos do MST, embora hajam propostas de revolucionar as relações de gênero nas micro esferas do cotidiano, após uma observação mais atenta, percebe-se que as propostas ou linhas políticas, ainda estão distantes das estruturas presentes na vida objetiva das mulheres. Por conta

---

[4] Lima Costa, 1998, p. 74

[5] BARRET, M. As palavras e as coisas: materialismo e método na análise feminista contemporânea. **Estudos feministas**. Florianopólis, Vol 7, n. 1 e 2, p. 109-125, 1999, p.111

[6] Bové, 1990, *Apud* GORE, 1994, p. 9-10

[7] Esta frase é de Cristiane Campos, militante do MST e integrante do Coletivo Nacional de Gênero, em entrevista concedida a Paulo Andrade Magalhães, durante o 12° Encontro Nacional do MST, S. Miguel do Iguaçú – PR.

das dificuldades de efetivar na prática aquilo que as publicações trazem na teoria, é que percebemos como tais propostas tornam-se mais reformistas do que revolucionárias. Essa é uma questão preciosa e que necessita ser vista com mais cuidado na análise nos documentos específicos.

Neste ínterim no qual estou dando muita atenção a questão dos discursos, considero pertinente uma citação de Jana Sawicki, para quem:

> Nenhum discurso é inerentemente libertador ou opressivo. A condição libertadora de qualquer discurso teórico é uma teórica.[8]

Esta afirmação elucida bem o desafio que esta investigação se propõe, ao tentar estabelecer conexão entre os discursos, os contextos específicos e a participação política feminina. A posição demarcada neste trecho por Sawicki contempla nossa proposta de estudo, na medida em que se pretende analisar os discursos em relação aos contextos nos quais atuam. Ainda assim, mesmo quando Sawicki aponta que a condição libertadora dos discursos é um problema de investigação histórica, ela quer nos lembrar que os discursos retirados dos seus contextos não acontecem e que estes sozinhos não têm o poder de mudar a realidade objetiva sem que entre em contato com as realidades específicas ou mesmo seja produtor e produto do seu momento histórico.

3.2 - Analisando os discursos sobre a mulher e as relações de gênero nos documentos do MST

Os textos e documentos que elegi para esta análise foram produzidos entre 1997 e 2004 sendo de diferentes tipos. Há os produzidos entre 1997 e 1999, quais sejam *A questão das mulheres no MST* (MST, 1997) que reúne 26 linhas políticas que foram discutidas no 2º Encontro Nacional das Mulheres do MST, ocorrido em agosto de 1997. Sobre este evento temos ainda o *Relatório do 2º Encontro Nacional de Mulheres do MST* (MST, 1997). Documento que considero de extrema importância dada a riqueza de suas informações e por conter uma síntese das discussões sobre as mulheres do MST em nível nacional. A meu ver ambos os documentos cumprem o papel de diagnosticar a situação na qual se encontra a

---

MST. **As datas comemorativas: A importância das mobilizações**. Caderno dos Núcleos. Ano 1, No. 4, Fev-Jun/2004.

[8] SAWICKI, 1988a, p.166, *Apud,* GORE, 1994, p. 9

organização de mulheres no MST em todas as regiões do país e concomitantemente objetiva elegerem linhas políticas ou diretrizes básicas para a atuação destas no Movimento. Tomei conhecimento também do relatório do *I Encontro Nacional de Mulheres* por ter encontrado trechos deste documento na dissertação de mestrado de Denise Mesquita de Melo, mas por não ter conseguido encontrar este documento na íntegra optei por não incluí-lo nesta análise, já que a visão fragmentada deste, associado à leitura que esta autora fez do mesmo poderia influenciar as minhas observações não possibilitando uma comparação ampla com as outras fontes que tem-se em mãos.

Em 1999, a coordenação Nacional do MST aprovou as "11 Linhas políticas de gênero no MST", que constam na cartilha *Mulheres Sem Terra: Semeando lutas e novas relações de gênero* (2004), publicada pela Secretaria Nacional do MST. Observa-se já no título do documento, um deslocamento da questão da mulher para a questão do gênero. Estarei comparando estas 26 linhas política intitulada *A questão das mulheres no MST* (1997) com as 11 *Linhas políticas de gênero* (1999) que de forma geral são documentos resultantes dos encontros de mulheres e que tem a finalidade de fortalecer e mobilizar as mulheres para a luta. Um outro documento que apresenta a concepção de linhas políticas assim como objetivos, metodologia e formas de organizar as mulheres em vários níveis do MST, é o documento *A Mulher no MST*, infelizmente está sem data e possivelmente foi produzido pela secretaria nacional. Temos alguns indícios que este é da década de 1990 pelo uso de termos como "a nova mulher" e o "novo homem" e a ênfase dada na associação entre "luta de gênero" e "a luta de classe" que estão pautados em "novos valores como: Companheirismo, solidariedade, divisão dos trabalhos domésticos, cuidado dos filhos, etc[9]." A meu ver este documento é importante por apresentar um projeto a ser realizado com intuito de implementar uma maior inserção da mulher no MST.

O que caracteriza a natureza destas fontes apresentadas é exatamente o caráter de serem registros históricos de eventos específicos sobre a mulher, marcando um período na década de 90 em que a discussão sobre estes temas e a relevância dada aos mesmos, denota uma virada política na articulação e auto-organização das mulheres, que colocam nas pautas de discussão do MST as questões femininas e a importância de espaços específicos, como por exemplo, a

construção do coletivo de mulheres e posteriormente do setor de gênero em 1999, para se elevar o nível de participação política feminina nas diversas instâncias do Movimento Sem Terra.

A partir do ano de 2000, temos a cartilha *Mulher Sem Terra*, "fruto de uma construção coletiva neste processo dos 15 anos do MST, para fortalecer a participação e a organização das mulheres[10]". Esta cartilha assim como uma outra de 2004 (que comemora os 20 anos do MST) intitulada *Mulheres Sem Terra: Semeando Lutas e novas relações de gênero,* são bem parecidas no seu formato, pois propõem vários temas de interesse das mulheres que possam ser trabalhados nos encontros e reuniões realizados nos núcleos de base. O que caracteriza ambas as publicações é a organização de capítulos em núcleos temáticos e o estilo simples e objetivo de apresentar conceitos relativos às questões de gênero, luta de classe, valores e a participação da mulher no projeto popular da reforma agrária. Ambas as cartilhas são bem focadas no interesse da mulher trabalhadora rural e não obstante ser construída com uma linguagem popular e de fácil entendimento, trazem questões interessantíssimas para a realidade objetiva que as mulheres trabalhadoras rurais encontram no seu cotidiano. Estarei também fazendo uma análise comparativa entre estas cartilhas e outras duas matérias que foram publicadas na *Revista Sem Terra* de março/abril 2004. A primeira faz uma avaliação dos 20 anos das lutas do MST e a seguinte fala exatamente sobre a participação das mulheres na luta pela reforma agrária. Este material diferencia-se um pouco dos documentos citados anteriormente por constituir-se em textos de caráter mais jornalístico, mas mesmo assim considero um material interessante primeiro por estarem na revista do Movimento e depois por oferecerem um balanço em paralelo dos avanços da luta e da presença das mulheres do MST.

Por fim a publicação de natureza mais teórica que encontrei foi o livro *Construindo novas relações de gênero: Desafiando relações de poder* (2003). Foi organizado pelo Setor Nacional de Gênero do MST e reúne textos de várias autoras(es) pertencente a organismos[11] que colaboram nas publicações do

---

[9] MST, s/data, p.1
[10] MST, 2000, p. 4
[11] Centro de educação popular do Instituto Sedes Sapientiae/SP; Gilda Cabral militante feminista e técnica do CFEMEA, textos da revista Estudos Feministas, uma publicação do CHF/CCE/UFSC, dentre outras autoras.

movimento, além de poemas diversos que tratam da condição feminina.[12] Este material é extremamente rico na abordagem que faz de conceitos tais como o de relações de gênero, luta de classe, feminismo socialista, revolução, importância da luta do 8 de março, etc. Pontua-se desde já que nos limites deste capítulo, ainda não esgotaremos a análise deste material por estar ele permeado de reflexões teóricas muito extensas e complexas que podem apontar para várias discussões acerca da posição ocupada pela mulher na sociedade burguesa de classe, das várias dimensões de sua opressão e as saídas para a superação dessas desigualdades.

Escolhi como sistemática para a análise destes documentos citados primeiro agrupá-los de acordo com os aspectos em que eles se assemelham, ou seja: linhas políticas sobre as mulheres, cartilhas e reportagens da *Revista Sem Terra* e por fim a compilação de textos sobre gênero. Selecionei nestes documentos os temas ou princípios mais recorrentes concernente ao objeto deste estudo, por fim a maior preocupação é apontar as questões que ajudam a iluminar o ser mulher no MST e o lugar de enunciação que colabora na formação da identidade de Mulher Sem Terra.

3.3 A Análise dos documentos do MST

A primeira observação que fazemos nos documentos do MST é a sua dupla orientação política e teórica. A auto-identificação com o feminismo marxista marca os usos e as categorias de análise escolhidas pelo MST para uma abordagem do sujeito mulher e definição do lugar político que este sujeito ocupa no conjunto das relações sociais. Termos como “relações de gênero”, “luta de classe”, “novo homem” e “nova mulher”, “socialismo”, “revolução” “classe trabalhadora”, etc. são muito utilizados para definir a complexidade das relações sociais e as desigualdades de papéis de gênero que marca a posição de homens e mulheres na sociedade de classes.

A principal tese que permeia os documentos de 1997 a 2004 é a que associa luta de gênero e luta de classe. Para o MST ambas as formas de luta se

[12] Muitas publicações de MST trazem poemas e letras de músicas com conteúdos que falam sobre luta de classe, opressão, revolução, esperança, dentre outros temas. Estes não estão presentes somente nas publicações dirigidas às mulheres, é uma constantes nas cartilhas consultadas e tem a ver com a proposta de revolução cultural e os novos valores que o Movimento preconiza.

complementam e é através destas duas frentes que se dará a construção da sociedade socialista. No documento *A questão das mulheres no MST*[13], o *item 18* contempla este aspecto:

> As lutas devem levar em conta não apenas a possibilidade de conquista, mas o seu crescimento enquanto classe trabalhadora e ir aumentando o poder de decisão das mulheres[14] .

A idéia que podemos extrair desse fragmento é que a emancipação da mulher está atrelada a emancipação da própria classe trabalhadora, que para o MST é impossível não pensar na inter-relação entre classe e gênero. Sendo o MST uma organização de trabalhadores, que se auto proclama socialista e que acredita que a única forma de revolução social é a auto-organização dos trabalhadores, a associação entre luta de classe e de gênero mantém uma coerência interna com os princípios político-ideológico preconizados pelo movimento. No entanto os documentos do MST são bastante ecléticos nas suas orientações teóricas e comumente não realiza uma discussão aprofundada dos conceitos apresentados para explicar a realidade social.

Uma forte característica das publicações escolhidas para esta análise, é o caráter reflexivo e propositivo dos documentos. Já que estes apontam para as questões que estão dificultando ou impedindo o acesso de mulheres a uma ampla e irrestrita participação na construção da luta coletiva. Os textos voltados para discutir a condição de gênero permitem que as mulheres se dêem conta de sua situação, se reconhecendo nas questões apresentadas, o que possivelmente vai gerar uma reflexão do lugar que elas estão ocupando na organização de forma especifica e na sociedade em geral. Dessa forma nesses textos encontramos sempre uma análise da conjuntura e das dificuldades que as mulheres trabalhadoras rurais encontram no Movimento. Estas dificuldades dizem respeito ao machismo encontrado na organização, que alimenta a idéia de que as mulheres têm medo ou são inseguras, acomodadas, não sendo capazes de desempenhar as mesmas tarefas que os homens. A partir deste diagnóstico a organização de mulheres tenta combater o baixo índice de participação política, ou mesmo o insuficiente envolvimento no trabalho produtivo das cooperativas, nas tomadas de decisões dos espaços coletivos nos assentamentos, o baixo nível de escolarização, etc...

---

[13] MST, 1997.

A principal proposta que o MST coloca para resolver a tensão existente nas relações de gênero é a construção de uma sociedade socialista a partir da participação do "novo homem" e da "nova mulher", que são atores de sua história e estão assentados em valores como companheirismo, solidariedade, divisão de tarefas domésticas, disposição e engajamento na luta.

A discussão acerca da importância da participação política das mulheres no MST começou a ganhar corpo em meados da década de 1990. Até então, o MST não possuía um trabalho específico com as mulheres e o Coletivo Nacional de Gênero veio a se constituir a partir de 1995, quando houve o 3° Congresso Nacional realizado em Brasília, contendo como palavra de ordem "Reforma Agrária: Uma Luta de todos". Neste momento, os movimentos de mulheres exógenos ao MST, eram definidos como espaços próprios para o debate das questões especificas femininas. Entretanto hoje já existe a discussão de gênero em diversas instâncias do MST, inclusive nos cursos de formação direcionados para dirigentes e lideranças[15].

Imediatamente em maio de 1996 o Coletivo Nacional de Mulheres do MST começou uma articulação para a formação de uma pauta de luta que contemple a questão das mulheres e que possa mantê-la presente nos vários setores do movimento. Assim este coletivo realizou o I Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST e publicou um relatório intitulado *A questão da Mulher no MST*.[16] Segundo Denise Melo, neste encontro o Coletivo elegeu alguns pontos considerados ainda como desafios a serem vencidos pelas mulheres na organização. Para isso os objetivos estratégicos do Coletivo de Mulheres seriam:

> 1) Construir novos valores no cotidiano (família, militância, direções, postura pessoal);
> 2) Tratar a questão de Classe e de gênero enquanto princípio;
> 3) Massificar e qualificar a participação das mulheres;
> 4) Dar organicidade à participação das mulheres;

Os objetivos específicos são:

---

[14] MST, 1997

[15] PAVAN, 1999, p.3

[16] Esta informação eu encontrei na dissertação de MELO, 2001. Nesta a autora faz citação de parte deste relatório do Encontro, que eu preferi não usar nas minhas análises por não ter tido acesso ao inteiro teor do documento.

> 1) Criar mecanismos para garantir a participação das mulheres em todos os níveis (creches e outros);
> 2) Criar novas relações em que os resultados políticos, econômicos e sociais sejam distribuídos de forma igualitária entre homens e mulheres; (MST, 1996, p. 7, Apud, MELO, p. 77)

Considero que a articulação de mulheres no MST surgiu exatamente no período em que o Movimento estava se consolidando como uma organização política com ampla base social trazendo consigo as contradições da sociedade na qual ela se constituiu. Assim na década de 1990 o MST não realizou mudanças em sua estrutura, mas encontrou desafios quanto a expansão das suas atividades e das instâncias de representação[17], dessa forma é que as mulheres precisavam sentir-se mais representadas na organização, através da criação de um coletivo que atendesse suas pautas de lutas e que também promovesse a coordenação dos debates que já vinham ocorrendo, ainda que de forma incipiente, nos outros estados. É importante marcar essa conjuntura porque é nela que surge os documentos específicos e as cartilhas sobre a questão das mulheres. Tais publicações são um esforço do Coletivo Nacional de Mulheres, hoje Setor de Gênero que foi criado oficialmente em 1999[18], para promover a formação das lideranças assim como das militantes da base. Este setor também promove cursos de formação e encontros nacionais para a discussão do andamento e avanços do setor, assim como para a preparação dos encontros em nível estadual.

3.3.1 - Análise das linhas políticas

Escolhemos uma análise comparativa entre os documentos *A questão das mulheres no MST – Linhas Políticas* (MST,1997) e as *Linhas Políticas de Gênero no MST* [19](1999), por eles se assemelharem em sua proposta de sintetizar as diretrizes políticas do MST para as mulheres e estabelecer sob quais princípios o trabalho organizativo deve seguir. Já no título dos documentos percebe-se o deslocamento da questão do âmbito das mulheres para a questão de gênero. O

---

[17] Fernandes, 2000, p. 199
[18] Revista Sem Terra, Março/Abril de 2004, p. 31
[19] Apesar desta linha políticas terem sido aprovadas em 1999, eu as encontrei na cartilha, MST, 2004. **Mulheres Sem Terra: Semeando Lutas e novas relações de gênero**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, de maneira que quando eu for citar irei colocar como referência o ano da cartilha na qual estas linha políticas foram publicadas (2004) e não o de sua aprovação (1999).

primeiro de 1997 está se reportando somente ao “grupo de mulheres”, e se destina a atender às questões femininas. A ênfase deste documento é na organização do trabalho com as mulheres para que ela possa intensificar sua participação em todas as etapas da luta. Logo no item 01 consta que:

> 01. Para massificar a luta pela terra temos que levar em conta a real participação das mulheres antes, durante e depois da conquista da terra[20].

O documento de 1999 já traz essa discussão ampliada para a esfera da família e é lá que se localiza a legítima posição da mulher. Ou seja, esse deslocamento da questão da mulher para o gênero, privilegia a dimensão relacional homem\mulher exatamente no âmbito da família, campo onde se efetua uma complexa rede de tensões e desigualdades de poder. Uma outra observação é que a figura do homem ao lado da mulher na luta é o ícone presente na bandeira do MST e que tem a seguinte significação segundo o Movimento:

> O casal de camponeses dentro do mapa do Brasil nos mostra o espírito da unidade dos trabalhadores. Em todos os cantos do país, o compromisso dos homens, mulheres e jovens é o mesmo. Pela Libertação do Povo.[21]

É na tentativa de implementar essa união da família para fortalecer a luta que o item 14[22] e os itens 01 e 10 das linhas políticas (1999) ressaltam que o lugar da mulher também é no trabalho junto a terra e na produção dos lotes e cooperativas.

> 12. Desenvolver meios para que as mulheres realizem atividades produtivas nos assentamentos, mas que controlem e organizem esses espaços produtivos.
> 14. Incentivar para que toda a documentação da terra seja assinada pelo homem e pela mulher.[23]
>
> 01. Garantir que o cadastro e o documento de concessão do uso da terra seja em nome do homem e da mulher.
> 10. Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica.[24]

---

[20] MST, 1997
[21] Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, No. 60, fev/mar de 1997, p. 20, *Apud* Fernandes, 2000, p. 188
[22] MST, 1997
[23] MST, 1997
[24] MST, 2004, p.20

Estas definições parecem contribuir para o fortalecimento da categoria de trabalhadoras rurais, investindo em um lugar de reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres e fomentando a autonomia econômica e política feminina dentro da organização. A ressalva que faço é que, colocadas dessa forma, as linhas políticas de 1997 buscavam "desenvolver" meios ou formas para que as mulheres participassem mais do trabalho produtivo, inclusive organizando e controlando a produção ao "incentivar" que a assinatura de mulheres conste nos documentos do uso da terra. Este tipo de afirmação dá a entender que a participação feminina ocupava um lugar específico para o MST, que deveria possuir uma correspondência na vida das próprias mulheres. Por isso deveriam ser incentivadas, já que elas não estavam organizadas para essa atuação. Em contraposição, as linhas aprovadas em 1999 insistem em "garantir", o que entendemos por "assegurar", a participação feminina no uso da terra. Para os idealizadores do Movimento isto que acaba sendo um diferencial no cotidiano de mulheres assentadas, pois ao se envolverem com a questão da produção elas acabariam participando mais da vida política e econômica do assentamento, o que engendraria uma redefinição nas relações de gênero e de sociabilidades entre os assentados.

Ainda assim estes itens apontam para uma das questões mais importantes para a categoria de mulheres trabalhadoras rurais, que é a garantia de ter o seu nome no título da terra onde antes só constava o nome do homem, considerado o chefe da família. Isso também era tido pelas mulheres do Movimento como uma forma dos homens exercerem sobre elas o domínio da propriedade, dos meios de produção e da sobrevivência.

Todo o cuidado em reiterar a participação das mulheres na produção, advém de um temor por parte do MST de que o modelo de titulação que não incorpora legalmente as mulheres provoque perdas nas noções de identidade de trabalhadora rural, já que, segundo estas cartilhas, à medida que as mulheres se afastam das atividades junto a terra elas estariam mais suscetíveis a exercerem outras atividades como a de donas-de-casa, bordadeiras, trabalhadora doméstica, vendedora, etc. Na visão do MST isto dificulta a incorporação da mulher na luta pela transformação da sociedade e pela implantação da reforma agrária. Por outro lado, não se questiona se essa perda de identidade de trabalhadora rural ou mesmo a não

participação da mulher nos assentamentos agudiza mais ainda a subordinação e a opressão feminina. Tais afirmações apontam para a noção de que caso haja um maior engajamento da mulher nas questões políticas e econômicas da comunidade, não só haveria um reposicionamento das questões de classe, mas sobretudo das desigualdades de gênero.

Existem alguns pontos muito semelhantes em ambos os documentos. Nas linhas políticas de 1997 o item 07 nos esclarece que:

> 07. Para que a mulher possa se desenvolver enquanto militante e dirigente é necessário que a organização crie e viabilize formas de sua participação, sobretudo na implementação de cirandas infantis[25].

Já o item 06 de 1999, diz que:

> 06. Garantir que em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher)[26]

Em ambas as resoluções percebemos que há o entendimento de que a emancipação feminina na organização e o desenvolvimento de atividades que viessem necessitar de seu engajamento é visto como algo a ser fomentado pelo MST; o movimento é que deve criar as condições objetivas para a liberação da mulher para as atividades de militância. A diferença é que nas Linhas Políticas de Gênero (1999) a proposta é o encaminhamento e a liberação da família das atividades domésticas e não só da mulher.

As “linhas políticas” a seguir, são muito parecidas ao proporem mecanismos que possam estar transferindo as tarefas normalmente atribuídas às mulheres para a coletividade dos assentamentos. Mas uma vez o que difere é o deslocamento ou reordenamento das demandas antes atribuída ao sujeito “mulher”, para a serem pensados na esfera familiar.

> 13. Incentivar para que os assentamentos criem ou desenvolvam mecanismos que liberem as mulheres dos afazeres domésticos, para atuarem nas atividades ‘produtivas’,

---

[25] As cirandas infantis são os espaços apropriados para as crianças, é como se fosse uma creche, porém onde as crianças estariam sendo cuidadas por pessoas da comunidade e teriam lá atividades educativas. É comum nos eventos do MST o espaço das cirandas infantis, nas quais normalmente ficam meninas jovens tomando conta das crianças enquanto os pais estão nas atividades do evento.

[26] MST, 2004, p. 21

> por exemplo: lavanderias, refeitórios, cirandas infantis nos assentamentos.[27]
> 09. Realizar a discussão de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberem a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitório, lavanderias, etc, comunitários.[28]

A criação destes equipamentos comunitários, possuem uma grande importância no discurso das lideranças femininas. Na opinião de Rosa, uma das lideranças entrevistadas, sua criação iria contribuir para liberar a mulher dos trabalhos domésticos e do ônus que isso representa. Dessa forma a mulher se sentiria em tese mais livre e disponível para ir aos cursos de formação, aos encontros, reuniões, etc. Mas note-se que a liberação das mulheres segundo o item 13 (1997), promoveria sua atuação e liberação para as atividades 'produtivas' e não para as atividades políticas. Somente gostaria de chamar a atenção para esta palavra grifada **"produtiva"**, pois a idéia que perpassa por essa liberação das mulheres é que ainda é obrigação delas cuidar das tarefas domésticas sem que se questione a validade disso. Uma outra coisa é que se as mulheres devem está disponíveis para as atividades produtivas, o que no mundo rural deve ser considerado como atividade produtiva feminina? Será que as atividades normalmente desempenhadas pelas mulheres tais como cuidar do espaço do quintal, da horta, na criação de pequenos animais ou na manutenção das sementes, são vistas como ajuda às tarefas realizadas pelo homem ou são consideradas atividades produtivas? Estas atividades não geram renda direta além de serem desvalorizadas, são vistas "como obrigação da mulher" por se constituírem, em tese, como extensão do trabalho doméstico.

Durante as visitas aos assentamentos, constatei que as lideranças atuam somente nas esferas políticas e organizativas do MST. Apesar de muitas serem assentadas pelo Incra e possuírem seus lotes, uma boa parte destas mulheres e também dos homens, foram "liberados[29]" pela direção para desempenharem somente as tarefas políticas. Pelo menos entre as mulheres ouvi depoimentos queixando-se de que elas não possuem tempo para trabalhar no lote devido às tarefas da militância, que exige que elas tenham que estar sempre

---

[27] MST,1997
[28] MST, 2004, p. 21
[29] Ser "liberado", significa receber uma ajuda de custo para o desempenhar atividades de direção ou coordenação nas diversas instâncias do MST.

viajando ou se deslocando de um lugar para o outro para cumprirem as tarefas designadas pela direção.

As lideranças entrevistadas nos relatam sobre a importância da visibilidade das reivindicações das mulheres e reiteram que as reivindicações femininas mais citadas são as que dizem respeito às melhorias na estrutura básica dos assentamentos: creche, escolas, postos de saúde, serviço médico, lavanderia coletiva. Isto seriam condições importantes que possibilitariam às mulheres se engajarem nas lutas políticas, ir para os cursos de formação e poderem participar das decisões nas assembléias e cooperativas.

Apesar de serem reivindicações bastante justas, temos percebido que a realidade está muito longe de alcançar este sonho. Essas reivindicações aparecem somente nos discursos das lideranças e nas publicações do MST. As mulheres assentadas que foram entrevistadas não apontaram nenhum desses itens como necessários para seu engajamento político. O que quero dizer é que enquanto as lideranças para as necessidades objetivas das assentadas(os), estas elencam muito mais questões subjetivas como determinantes para sua mobilização política. Nas conversas que tive com algumas mulheres e até em relatos recolhidos, ao serem interrogadas sobre as dificuldades encontradas para sua participação mais efetiva, elas em nenhum momento mencionaram aquelas demandas estruturais das quais falam as lideranças. Os maiores desafios para as mulheres que integram as bases do MST e com as quais pude dialogar ou entrevistar, giram em torno de encontrar apoio dos companheiros ou maridos para ir aos eventos, arranjar dinheiro, pois em sua maioria elas não possuem renda direta ou suficiente para dispor em gastos que não sejam com a família, sobretudo, os filhos, e encontrar outras mulheres que estejam dispostas a acompanhá-las. Pois assim se sentem mais seguras para se deslocar e enfrentar novas situações. Vejo aqui que as reivindicação das lideranças não representam as demandas das assentadas, interligando-se muito mais com as publicações do MST.

A inserção de cotas para as mulheres assumirem cargos de coordenação e direção já estavam previstas em algumas cartilhas do MST. Esta diretriz gera um efeito positivo nas expectativas femininas, ao mostrar-lhes que elas também são capazes de exercer certo tipo de atividade, além de contribuir para a formação de quadros no Movimento. No entanto apesar de está garantido nas linhas políticas de 1999, na prática, nem sempre estas prerrogativas são seguidas:

> 04. Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres;

Um dos pontos que considero uma tentativa de romper com a atual condição dessas mulheres pode ser visto no item 05 das linhas políticas de 1997:

> 05. É necessário ir desenvolvendo uma linguagem própria para o desenvolvimento da organização das mulheres[30].

No meu entender, isto denota um forte desejo de autonomia e expressão do grupo de mulheres, já que o MST possui um léxico fortemente andocentrico, marcado pela ideologia política do Movimento. Se as mulheres desejam uma linguagem específica para se colocarem no mundo, elas podem estar querendo romper com a forma tradicional de serem exteriorizadas no discurso, muito mais próxima de seus desejos e vivências cotidianas. Pois dada à condição de não poderem transpor as formas discursivas culturalmente constituídas e de maneira radical inovar, trazendo um outro corpo discursivo, elas permanecem não se sentido representadas nas estruturas ideológicas do MST. Nasce daí uma contradição, resultado de um conflito entre as propostas políticas trazidas para as mulheres e a realidade da militância vivida por homens e mulheres, que nem sempre permite às mesmas à ruptura do *status quo* ocupado pelos sujeitos na organização. A meu ver, esta contradição do MST, é produzida no momento em que se tenta transpor ou analisar as questão de gênero na práxis militante a partir as ferramentas discursivas e conceituais que muitas vezes não emergem da realidade mesma vivida por homens e mulheres.

Assim no documento de 1997 vê-se uma tendência à ruptura, em grande medida consentida. Há uma advertência sobre o radicalismo, que está expresso no item 19, quando diz que:

> 19. Devemos realizar um trabalho com as mulheres, mas que não permita cair nos desvios:
> Feminismo radical (que obrigue o homem a mudar de um dia para o outro)
> Trabalho de ONGs (aquele basismo desenfreado que acaba não apostando no potencial das mulheres)

---

[30] MST, 1997.

> No imediatismo (achar que amanhã acabaremos com toda a carga de opressão de milhares de anos)[31]

Interessante notar como o MST tem ressalvas quanto ao discurso feminista, por considerá-lo radical, mas em outros documentos publicados pelo movimento a orientação feminista marxista está claramente colocada como uma opção teórica e política para questionar a condição da mulher na sociedade de classe. Talvez exista aí uma tensão entre rejeitar uma prática feminista (radical) e aceitar uma teoria feminista – marxista que inclui o tripé classe-raça- gênero de forma bastante acrítica.

As últimas questões que são tratadas em ambos os documentos mais uma vez retomam aspectos de como as questões de gênero e classe se retroalimentam ao estabelecer a causa da violência e opressão da mulher e da criança como fruto das desigualdades de poder intrínsecas à sociedade de classes, apontando o capitalismo como o principal inimigo a ser combatido para a resolução dessas questões. Isto é um problema muito mais complexo do que como está sendo colocado aqui. Acho que há uma sobreposição recorrente entre as desigualdades de classe e de gênero, que não estão muito bem explicitadas pelo MST e que transparece nos documentos analisados através da exposição sintética na elaboração de conteúdos como os que cito abaixo:

> 26. Desenvolver campanhas para combater a violência contra a mulher (MSTa, 1997).
> 11. Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violência no capitalismo(MST, 2004, p.22).

Denise Melo (2001) ao analisar documentos escritos pelo MST entre 1979 e 2000, aponta esta tendência que o MST tem de associar mecanicamente a relação entre classe e gênero, quando ambos os conceitos próprios da análise feminista requeriria uma extensa discussão epistemológica e metodológica, devido às várias abordagens que ambos os conceitos suscita. Ela nos diz que:

> De um modo geral, o que tende a prevalecer é uma noção de que a questão de gênero é complementar e/ou subordinada à analise da sociedade em termos da luta de classes, compreendida de um modo marxista convencional. (...) neste

[31] MST, 1997

> caso, a libertação da mulher é colocada como meta e conseqüência do fim da exploração de classe[32]

Diante disso temos algumas considerações acerca dos documentos aqui analisados. Primeiro é que não esgotamos aqui a complexidade e todas as propostas do MST para a articulação das mulheres no Movimento, porque cada item das linhas políticas apresentadas suscitam inúmeros debates sobre a condição feminina, não somente no âmbito da organização mas também na sociedade em geral. Outro aspecto é que vemos os documentos muito mais como indicativos das contradições que um movimento social como o MST traz em sua dinâmica do que como soluções harmônicas e conciliatórias para resolver as diferenças de posição que homens e mulheres ocupam nas instâncias organizativas do MST.

Não obstante, existe uma dimensão propositiva na implementação das linhas políticas voltadas para a formação de mulheres e a ampliação desta atuação, que pode ser percebida pela noção de que as mulheres devem participar mais da organização através de sua inserção em todos os setores do Movimento.

Está claro portanto, que as linhas políticas expressam o projeto de sociedade do MST, e principalmente a atuação que o "novo homem" e a "nova mulher" devem ter na construção de uma sociedade socialista mais justa, humana e igualitária. Este "novo homem" e esta "nova mulher" devem crescer juntos no seio da família desenvolvendo os novos valores humanitários e envolvendo também os filhos na construção deste sonho. Considero que as linhas políticas de 1997 é mais revolucionária para a condição das mulheres que as linhas políticas aprovadas em 1999, na qual a ênfase é na emancipação da mulher na esfera familiar e não individual ou subjetiva.

3.3.2 - As cartilhas

As cartilhas intituladas *Mulher sem Terra* (2000) e *Mulheres Sem Terra: Semeando lutas e novas relações de gênero* (2004), foram publicadas respectivamente em comemoração aos 15 e 20 anos do MST. O ponto forte destas cartilhas é promover a formação e discutir aspectos da participação das mulheres no Movimento. Apesar de serem muito parecidas nos temas propostos, chamados de "encontros", o que as diferencia é que a cartilha de 2000 está voltada para a

[32] MELO, 2001, p. 78

formação geral das mulheres com uma ampla variedade de temas concernentes ao cotidiano destas nos assentamentos, enquanto que a cartilha de 2004 foi feita especialmente para subsidiar os encontros preparatórios para o acampamento de mulheres do MST. Na apresentação desta última há uma observação interessante acerca do público a que esta cartilha se destina:

> As discussões podem ser feitas em grupos de mulheres e nos núcleos de famílias do MST. É importante envolver os companheiros, afinal uma nova sociedade só será possível com novos homens e novas mulheres. [33]

Esta preocupação em envolver também os homens nas discussões sobre gênero tem sido um dos pontos chaves para a mudança atitudinal nas relações entre homens e mulheres no MST. Pelo que tem sido observado nas entrevistas e nas conversas com os militantes, há uma preocupação em trazer os "homens", pois entende-se que as mulheres sozinhas discutindo relações de gênero não podem fazer muito, mas se os seus "companheiros" também fossem sensibilizados para estas discussões a luta irá avançar muito mais, tornando mais fluída a participação igualitária dos sexos na organização e derrubando os preconceitos e machismos presentes nas relações cotidianas.

A cartilha publicada em 2000 está divida em oito "encontros" temáticos, onde cada um está estruturado como um manual a ser seguido para a realização de reuniões de formação para as mulheres. Cada "encontro" busca explicitar de forma simples e fácil temas transversais que articulem ao mesmo tempo os princípios políticos e ideológicos do MST e as questões da vida das mulheres sem terra. É interessante transcrever aqui os temas apresentados, advertindo que devido a impossibilidade já citada de abordar com profundidade todas estas questões, irei me deter na análise somente daqueles que mais dialogam com meu objeto de estudo e com os objetivos desta pesquisa.

1° As mulheres e a luta de classes
2° Relações de gênero
3° Educar sem discriminar
4° Os valores
5° Cultura e Lazer nos assentamentos e acampamentos
6° Mulher e saúde
7° As mulheres e a construção do projeto popular

---

[33] MST, 2004, p.5

8° As mulheres e a reforma agrária[34]

Por sua vez, a cartilha de 2004, está dividida somente em três encontros e por ser menos diversa em riqueza de temas, aprofunda um pouco mais a discussão dos assuntos propostos, mas sempre seguindo o mesmo estilo argumentativo e político. Os temas são:

> 1° O desenvolvimento do capitalismo no campo e as conseqüências para as mulheres
> 2° A participação das mulheres no MST
> 3° Vamos preparar o acampamento [35]

Essas cartilhas trazem além de textos sobre política, relações de classe e gênero, também letras de músicas e poemas de autores de esquerda. Embora não seja objeto de minha análise, reconheço que estes textos literários enriquecem as publicações além de oferecer um rico material que pode ser usado em trabalhos dirigidos às mulheres. Digo isto porque em ambas as cartilhas temos uma orientação passo a passo de como a mística[36] deve ser desenvolvida, com o canto de músicas especificas, de maneira a criar todo um ambiente e um clima propicio à discussão que se dará. As sugestões para as místicas também vão no sentido de invocar símbolos e usar objetos (bandeira do MST, lonas, flores, frutas, utensílios de trabalho) que sensibilizem as "companheiras" evocando a natureza feminina e despertando o espírito para a luta.

Estas cartilhas são uma espécie de manual que orientará as lideranças (dos assentamentos, acampamentos e dos setores do MST) no desenvolvimento do trabalho de base com as trabalhadoras rurais. Daí que a ênfase é na construção da identidade de mulheres como trabalhadoras para reforçar a identidade de classe. Como vemos na seguinte afirmação:

> Particularmente para as mulheres o MST representa a possibilidade de se libertarem de várias formas de opressão e se afirmarem como mulheres e como trabalhadoras. Porém, o MST ainda, não criou as condições para o avanço permanente da consciência, que só ocorre através da participação contínua[37].

---

[34] MST, 2000, p. 3
[35] MST, 2004
[36] A mística no MST pode ser entendida como uma prática que "tem um papel fundamental, em termos individuais e coletivos, nas lutas de massa, nas comemorações e celebrações, nas alegrias, nas derrotas e nas vitórias. Tem o papel de nos animar, de nos revigorar para novas e maiores lutas. De nos unir e fortalecer. Tem o papel de nos dar consistência ideológica em nosso trabalho do dia a dia." MST**. Mística: uma necessidade no trabalho popular organizativo**. Caderno de Formação Nº 27, Março de 1998, p.5
[37] MST, 2004, p.17

Note que o próprio discurso do movimento reconhece que o nível de participação política feminina ainda é baixo, que é preciso às mulheres estarem sendo mobilizadas constantemente para isso e que somente através da participação será possível superar sua condição de opressão e subalternidade.

Nesta mesma cartilha são apontadas alguns fatores que visam justificar a exclusão das mulheres da luta ou mesmo o seu baixo índice de participação. De acordo com o entendimento do setor de gênero do MST os três principais motivos são: 1 – Historicamente as conquistas do MST sempre se deram a partir de ações conflitivas. Isso demandou lideranças fortes capazes de dirigir ações e fazer bons discursos para manter as famílias reunidas. Por sua vez a maioria das lideranças que se enquadravam neste perfil eram homens. Somado a isto vem a existência de uma cultura de representação que foi construída no MST em que não necessitava de muita gente liderando e discutindo, isso possivelmente levou a ausência de famílias e mulheres na organização. 2 – As reuniões normalmente eram marcadas em horários em que as mulheres estavam ocupadas com os afazeres domésticos e mesmo quando elas iam para as reuniões não era valorizada a sua presença. 3 – Em geral a orientação é que as lideranças sejam pessoas mais capacitadas e porque as mulheres não possuem muito tempo para participar dos cursos de formação, lutas e trabalhos de base, os homens acabaram por ocupar mais cargos nas instâncias representativas, por eles possuírem em tese mais disponibilidade e mais formação que as mulheres.

De fato há uma cultura de lideranças fortes no movimento, sobretudo fomentada no início da formação do MST, que saíram das bases e das ações de ocupação e resistência. A alegação de que os homens estão sempre mais bem preparados por terem mais tempo para participar dos cursos de formação pode e deve ser relativizada. Pelo menos no que pude observar do MST aqui na Bahia, há um bom número de mulheres na organização, atuando na coordenação de diversos setores. Por exemplo o trabalho da Secretaria Estadual que fica em Salvador é todo realizado por mulheres muitíssimo preparadas e com boa formação. O que ocorre, me parece, é que há menos mulheres atuando nos assentamentos ou áreas, do que a quantidade de mulheres presentes nos trabalhos das secretarias e dos setores de gênero, educação, formação e saúde.

Não obstante aponta-se também no discurso do Movimento as conseqüências da não participação de mulheres.

> O conjunto do MST perde com baixa participação de mulheres, pois seus objetivos ficam mais distantes. Isso porque um dos objetivos do MST é a transformação social o que exige pessoas com consciência de classe. E a maioria das mulheres sem terra não tem consciência de que são trabalhadoras, portanto não se sentem motivadas para participar das lutas para a mudança estrutural.[38]

Vê-se que a ênfase é na constituição da identidade de classe. Podemos então verificar no discurso ideológico do MST que o conflito de classe é parte fundamental de sua ação e se mostra como vetor básico para a formação da identidade de Sem Terra. Esta ideal encontra correspondência clara nas formulações leninistas para a condição das mulheres depois de vencida a revolução. São tantas as semelhanças que poderíamos enumerar aqui várias, mas nos deteremos somente em algumas formulações que possam estar sendo comparadas com essas do MST.

De acordo as leituras destes documentos percebe-se que os textos sobre gênero fazem questão de mostrar que a classe possui dois sexos, e que deve-se fazer "a revolução dentro da revolução[39]", porém a classe deve está unida para combater os inimigos de classe: o capitalismo, o imperialismo, o neoliberalismo e o latifúndio.

Lênin escreveu ao longo de sua atividade revolucionária, diversos textos, discursos, panfletos, relacionados com a emancipação da mulher operária e camponesa. Além de detectar a situação das mulheres trabalhadoras na Rússia, ele também demostrava uma atenção ao papel que essa mulher iria desempenhar na revolução socialista. Para Lênin a questão da mulher era importante, por que existia uma vinculação entre a luta de classes e a emancipação feminina. O que podemos desde já observar é que este debate também estará presente de forma bastante semelhante nas linhas políticas que o MST tem formulado para as mulheres.

Na obra *Sobre a emancipação da mulher*, que é um conjunto de artigos deste pensador marxista, acerca da situação econômica, social e política das mulheres, Lênin irá expressar uma preocupação constante ao lembrar às mulheres que a situação na qual estas se encontram perante a sociedade é semelhante à escravidão, por conta da sua falta de direitos e por não serem tratadas em igualdade

[38] MST, 2004, p.22

de condições em relação aos homens. Em discursos pronunciado no I Congresso de Operárias ocorrido entre os dias 16 e 21 de novembro de 1918, ele denuncia que:

> A situação da mulher é tal em todos os países civilizados, inclusive nos mais adiantados, que com toda razão se denomina a mulher como escrava do lar. Em nenhum estado capitalista, nem sequer na mais livre república, existe plena igualdade de direitos da mulher[40].

Logo depois ele anuncia que a tarefa da República Soviética é acabar com as restrições aos direitos das mulheres e é ainda mais enfático quando afirma que:

> Até agora a situação da mulher tem sido tal que se tem classificado de escravidão; a mulher tem estado debilitada pelos afazeres da casa, e desta situação somente pode arranca-la o socialismo.[41]

A proposta deste grande organizador da revolução soviética é de que o estado crie as condições para a libertação e emancipação das mulheres das atividades domésticas que segundo sua opinião escravizariam-nas. Neste sentido é que propõe que se criem instituições, refeitórios, creches modelos e outros tipos de espaços coletivos que venham a liberar as mulheres dos pesados trabalhos domésticos que tanto as escravizam e roubam suas energias impedindo-as de se filiarem ao partido e ajudar na luta pelo socialismo. Qualquer semelhança com as cartilhas do MST, não é mera coincidência. O que se percebe das leituras destas é a transposição de um modelo de sociedade pensado para o pós-revolução, que serve também como inspiração para a sociedade ideal, preenchida com os novos valores, que o MST deseja construir e que entende muitas vezes a luta de classe como um fenômeno social estanque, que não leva em conta a experiência social na qual se formam as demandas classistas, emanadas pelos sujeitos que compõe os movimentos sociais nas suas realidades históricas.

---

[39] MST, 2003, p.97

[40] LENIN, V. I. "Discurso pronunciado no I Congresso de Operárias de toda a Rússia". In: **Sobre a emancipação da mulher.** Alfa-Omega, São Paulo: 1980, p. 61

[41] LENIN, V.I. op. cit, 1980, p.62

A classe, para Thompson[42], se delineia segundo as formas como homens e mulheres vivem suas relações de produção, suas experiências, relações sociais e culturais. De modo que nenhuma formação de classe é mais real ou autêntica que outra. O MST não traz, pelo menos, em seu discurso uma visão de classe trabalhadora em constante formação e excepcionalmente heterogênea em suas tendências políticas e culturais. É claro que este discurso unívoco de classe trabalhadora visa evitar uma fragmentação no Movimento, pois ao constituir essa identidade de camponês, trabalhador rural, está se tentando de alguma forma resgatar e ao mesmo tempo forjar uma identidade de classe que fortaleça a bandeira do MST.

Ainda de acordo com Thompson a classe no seu sentido heurístico é inseparável da noção de luta de classes. Isto significa pensar que a formação da classe acontece na própria dinâmica da luta de classes e o que vemos no MST é uma expressão dessa luta através das suas reivindicações políticas, simbólicas e materiais. Mas percebo que estas dimensões da luta de classe não estão explicitas de maneira histórica quando vamos analisar discursivamente as publicações do MST. A partir de uma teorização da complexidade social que estabelece um esquema que coloca burguesia de um lado e os trabalhadores de outro em uma batalha maniqueísta, o discurso do MST, esvazia todo o processo histórico que antecede e constitui a formação das classes. Por seu turno torna a discussão extremamente genérica e abstrata para se proceder em torno do que é e como realmente acontecem as relações de poder entre as classes.

Um outro aspecto que Thompson valoriza é a dimensão relacional da luta de classes. Esta dimensão não aparece nos escritos do MST a não ser como oposição e combate. O MST deveria lembrar-se que a grande burguesia capitalista que seria o opositor mor nesse campo de conflito, existe hoje de forma diluída no sistema social e envolve uma complexa rede de grupos econômicos e políticos transnacionais que mantém uma influência bem demarcada face a nova ordem mundial neoliberal. O MST ao criar esse tipo de inimigo ideológico, muito mais possível de ser combatido no discurso que na prática, veicula uma visão mecânica da luta de classes ao invés de tomá-la como processo. Pode-se pensar que um dos

[42] THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e "falsa consciência" . In: NEGRO, Antônio Luigi e SILVA, Sérgio. (Org.) **As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**, p.p. 269-281

objetivos do Movimento é se constituir ainda como um lugar para a renovação das utopias sociais, em um contexto no qual o movimento operário está em crise, e as idéias socialistas cada vez mais desacreditadas.

Outro aspecto que na visão do Movimento reitera a participação da mulher é porque entende-se que:

> A massificação das lutas pela terra e pela reforma agrária. Se a mulher vai para a luta ela leva o conjunto da família, contribuindo para massificar a luta[43].

Por luta pela terra pode-se entender luta de classes, intensificação das ocupações de terra, pois o MST precisa de um exército reserva que esteja sempre mobilizado para atuar nas ocupações. Esta é essencialmente uma organização de massa, que precisa manter mobilizado o maior número de pessoas possíveis para as atividades e ações pois isto trás visibilidade para o movimento. É lógica esta estratégia de incorporação das mulheres nas ações de luta já que quando se desloca a mulher se leva a família. A dificuldade é entender ainda o que existe para além desta justificativa, já que isso é ponto pacífico para a inclusão da mulher no movimento e sua intensa mobilização. Talvez seja preciso destrinchar como esse discurso legitimador se aproxima ou se afasta da realidade e como ele está expresso na prática do movimento. De fato hoje com a definitiva estruturação do setor de gênero, em alguns estados, como é o caso da Bahia, onde este setor está bem articulado, ao longo do ano inteiro acontecem atividades para mulheres. São reuniões de lideranças das regionais, cursos de formação, encontro de mulheres, encontro nacional de lideranças femininas, dentre outros eventos que culminam na realização do Acampamento das mulheres no 8 de março. Daí que este calendário de atividades para as mulheres demonstra ser uma das estratégia de manter as mulheres articuladas e sempre atualizando suas pautas.

Uma outra preocupação que está expressa em ambas as cartilhas é a posição ocupada pela mulher na família e na sociedade de classes. A cartilha de 2000 já expressa a preocupação de que a mulher deve ocupar os espaços sociais para além do âmbito familiar, e para o MST esse processo culminará quando a consciência de classe for atingida. Complementando esta idéia de que a mulher precisa participar e criar a consciência de classe, é que a cartilha de 2004 traz uma advertência de que a mulher sem esta consciência acaba fazendo o papel de

reprodutora da ideologia burguesa presente nas instituições como a família, a religião e a mídia. Dessa forma é que lemos no seguinte trecho que:

> A mãe e a mulher sem terra que não tem consciência de classe contribui enormemente para reprodução da ideologia e dos valores burgueses dentro da família, incentivando a juventude para migrar para a cidade. Além disso contribuem para afastar seus companheiros da militância, separando a vida pessoal e a luta por mudanças sociais.[44]

Por fim como já foi amplamente visto neste texto, o MST entende que a questão de gênero complementa a luta de classe. Na visão do MST, "a luta por dentro da luta", é a tentativa de derrubar não somente as cercas que oprimem os trabalhadores, mas as amarras que impedem a mulher de emancipar-se e livrar-se da carga de opressão que constitui a sociedade patriarcal e se expressa nas desigualdades de lugares e poderes exercidos no conjunto das relações sociais.

> Nestes 20 anos de história é inegável a contribuição de mulheres para que o MST se tornasse uma organização respeitada no Brasil e no mundo (...). E quando as mulheres sem terra chamam atenção para a igualdade de gênero não estão querendo que o movimento se afaste da luta de classe. Pelo contrário, querem que as mulheres também tenham oportunidade de ser revolucionárias, de participarem da luta pela transformação social. Porque na concepção de gênero que vem se construindo no MST a Luta de Gênero não é contraditória com a Luta de Classe elas se complementam. Portanto a tarefa de ampliar a participação das Mulheres na sociedade que anunciamos é de todos que lutam pelo Socialismo[45].

As matérias encontradas na *Revista Sem Terra*, por seu turno fazem uma avaliação destes 20 anos de MST. O interessante é que na reportagem intitulada "MST faz encontro nacional para avaliar 20 anos de lutas" em nenhum momento é citado qualquer referência ao trabalho das mulheres na organização, mas em contrapartida uma das homenageadas foi Elisabeth Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, importante líder das ligas camponesas no nordeste durante as décadas 1950 de 1960. João Pedro Teixeira sofreu perseguição política e foi assassinado em 1962. Sua história deu origem ao filme *Cabra Marcado para Morrer*. A produção do longa metragem, que narra a trajetória política do líder da Liga Camponesa, teve início em fevereiro de 1964, mas foi interrompida pelas forças

---

[43] MST, 2004, p. 22
[44] MST, 2004, p.23

militares em março do mesmo ano. Dezessete anos depois, o diretor Eduardo Coutinho voltou à região, reencontrou a viúva e retomou as filmagens. O filme tem no elenco a própria Elizabeth e seus familiares, que documentam os problemas dos sem-terra, dos perseguidos políticos e de uma família vítima da ditadura militar[46].

Ainda na mesma revista temos uma matéria voltada somente para registrar os avanços que as mulheres vem tendo na luta do movimento e pela reforma agrária. Optei por abordar aqui esta matéria, já que ela se mostra absolutamente positiva e preocupada em dar visibilidade à presença e atuação feminina no MST. A afirmação de que "hoje as mulheres sem terra participam do movimento por inteiro"[47] nos informa que esta participação tem amplo respaldo no movimento. Segundo a matéria a participação de mulheres vem crescendo e junto a isso vem se desenvolvendo a auto-estima, o respeito, o conhecimento e o valor dessas mulheres na construção desse sonho de uma nova sociedade. A reportagem segue a fórmula já citada de apontar que as mulheres são importantes, estão atuando e mais ainda que o MST muda os horizontes existenciais das mulheres que passam a militar na organização. Especialmente sobre este ponto temos o depoimento da militante Maria Rodrigues que relata que deu um salto em sua vida após tornar-se militante no MST. Ela nos diz que:

> O MST ampliou a minha concepção de mundo. Saí do mundo particular e individualista para a construção de uma sociedade diferente com outros valores, onde há participação de homens e mulheres no poder. Sou separada do marido. Tenho três filhos e uma filha. Na minha casa os afazeres domésticos são socializados. Eles acompanham o trabalho que faço no MST, acham bacana, dão valor e sentem orgulho.[48]

Para finalizar gostaria de notar que em todas as cartilhas e documentos que consultei, não consegui perceber sujeitos reais naquelas formulações. Este é um aspecto que merece reflexão, pois parece os escritos do Movimento não estão falando sobre uma mulher real, de carne e osso, mas sim de um estereótipo de mulher que existe somente no aparato discursivo criado para veicular a ideologia do movimento. Isto está claro neste depoimento citado pois existe uma certa artificialidade no discurso de uma mulher, militante, separada, mãe,

---

[45] MST, 2004, p. 24
[46] http://www.justica.gov.br/noticias/2003/abril/RLS100403-anistia.htm
[47] Revista do MST, Mar/Abr, 2004, p.30
[48] Idem, p. 32-33

provavelmente chefe de família, que traz um discurso produzido, fixo e maquiado a serviço de uma imagem de mulher que o MST quer forjar. De sorte que quando penso na “morte do sujeito" tão propalada pelos pós-estruturalistas, me questiono se isso é válido no contexto de práticas discursivas dos movimentos sociais, onde a imagem fixa do sujeito é um fator de aglutinação e normatização de identidades. Por outro lado tem-se claro que estas publicações estão propondo um modelo, um tipo de mulher ideal, que deve servir de referência às mulheres reais da organização.

3.4 A discussão sobre gênero e classe

O conceito de gênero tão propalado pelo feminismo desde a década de 80 e que veio revolucionar a análise da condição feminina possui lugar privilegiado na análise que o MST faz das relações entre homens e mulheres. Este conceito aparece em todos os documentos analisados até aqui, no entanto a publicação que traz as teorizações acerca das relações de gênero e classe de forma mais aprofundada é o livro *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder* (2003). É nesta publicação que estaremos localizando os autores e as correntes teóricas que inspiram o MST na sua leitura das relações sociais. Vale ressaltar que este livro é uma coletânea de artigos assinados por militantes e intelectuais feministas que colaboram com o Movimento. Sendo estes textos publicados pelo Movimento, acredita-se que estes expressem a opinião política do mesmo sobre a questão das relações de gênero, da luta de classes e da posição das mulheres na ordem capitalista.

Classe e gênero são os dois conceitos principais que norteiam o discurso sobre a mulher no MST. Ao longo desta publicação nota-se logo que não se tem a intenção de realizar a discussão de classe dissociada das questões de gênero. Portanto a mudança nas relações de gênero estão subordinadas ou complementam as mudanças nas relações de classe. A participação da mulher na luta de classe, assumindo o seu papel histórico como trabalhadora, é pré-requisito básico para a mudança nas relações entre homens e mulheres.

O conceito de gênero no MST está inspirado na definição trazida pela teórica feminista Joan Scott (1992) que afirma que:

> O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.[49]

O conceito de gênero neste livro, incorpora também contribuições de outras teóricas feministas de orientação marxista, que aparece em afirmações do tipo: "A construção social dos gêneros tem uma base material (e não apenas ideológica) que se expressa na divisão sexual do trabalho[50]." Esta divisão sexual do trabalho é uma acepção que faz parte do arcabouço marxista e foi incorporado pelas feministas marxistas para explicar a exclusão histórica da mulher da esfera pública e sua manutenção no privado. Apesar da ressalva presentes nas publicações de que o conceito de gênero quando usado procura superar dicotomias como a existente entre produção e reprodução, fica-se com a impressão de que os questionamentos que se fazem às relações entre homens e mulheres ainda estão no nível da contraposição entre os homens que exercem o poder e as mulheres que são subordinadas a essas relações hierárquicas. Veja – se por exemplo essa afirmação:

> As relações de gênero são hierárquicas e de poder dos homens sobre as mulheres. Essas relações de poder são as primeiras vividas por todas as pessoas e é com elas que começamos a apreender o mundo[51]

Não obstante o conceito de gênero reflita a dimensão relacional dos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade e que esses são construções culturais, que podem e devem ser mudadas, um dos pressupostos que marca a apropriação desta categoria de análise para as teóricas do MST é que a dominação masculina e a opressão da mulher aparece como ponto de partida para a discussão sobre as relações de poder no Movimento. Esta opressão, como pode ser vista na citação acima, parece está colocada como algo universal e não variável, ressaltada como lugar da mulher, contrariamente a toda uma retórica do próprio discurso das mulheres, acerca de que esta situação de opressão é historicamente construída - o que abre o precedente de que ela pode ser desconstruída - mesmo assim a base interpretativa que dá sustentação a essa idéia parece não incorporar tal possibilidade.

---

[49] SCOTT, *Apud* MST, 2003, p. 10
[50] FARIAS e NOBRE, *Apud*, MST, 2003, p. 13
[51] FARIAS e NOBRE, *Idem*, p. 13.

Até que ponto seria válido pensar que a dominação e a opressão é o fio condutor que une todas as mulheres lhes conferindo identidade? A questão aqui a ser pensada, informada pela perspectiva pós-estruturalista, não é uma posição ontológica de que as mulheres estão unidas por um senso comum de identidade originada na experiência da opressão, mas sim o resultado de "instrumentos de visão" adotados face a essa dominação, ou seja como as mulheres de diferentes posições elaboram estratégias para desconstruir e reelaborar suas experiências específicas diante das assimetrias de poder[52].

Retomando um outro aspecto bem característico do discurso do MST e que de certa forma deriva da idéia de uma experiência universal da opressão é a analogia entre dominação de gênero e de classe. A partir da seguinte afirmação lemos que:

> Além dos aspectos ideológicos não se pode deixar de reconhecer que o machismo predominante se sustenta em bases materiais bastante sólidas. Os capitalistas ganham muito por não precisarem remunerar o trabalho doméstico que é feito gratuitamente pela maioria das mulheres (MST, 2003, p. 21).

O discurso sobre gênero e classe está a todo momento entrelaçado e se justapondo. Já falamos ao longo deste capítulo que a associação entre luta de classe e de gênero compõe a estratégia política e ideológica do MST para mobilizar as mulheres na luta maior dos trabalhadores e por outro lado atender as demandas especificas dessas mulheres.

Verifica-se ainda em algumas passagens deste texto, que o MST de forma crítica aponta para possíveis condutas que reproduzem estes valores contra os quais se luta. Estas condutas que reforçam o machismo e a exclusão das mulheres dos espaços políticos, são vistos como "desvio" e estas práticas acabam por se chocar com a proposta maior do movimento. Então aqui temos um conflito que pode ser resumido da seguinte forma: O MST propõe a transformação radical da sociedade, possui um projeto socialista, que inclui acabar com as desigualdades de classe e gênero mas ao mesmo tempo sua prática política ainda está bastante permeada por aqueles padrões capitalistas e sexistas, então como levar adiante este projeto emancipatório? Este projeto transformador só se realizará ao longo de um

[52] LIMA COSTA, 1998.

processo de luta, mobilização e organização constante. A pauta então é mudar as condições materiais objetivas e subjetivas para que surja daí um novo homem e uma nova mulher. Esta idéia reitera as linhas políticas que trazem propostas para a emancipação da mulher no MST.

A criação do Setor de Gênero foi um passo importante para elevar o nível de participação política, até porque este setor está articulado nos estados e em nível nacional, é através dele que se pode publicar materiais como estes aqui analisados. Ele se tornou espaço de discussão de questões que afetam mais diretamente as 'companheiras' nos enfrentamentos e nos desafios vividos na organização. Mesmo que a realidade com sua complexidade de questões objetivas e subjetivas, esteja ainda distante daquilo que transparece nesses discursos, considero que quando mulheres falam sobre sua condição feminina e trocam experiências isto colabora para o reposicionamento dos lugares historicamente destinados a esses sujeitos além de tornar explicita sua posição marginal e subalterna.

Nesta perspectiva é que considero não só a criação do Setor de Gênero enquanto espaço institucional, mas os desdobramentos que estão emergindo desse espaço, como uma oportunidade de refletir críticamente sobre as práticas sociais e culturais presentes na organização. Estes desdobramentos ao qual me refiro, dizem respeito a promoção de um amplo debate no MST em torno do lugar e do papel da mulher nas ocupações, nos acampamentos e assentamentos, na militância política, nas tomadas de decisões e sobretudo na promoção de momentos de debate e aprendizado nos quais estas questões estão sendo colocadas também para os homens. Os Encontros de Mulheres e os Acampamentos que ocorrem todo ano nos estados do Brasil são eventos que denotam a conquista de espaços femininos e os avanços alcançados quanto à mobilização política de mulheres. Nesse sentido a proposta do setor de gênero como está explicitado pela publicação, nos informa que:

> O setor luta exatamente para garantir que as mulheres participem do processo de luta pela transformação social como sujeitas da história. Por isso procura garantir que elas tenham iguais oportunidades de militar e dirigir o movimento. Afinal aprendemos na experiência destes 20 anos do MST que é participando que se eleva o nível de consciência. É no processo de formação permanente, com teoria e prática, que

> vamos deixando de ser objeto para nos transformarmos em sujeitos (as) sociais .[53]

Da leitura dos textos depreendemos que um dos objetivos do MST é a transformação da sociedade, isto visa acabar com as injustiças sociais e destruir a hegemonia capitalista, que reitera as desigualdades de gênero, portanto para alcançar esses objetivos, é necessário, para o movimento a transformação dessas relações de produção que engendram as desigualdades de poder entre homens e mulheres.

Para o avanço dessa proposta é preciso que se identifique qual é o retrato da situação da mulher dentro do MST. Ao mostrar que as mulheres tem menos oportunidades de atuar nas instâncias, postos de coordenação, grupos de estudo, cursos básico e de formação política, que nos assentamentos elas são excluídas das decisões políticas e não participam de forma igualitária da administração dos recursos das cooperativas, o MST está tendo uma atitude corajosa de reconhecer que a posição da mulher ainda é marginal. Esse diagnóstico que as publicações vem fazendo, além do seu caráter de denúncia, exerce pressão para viabilizar as condições- objetivas e subjetivas - que atendam às necessidades das mulheres.

O problema que identifico é a existência de um contradição entre os discursos e a prática que muitas vezes não questiona a posição dos homens na estrutura da organização. Pois as propostas para as mulheres nos discursos são transformativas, mas na prática social e cotidiana não se consegue alterar profundamente as estruturas sob as quais estão baseadas as relações de poder entre homens e mulheres. Quando se fala da emancipação da classe trabalhadora subtende-se que as mulheres devem se engajar nisso. Mas será que na prática cotidiana as classe trabalhadora ou os “companheiros” homens estão engajados na emancipação feminina? Este é o paradoxo que sempre retorna quando estamos jogando com a teoria e as práticas sociais.

Uma resposta possível para essas indagações aparece ainda nesta cartilha do MST em uma passagem muito elucidativa, quando verifica-se que mesmo a classe trabalhadora acaba por reproduzir a ideologia burguesa vigente:

---

[53] Aqui cito Cristiane Campos, do Setor Nacional de Gênero do MST. Portanto considero que ela está sendo porta voz do setor, e vem produzindo muito material para MST sobre essa temática. MST, 2003, p. 22

> E é visível que os homens, mesmo os da classe trabalhadora, se beneficiam dessa divisão do trabalho em que todos os afazeres domésticos e o cuidado com os(as) filhos(as) são considerados "coisa de mulher" mesmo quando elas também trabalham fora de casa. Se isso tudo fosse dividido as mulheres teriam mais condições objetivas e subjetivas para participar da vida política, econômica, etc. E, por outro lado, também haveria mudanças significativas na vida dos homens. Talvez isso explique porque os companheiros, mesmo aqueles que tem um discurso político avançado, não incorporem as reivindicações femininas como prioridades nas lutas dos movimentos sindical e popular. Elas são consideradas sempre como secundárias[54].

No pensamento político do MST a reprodução dessa ideologia patriarcal e dos valores e comportamentos burgueses, são perniciosos à sociedade e obstruem o projeto político de transformação socialista. Na pauta de luta feminina:

> É fundamental que as mulheres organizadas, estejam à frente desta luta e comecem a romper com o silêncio (e) a condescendência frente ao atraso ideológico dos companheiros homens MST.[55]

Um ponto claramente colocado para a emancipação das mulheres seria a importância de sua auto-organização em prol da visibilidade de suas reivindicações, favoreceria a troca de experiências. Este objetivo é um dos motivos da realização do Acampamento de Mulheres do MST. Por ora irei deter-me no enunciado acerca da auto-organização de mulheres em torno de questões especificas e a forma como isto aparece no documento que estamos analisando. Um aspecto interessante quando se fala da auto-organização de mulheres, é que isto é visto como uma maneira de mudar a correlação de forças nas relações de poder. Esta cartilha, sobre relações de gênero, está voltada para a formação de militantes, sobretudo mulheres, daí a ênfase na função que o setor de gênero tem para aumentar e melhorar a organização feminina do Movimento.

Este tipo de reivindicação retoma o que Suzan Bordo afirma no seu artigo "A feminista como o outro[56]", o qual nos lembra que as reivindicações das mulheres estão sempre sendo tomadas como algo externo, elas são sempre o 'outro', termo tomado de empréstimo a Simone de Beauvoir. No campo político e até

---

[54] MST, 2003, p. 21
[55] MST, 2003, p. 38
[56] BORDO, Susan. A Feminista como o Outro. **Revista Estudos feministas.** Florianopólis, vol. 8, n.1, p. 10-29, 2000

no conhecimento, suas reivindicações sempre assumem um caráter adicional, suplementar, na dinâmica social. Assim Bordo posiciona-se contra o pensamento hegemônico ocidental que considera que as feministas não desenvolvem uma crítica geral à cultura. Ela nos diz:

> Beauvoir argumentou que dentro do mundo social existem aqueles que ocupam a posição não específica do "essencial", do universal, do humano, e aqueles que são definidos, reduzidos e marcados por sua diferença (sexual, racial, religiosa) em relação à norma. As realizações dos que são assim definidos – como o Outro – nem sempre podem ser menosprezadas; freqüentemente elas são apreciadas, mas sempre em seu lugar especial e periférico: o lugar de sua diferença[57].

A dificuldade que se coloca quando se elege a "condição da mulher" como um problema a ser pensado e resolvido na prática com um status diferenciado, é o mesmo que já foi apontado por várias feministas acerca da guetização do feminismo e do dilema insider/outsider. Somente mulheres devem se preocupar com as questões de gênero no MST? O MST tem incorporado as demandas femininas para além de suas práticas discursivas? Isto inevitavelmente nos leva a refletir sobre os termos nos quais se processa a emancipação das mulheres no MST já que é válido o argumento existente de que os movimentos sociais são espaços privilegiados de exercício do poder feminino.

3.5 Perspectivas para o debate

Tentei neste capítulo fazer um exercício de análise de algumas publicações do MST sobre a mulher e as relações de gênero. Estes documentos no meu entender expressam o pensamento e a posição do Movimento com relação às questões sobre a mulher e o desenvolvimento de estratégias para aumentar o número de mulheres na militância tanto quanto o seu nível de participação.

O que pude perceber é que o sujeito mulher que emerge nos discursos do MST é essencialista, mantém o caráter universal e fixo em sua representação, não conseguindo se aproximar da realidade subjetiva das mulheres com pensamentos e desejos reais. Percebe-se ainda que os documentos do MST, mesmo refletindo de certa forma um desejo de revolucionar as relações de gênero nas micro esferas do cotidiano, apresentando propostas ou linhas políticas

transformativas, estas esbarram nas práticas cotidianas que apresentam-se para homens e mulheres com nuances diferentes. Ou seja, os discursos não conseguem acompanhar as estruturas presentes na vida objetiva das mulheres. E isso se deve em parte a distância entre a direção que elabora esses documentos e a realidade dos assentamentos, e por outro lado na dificuldade em articular teoria e prática na vida militante. No entanto, não deve-se perder de vista a noção de que estes discursos se prestam a criar um modelo de mulher. Ele parte de uma representação já construída sobre a participação ideal das mulheres na organização e a partir disto intenta que os sujeitos em suas especificidades as tomem como modelo ou referência.

Mesmo existindo uma distância e diferença entre homens e mulheres e entre dirigentes e assentados, considero que ambos são importantes para o movimento e que a criação do setor de gênero foi um passo decisivo para elevar o nível de participação política, até porque este setor está articulado em nível nacional e tornando-se um veículo de publicação de textos, que trazem questões específicas sobre as relações de gênero e de poder implícitas nas vivências de homens e mulheres . Por fim gostaria de observar que a análise destes documentos de certa forma se prestou a realizar um balanço das transformações pelas quais vieram sofrendo as questões da mulher no MST e como a criação do setor de gênero foi uma passo decisivo para viabilizar a circulação destes discursos.

---

[57] BORDO, 2000, p. 11-12

CAPITULO 4

"SE ME PERMITEM FALAR": MEMÓRIA, EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS DE MULHERES NO MST

4.1 As fontes orais e o método de pesquisa

Neste capítulo pretende-se entender as dimensões constitutivas das experiências e formação das subjetividades de mulheres do MST na Bahia, a partir de suas narrativas, das quais emergiam aspectos singulares de suas identidades e vivências no Movimento Sem Terra. Quais percepções estas mulheres possuem acerca dos lugares que elas ocupam na organização? E como elas se percebem nestes jogos de socialização? A construção de uma história social não pode prescindir da captura dessas multiplicidades do existir, desses diferenciados *locus* de inserção que são configurados por experiências distintas. Que pontos marcam e continuam marcando as narrativas das mulheres sobre si mesmas e sobre o MST?

Através dessas narrativas pode-se imprimir mais vida e riqueza no reconhecimento deste sujeito mulher. Assim buscou-se resgatar não somente as histórias sobre mobilizações políticas, mas sobretudo as inúmeras vivências que constituem propriamente o mundo feminino. Muitas vezes tais experiências não são consideradas pelo MST, como relevantes para o entendimento dos aspectos que contribuem diretamente para a luta política. Vemos nessa abordagem um equívoco, porque nesta pesquisa, os processos de inserção política, sobretudo o das mulheres estudadas, mostraram-se efetivamente sendo construídos tendo em consideração as dimensões subjetivas, sexuais, afetivas, familiares, sentimentais. Todos estes aspectos tomados como campos profícuos para a estruturação de suas consciências e comportamentos coletivos. Somente a partir desta perspectivas é que pode-se entendê-las como sujeitos políticos e protagonistas de suas histórias.

Tal perspectiva tornou possível não apenas chegar ao conhecimento dos fatos, mas perceber como homens e mulheres puderam vivenciá-los e reelaborá-los numa outra construção discursiva que contemplasse as questões de identidade, pertencimento e representações culturais que subsidiam suas práticas políticas. Nesta pesquisa a abordagem metodológica das fontes orais nos permitiu apreender uma dimensão da experiência das mulheres que não se faz visível nos documentos escritos do MST. O que chamo aqui de experiência seria a "correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade"[58]

4.1.1 – As entrevistas e a pesquisa com fontes orais

Na construção deste trabalho a convivência e o estabelecimento de laços afetivos (por que não?) com as entrevistadas, foi um dos momentos mais ricos da pesquisa de campo, funcionando como um exercício de sensibilidade para o pesquisador em busca de melhor reconhecer o objeto e sujeitos pesquisados. Um dos objetivos com as entrevistas era tentar perceber por entrelinhas como as militantes do MST elaboram os discursos sobre as desigualdades de gênero no cotidiano de sua militância política.

Não obstante a importância das publicações do MST, reconhecemos que a oralidade é uma das principais dimensões constitutivas dos processos educativos do Movimento junto a seus integrantes. A fala, está sempre carregada de sentidos e significações próprias da luta e tais sentimentos são expressos através de 'palavras de ordem', entoação do hino e de outras músicas do movimento, que tem o objetivo de não deixar apagar a chama da motivação militante, além de ser um aspecto integrante das variadas práticas políticas desenvolvidas pelo MST ao longo dos seus 20 anos de existência. Por isso optei por incluir nesta pesquisa o resultado das entrevistas realizadas com alguns integrantes do MST. Uma parte destas entrevistas foram feitas em alguns assentamentos da região recôncavo, sul e extremo sul da Bahia; outras foram feitas nos encontros estaduais de mulheres e também na secretaria estadual do MST que fica localizada na cidade de Salvador.

---

[58] FOUCAULT, M. 1990, p. 10

Uma das principais questões que os pesquisadores têm enfrentado no trabalho com os Movimentos Sociais, tem sido a fragmentação dos registros de suas ações e a dificuldade em reunir uma documentação que dê conta das múltiplas e variadas atividades, que estes movimentos vêm realizando ao longo dos anos. No caso específico do MST, embora haja muito material impresso, como a Revista Sem Terra, as cartilhas, os Cadernos de Formação, Cadernos dos Núcleos, além de outros tipos de fontes, ainda nos deparamos com uma considerável dificuldade para encontrarmos nos arquivos da secretaria do MST materiais que contenham registros da vida do Movimento em sua dimensão mais humana, que explicite mais o cotidiano, os sujeitos e suas atuações, ainda mais se estamos tratando da atuação feminina.

A minha experiência de pesquisa com o MST no estado da Bahia, demonstrou que existe de fato uma dificuldade para as secretarias estaduais quanto à manutenção de um arquivo do Movimento. Esta situação se dá por inúmeras razões, dentre as quais considero as mais importantes: o fato de que é recente uma "cultura de arquivo" por parte das secretarias estaduais, assim como uma preocupação em estar documentando e arquivando registros das atividades realizadas; outra questão se refere ao fato de que há pelo menos uma década, ou seja de 1995 em diante, o MST vem montando uma estrutura organizativa interna que tem permitido às secretarias viabilizar um arquivo mínimo com material impresso muitas vezes enviados pela Secretaria Nacional, o resultado disto é que materiais mais antigos - por exemplo os da década de 1980 - muitas vezes não puderam ser encontrados por mim na secretaria estadual. Assim existem vários documentos que se encontram espalhados pelos assentamentos e na casa de lideranças, como por exemplo monografias sobre o MST, elaboradas por militantes que fazem os cursos de escolarização, material trazido destes cursos, de encontros nacionais, congressos, etc, a falta de agregação destes documentos acaba por inviabilizar um acervo maior e mais diversificado; por fim há uma certa cautela em liberar o acesso dos pesquisadores a certos tipos de registros, como por exemplo relatórios internos ou outro tipo de documentação de caráter mais confidencial. O que resta então é tentar trabalhar com as publicações do MST, os registros da impressa e intensificar ao máximo as possibilidades com as fontes orais.

Este jogo dialético de fontes, tem-se revelado uma ferramenta imprescindível para quem trabalha com a história do tempo presente. Garrido[59] trata desta questão de forma muito lúcida quando aborda a necessária relação dialética entre as fontes orais e outros documentos. Depois reitera que as fontes escritas permitem estabelecer outros diálogos com os fatos históricos e às narrativas que lhes são correspondentes. Gostaria de demarcar aqui, informada pelas contribuições metodológicas deste autor, que este trabalho de pesquisa, se propõe a utilizar fontes orais na pesquisa histórica. Já que a História oral usada para acessar a história das mulheres foi destacada por contribuir para a análise do cotidiano, da vida das mulheres, possibilitando ao pesquisador entender como estas mulheres reelaboram os grandes fatos sociais em suas vidas pessoais.

Outra coisa é que no trabalho de campo que incluiu visitas aos assentamentos, tive a oportunidade de efetivar contatos e estabelecer relações que me serviram de subsídio para entender muitas coisas sobre o que é viver dentro do MST. Somente este tipo de aproximação permite ver as fissuras, os desvios e as exigências de um Movimento que se propõe "novo". As conversas informais em volta da mesa tomando café, caminhando por entre estradas de assentamentos, ou mesmo em tom de confidências, foram também informando substancialmente a análise do material coletado e o tipo de abordagem que eu deveria ter na hora das entrevistas.

4.1.2 - Os usos da memória

A memória, por sua vez, estaria marcada e estruturada para homens e mulheres, de acordo com seus papéis sociais. Neste ponto a teoria feminista está em consenso de que as memórias se reproduzem por relações sociais marcadas por clivagens de gênero. Isto não significa dizer que a memória está estruturada em papéis sexuais, pois a perspectiva dos estudos de gênero não trabalha com a idéia de que as mulheres possuem lembranças específicas enquanto mulheres e os homens enquanto homens[60].

---

[59] GARRIDO, Joan del Alcàzar i. **As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.13, n. 25/26, set 92/ago 93, pp. 38

[60] A noção essencialista interpreta homens e mulheres a partir dos determinismos biológicos ou de papéis sexuais, que seriam inerentes aos sujeitos sociais, como se estes não fossem fruto de uma construção cultural mais ampla.

Autoras como Castelle e Voleman entendem ser substancial a relação entre memória e história das mulheres, pois parte-se do pressuposto de que um grupo social pode constituir-se através do resgate de sua memória. Para as autoras, as mulheres têm tido muito mais possibilidades de dizer do que de escrever suas histórias. Assim o registro de suas palavras impõe-se como tarefa primordial e o uso de fontes orais apresenta-se como ferramenta privilegiada para a construção dessa história. Acerca da relação que se estabelece entre memória e gênero estas autoras enfatizam que:

> A memória e suas formas, estruturadas pelos papéis sociais, devem ser analisados como elemento da "luta entre os sexos" e a sexualização da memória seria constitutiva do debate sobre as determinações sócio históricas do masculino e do feminino[61].

Podemos então considerar o relato das mulheres, como fontes válidas para construção de suas histórias? Ouvir tais falas faz parte de uma estratégia para restituir-lhes sua história? Acredito que sim. A experiência individual do sujeito marca a memória e não pode ser excluída da análise a legitimidade de uma história que devolve aos sujeitos seu passado e lhes reporta a um protagonismo que muitas vezes foi perdido em benefício de outras formas de se pensar a narrativa histórica.[62] A narrativa, portanto assume grande importância na resignificação desta memória, pois mostra os fatos e acontecimentos, diz sobre personagens, explicita uma trama, uma temporalidade, expressa em jogos de relações e sentidos culturais. Dessa maneira é que a narrativa "parece um meio de encadear experiências femininas, memória e gênero."[63]

4.2 Discursos e subjetividades no MST

Devemos considerar uma série de elementos que possuem implicações no uso de fontes orais para a história das mulheres. Castelle e

---

[61] CASTELLE, Sylvie Van de. e VOLEMAN, Danielle. Fuentes Orales para La Historia de Las Mujeres. In: ESCADÓN, C. R. (org). **Género e História**. México: Instituto Mora/UAM, 1992, p. 99-109, p. 103

[62] THOMPSON, P. **La voz del pasado**. 1988, p. 13

[63] KOFFES, Suely. E PISCITELLI, Adriana. Memória de Histórias Femininas, Memórias e Experiências. **Cadernos Pagu**, 8/9, 1997, pp. 343-354, p. 352

Volleman[64], por exemplo, nos indicam que a trajetória individual, o compromisso político, a classe social, a idade, todos esses fatores, são elementos que interferem na reconstituição do passado. Não obstante as fontes orais demonstram importante significação ao levantarem dois aspectos fundamentais: o primeiro trata do discurso das mulheres sobre seu próprio comportamento social e por conseguinte a interação deste discurso com suas práticas reais.

No caso desta pesquisa, ficou claro que para as entrevistadas era importante destacar as percepções que elas possuíam sobre si mesmas e as outras mulheres, tanto quanto suas impressões sobre os espaços e papeis sociais vividos no MST. Isto se configurou como um campo de representação e auto reconhecimento legítimo, que perpassa pela capacidade que as mulheres têm de provar que estão prontas para assumirem responsabilidades políticas e mostrar para os homens que elas possuem valor. Uma das percepções sobre práticas e discursos acerca da atuação das mulheres pode ser expressa na fala de Averilza Bispo:

> Mas pelo sistema que nossos dirigentes, nossos militantes, nossos capacitadores foram formados, ainda existe uma resistência, ainda existe que mulher de repente vai (...) que não sabe ir pra uma discussão política, e é por isso que nós estamos dentro das áreas de todos os setores, de todas as formas, tentando colocar na cabeça de nossas mulheres que nós tem que tá lado a lado. Por que quando a gente fala gênero dentro da organização, nós não tá falando de feminismo, ainda existe muito isso no homem, de ele achar que gênero é feminismo. Não é! Gênero é igualdade, é solidariedade, é entendimento, é entretenimento de saber como agir nas coisas[65].

Ou ainda, como nos disse Diolinda Alves, quando indagada sobre a presença de mulheres nas instâncias deliberativas do MST:

> Mas instância não é uma coisa dada pra mulher, instancia do Movimento é uma conquista, não pode ser um prêmio, uma flor, não pode ser um beijo, todas as esferas que o Movimento tem, é um processo de a mulher ocupar o espaço dela, pra que ela se sinta dona do espaço e pra que as pessoas principalmente possam respeitá-la[66].

A forte necessidade da conquista de espaços, de visibilidade e de respeito, marcam os sentidos atribuídos às tarefas desenvolvidas pelas

---

[64] CASTELLE, Sylvie Van de. e VOLEMAN, Danielle. Op. Cit 1992

[65] Averilza Bispo, casada, 3 filhos, Assentamento 1° de Abril, em 09/03/2005

mulheres, sobretudo na organização de eventos, cursos de formação e outras manifestações que se configuram como mais um espaço de resistência e afirmação seja nos acampamentos e assentamentos, seja no conjunto da militância. Mesmo que haja o reconhecimento de que as mulheres da base não encontram muitos espaços para se colocarem de forma mais efetiva em suas realidades cotidianas, há que se ver por entre as brechas que nem todas as mulheres desejam corresponder a um ideal de militância expresso nos discursos do Movimento. Percebe-se nas posições de algumas lideranças, que isto constitui-se como um impasse, uma contradição a ser superada pelo trabalho de conscientização voltado para as mulheres.

> ... nós não temos mais tantos problemas para trazer as mulheres. Mas o que fazer pra essas mulheres continuar atuando como lideranças nos lugares onde elas estão? Que esse é o maior desafio que a gente enfrenta, que aí não basta as mulheres vir pra esses encontros estaduais, participar das mobilizações, e quando elas vão retornar para os assentamentos e acampamentos ela vai acabar se acomodando lá, e não é isso que nós queremos. Então isso é muito trabalhoso, é muito difícil, por que aí vem a questão do homem, vem a questão dos filhos, vem a questão até do próprio espaço que ela vive, que é um espaço machista que trata até as mulheres... e os homens não colaboram, as mulheres não colabora, então é difícil e quando ela chega nesse espaço que ela ver dificuldade, ela acaba desanimando, por que não é fácil você trabalhar essa questão de gênero, é muito complicado[67].

Essa aparente contradição entre o engajamento feminino no mundo público e uma necessária mudança nas relações do privado, tem sido alvo de constantes investimentos discursivos, objeto de analise nas falas das lideranças femininas. Isso tem emergido a todo tempo a partir de uma necessidade imperativa de mudança nas relações de gênero. Quando a coordenadora do setor de gênero do MST atenta que hoje a dificuldade não é mais a de levar as mulheres para os encontros ou cursos de formação, mas a questão é fazê-las multiplicadoras do trabalho formativo nos seus assentamentos de origem, no seu mundo mais particular, ou seja no “próprio espaço que ela vive”, percebe-se que agregada a esta questão, não somente está sendo expresso uma necessidade de mudança e transformação nas relações entre os sexos, mas retroalimentando uma

---

[66] Diolinda Alves, op.cit, 09/03/2005
[67] Solange Brito, op. cit 10/12/2004

normatividade existente no MST, no intuito de incitar uma noção de pertencimento às esses sentimentos de grupo. Porém a expressão disso, não pode se dar somente no público, na coletividade, ela deve traduzir-se em termos individuais, na construção de subjetividades que se revelem como produto da relação dialética estabelecida entre práticas coletivas e comportamentos individuais.

Estes discursos que perpassam das lideranças às bases, buscam idealizar, exercer um domínio e produzir direcionamentos subjetivos na vida de seus militantes, na medida em que circulam no âmbito coletivo da organização, mas visam atingir os sujeitos em suas particularidades, em suas intimidades.

Aliais essa contradição entre público e privado, muitas vezes é só aparente, já que há um forte entrelaçamento entre as posturas que as mulheres devem assumir em ambas as dimensões, pública e privada, através de toda uma serie de valores, normas, tabus, e limites construídos na coletividade. Percebe-se pois que este entrelaçamento, esta rede de fluxos entre o individual e o coletivo também vai se expressar na constituição de uma memória social no MST.

4.3 Narrativas e produção de verdades

Entendendo que a narrativa de mulheres possibilita para o MST um importante mecanismo de resgate de sua história, à medida em que podemos apreender o processo de construção da memória coletiva deste movimento como um jogo de trocas, conflitos e disputas de enunciados entre a memória individual e aquilo que circunda como uma memória coletiva. Neste campo preenchido por estas disputas, identificamos duas categorias de narrativas emergentes envolvidas na construção de uma história para o MST.

Em uma das vertentes temos a construção de narrativas coletivas, politicamente engajadas e sincronizadas com os princípios políticos do Movimento. Estas passam por um jogo de construção, desconstrução e reconstrução, a partir do que já foi dito e escrito sobre a “história oficial” e que já se tornou aquilo que interessa ser contabilizado como parte da memória coletiva deste grupo. É como se houvesse a invocação de fatos e acontecimentos que a todo momento estão voltando no tempo, retornando para serem atualizados no presente. Do outro lado podemos perceber a existência também de narrativas que emergem num campo de

subjetividades, que mesmo tratando de suas histórias de vida, ainda estão amplamente informadas pelo conteúdo político do MST.

A forma através da qual tento perceber estas disputas é através de um circularidade de narrativas e do encadeamento de conteúdos entre a memória coletiva e individual, que por sua vez, compõe um jogo de interações permanentes. Maurice Halbwachs em seu livro *A memória coletiva*, parte de pressuposto de que ninguém lembra sozinho, para ele a memória é sempre um constructo coletivo.[68] Isto pode ser presenciado no MST, na medida em que as mulheres apóiam suas narrativas pessoais nas experiências de grupo, já que os valores invocados de coletividade, solidariedade e comunidade se fazem muito presentes em suas vidas. Mesmo resguardando as idiossincrasias, há de se considerar que a estrutura organizativa do MST está alicerçada na necessidade de viver em comunidade, em constituir-se enquanto grupo, e dessa forma, os registros memorísticos parecem não poder serem gerados fora desta ordem de coisas.

Deve-se estar alerta para o fato de que não existe uma relação óbvia entre memória de mulheres e atividades cotidianas no âmbito do privado. Halbwachs é quem mais uma vez provoca essa reflexão, ao afirmar que a memória cotidiana muitas vezes assume uma dificuldade de ser fixada pelo simples fato de que o que é sempre vivido e repetido, muitas vezes não fica marcado por não haver a possibilidade de ser repensada e recolocada. Assim sendo, não existe nada que comprometa a narrativa das mulheres caso elas não se reportem a fatos mais diretamente ligados à sua vida doméstica ou privada. Aliais, toco nesta questão, porque na maioria das entrevistas o foco era dado em torno da participação política e a contribuição delas para o fortalecimento do MST. Na verdade são tão poucos os espaços que elas têm para falar disso e de si mesma nestes termos, que as entrevistas acabaram se tornando um lugar privilegiado para tanto.

A questão de se construir uma narrativa histórica a partir daquilo que emerge da memória e que por sua vez ainda é uma mera aproximação do real, tornou-se um grande desafio a ser enfrentado, se pensarmos que muitas vezes as mulheres e suas formas de participação políticas não são contempladas satisfatoriamente nos registros discursivos do MST. Percebe-se também que ainda é muito incipiente a visibilidade no que concerne à sua participação política. Uma das nossas entrevistadas comenta sobre isso, afirmando que o MST já vem trazendo

essa discussão acerca da valorização da militância feminina, a partir das suas várias dimensões constitutivas. Ela diz:

> A questão é: será que as mulheres não estão participando ou será que a participação delas não é valorizada? Então essa é a questão pra nós. Que a gente precisa discutir isso. É mais importante carregar uma bandeira do que preparar a comida pra marcha, para os caminhantes? É mais importante tá na frente puxando um pilotão ou você está abastecendo de alimentação esse pilotão para fazer a sua trajetória e conseguir as conquistas? Então acho que precisaríamos discutir também de uma perspectiva um pouco diferente, de valorização das funções e dos papéis femininos.[69]

O que está sempre retornando através da fala das militantes é que há uma percepção de que as mulheres são figuras fundamentais para a motivação e mobilização na luta. Tanto entre os assentados como entre as lideranças, isto pode ser visto como uma tentativa de politização, um deslocamento dos temas referentes às mulheres. Um 'devir mulher no MST'[70] pode ser visto como uma tentativa de incorporação das questões femininas na pauta política do Movimento. Isto corrobora para o destaque de suas ações, na sua realidade efetiva, por isso é tão importante um evento destinado somente às mulheres, que produzam dispositivos de verdades sobre suas práticas sociais e políticas. O efeito disto tudo será mais uma vez a reorganização dos lugares destinados às mulheres que servem para notabilizar seus feitos e enunciar uma necessidade de conscientização e visibilidade. A memória então irá funcionar a partir deste dispositivo, que ressalta e interpreta as histórias, trajetórias, agora não mais de sujeitos ocultos, sem passado ou na invisibilidade, mas de sujeitos reais, femininos, corporificados a partir de identidades precisas.

> Então o Movimento agora está investindo mais na mulher na formação da mulher, você ver que agora, tá na coordenação um homem e uma mulher, a mulher tá quase que tomando tudo assim dele e eles ficam meio assim, balançando sem querer dá, e dizendo e procurando alguma qualidade que a gente tenha, algum vacilozinho pra dizer... mas a gente consegue! Eu acredito que a revolução vai começar das mulheres.[71]

---

[68] HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**, 2ª. ed., Paris, França, 1968, p. 26
[69] Dejacira Araújo, op. cit, 24/10/2004
[70] Termo tomado de empréstimo de Felix Guatari. op. cit, 1985
[71] Averilza Bispo, op. cit, 09/03/2005

Assim o registro das memórias e narrativas, faz-se fundamental para a própria construção do ser mulher no MST, assim como o estímulo a discursos e práticas que servem de investimentos ao projeto político do Movimento. As demandas das mulheres não podem se constituir em campos representativos separados, estas para existirem, acabam por necessitarem ativar noções já amplamente sedimentadas sobre da luta pela terra e consciência de classe na sociedade capitalista. Campos simbólicos que contraditoriamente hierarquiza e confere importância à reivindicação das mulheres, já que no MST coloca-se à parte as pautas especificas femininas, ao mesmo tempo em que se beneficia da sua existência enquanto força política transformadora.

4.4 Percepções sobre a militância

Um dos objetivos nas entrevistas era tentar perceber por entrelinhas como homens e mulheres do MST elaboram os discursos sobre as desigualdades de gênero no cotidiano de sua militância política. Faz-se necessário explicitar que a grande maioria de nossas entrevistadas foram mulheres, muito embora tive conversas informais com homens chegando até a entrevistar alguns nos assentamentos. A opção pela palavra de mulheres se deu basicamente por duas razões fundamentais: primeiro a importância de construir a história das mulheres no MST a partir de suas próprias vozes e experiências. Segundo por que encontrei dificuldades durante a pesquisa de campo para entrevistar os homens. Quando estes sabiam que meu trabalho de pesquisa se referia à 'coisas de mulheres', eles não demonstravam muito interesse sobre o assunto. Isto foi mais veemente entre as lideranças masculinas do que entre os assentados por exemplo. Por conta disto eu tive pouco acesso às opiniões masculinas, a não ser no caso das entrevistas – todas com homens - que consegui recolher no arquivo do MST e foram realizadas por Benardo Mançano Fernandes na ocasião de sua pesquisa de doutorado. Por conta disto estarei tratando muito mais da percepção das mulheres sobre si mesmas e sobre o Movimento e na medida do possível tentarei apresentar em algum nível a forma em como os homens percebem tais aspectos no cotidiano da militância.

Para analisarmos a participação destas mulheres necessário é, reconhecer que todas tem em comum um intenso grau de envolvimento com suas atividades de liderança e o cumprimento das tarefas designadas pelo movimento

tem a dimensão não só do político mas também do pessoal. Esse envolvimento é percebido através da construção de uma identidade composta por símbolos, representações e construções ideológicas próprias do MST, mas que são tomadas, reelaboradas e vividas como valores pessoais. Em geral esses valores estruturados nas atividades de militância estão marcados pelas clivagens de gênero. Estas muitas vezes aparecem explicitada nas relações que demarcam os espaços e o exercício de poder entre homens e mulheres nas atividades de liderança. Muitas lideranças relatam sobre a masculinização e os estereótipos a que se viam presas, sobretudo no início das suas atividades de militância, devido às atividades que exerciam ao lado de outros companheiros do Movimento e a necessidade de adquirir credibilidade perante eles.

A militante Rosa Oliveira, observa muito bem como as mulheres tinham que seguir perfis estéticos masculinizantes e de enquadrar seu comportamento dentro destes estereótipos para serem respeitadas.

> A gente pra ter maior visibilidade da organização, a gente acabava assumindo performance masculina, então as companheiras que trabalhavam na frente de massa, inicialmente tinha perfil masculino, eram mulheres, tinha todo o corpo estruturado como tal, mas que tinha todo esse modelo de decisão (...) mas a diferença que a gente queria discutir era da relação de divisão de poderes, da relação de divisão de igualdade, desigualdade dos privilégios, e quando a gente ia pra frente de massa na verdade no nosso inconsciente era pra dá um grito, dizer olha, a gente tá aqui! A gente também pensa essa organização, mas a gente precisa que vocês entendam que a gente usa saia, por exemplo![72]

Não obstante, quando abordadas sobre as possibilidades de inserção nos postos de liderança do movimento, homens e mulheres procuram afirmar que as oportunidades e o tratamento dispensado são iguais para ambos os sexos. No entanto quando indagados acerca da realidade especifica dos assentamentos, deixa-se transparecer que existem setores de atuação distintos para homens e mulheres. Os setores de educação, saúde, gênero - que normalmente possuem atividades mais ligadas ao mundo feminino - têm em sua maioria a coordenação de mulheres. Há também a opinião de que as mulheres se sentem mais à vontade para participar dos grupos de formação quando a coordenação de certas atividades - por exemplo as ligadas ao setor de gênero – é feito por mulheres.

[72] Rosa Oliveira, op. cit 18/08/2002

Isto nos foi relatado por um militante que tinha assumido a tarefa de coordenar juntamente com uma mulher um trabalho de formação de gênero na regional Recôncavo, no entanto ao longo do processo preferiu-se que ele não mais estivesse colaborando naquela atividade, pelos motivos que ele expõe a seguir:

> Eu acompanhei em uma reunião só. Mas a intenção era está acompanhando em outras e esta mobilizando outras mulheres, por que o meu papel era esse inicialmente, por que a gente discutiu e achamos melhor ela está discutindo, por que era uma mulher conversando com outras mulheres.
>
> **Por que seria melhor?**
>
> Chegou neste ponto, por que no assentamento, nesta regional (recôncavo) as mulheres elas sofrem muito pela posição dos homens. A direção é quase toda masculina, os dirigentes... Antes de ser implantado esse novo método do Movimento, de que cada setor, cada coordenação do Movimento é um homem e uma mulher, mas as mulheres assumem pouco por que são dados poucos espaços para elas estarem assumindo[73].

Uma outra questão a ser notada nas relações de militância é o fato de que algumas lideranças femininas reconhecem que havia (ou ainda há?) desconfiança por parte dos líderes homens em relação ao desempenho das mulheres. É ainda Rosa quem nos fala sobre isto:

> No início foi problemático, tinha sempre aquela história, olha será que ela vai conseguir fazer aquela atividade? Havia assim, parecia que a todo momento a gente tava em cheque, será que a gente tem capacidade, como a companheira Lucinha de assumir a direção nacional de todo o estado? Mas ao mesmo tempo tinha companheiros que dizia: --- *Não ela tem capacidade e a gente vai ajudar*. Então não é todo o conjunto do movimento que ainda consegue assimilar toda essa importância. [74]

Mas é na fala de Vagner Carneiro que percebemos como isto ainda se expressa ou tem um fundamento próprio:

> Eu não diria que as mulheres não estão preparadas, mas num contexto de luta, de aglutinação de força e de consciência política, tiveram poucos espaços no passado e assim querer dar este espaço agora, de imediato, querendo que as mulheres assumam, eu acho complicado. Por isso que a gente tem

[73] Vagner Carneiro, 24, regional recôncavo, 07/10/2006
[74] Rosa Oliveira, op. cit 18/08/2002

> desenvolvido esta formação e o Movimento a nível estadual tem feito várias formações nas brigadas, nas regionais, no estado com mulheres, com público específico de mulheres pra formação de lideranças femininas[75].

Talvez essa opinião indique uma tentativa de mudança de atitude dos companheiros homens em relação às reais possibilidades e necessidade de de criação de novas relações de gênero dentro do MST. De certa forma este relato indique a criação de mecanismos e a utilização de estratégias que possibilitem às mulheres ampliarem a discussão sobre suas formas de participação, alçando-as como portadoras de direitos sociais e políticos que garantam o seu redimensionamento nos espaços coletivos de decisão. Nesse sentido o trabalho das mulheres, sejam elas lideranças ou da base, colabora para o reconhecimento da importância de se discutir as relações que permeiam os papéis de homens e mulheres na organização e na sociedade. Isto fortalece a discussão sobre as questões de gênero, além de estimular a participação da mulher nas assembléias dos assentamentos, encontros, cursos de capacitação e instâncias de coordenação do Movimento.

Portanto podemos afirmar o quão é necessário o papel assumido pelas lideranças femininas para reposicionar o lugar da mulher nas instâncias do MST. O cultivo dos valores ligados às atividades de liderança poderiam estimular outras mulheres a participarem e se engajarem, se considerarmos que para elas o fazer político está atrelado à construção de um espaço identificado como feminino, no qual se criam vias de debates e discussão acerca da condição da mulher rural, possibilitando um reconhecimento político, social e de gênero, levando-nos a reconhecer que a militância de mulheres amplia a participação delas como um todo.

No entanto a garantia destes espaços devem ser negociados e afinados com os objetivos gerais da organização, e é nesse contexto que se reproduzem as assertivas políticas, que orientam a práxis militante das mulheres no MST. Vale lembrar que mesmo diante de toda essa necessidade de afirmação dos espaços coletivos, a mulher, enquanto sujeito político, ainda não participa de forma igualitária de todos os processos de decisão no Movimento.

> Eu integro o coletivo nacional de gênero, que vem discutindo as novas relações, as perspectivas de mudanças de relações,

[75] Vagner Carneiro, op. cit, 07/10/2006

> a construção da igualdade de fato entre homens e mulheres da nossa organização, então essa é a tarefa que eu tenho definida, mas dentro do movimento isso é muito complexo. Você tem uma tarefa definida mais isso não quer dizer que você não vá integrar o todo do movimento.[76]

Acerca dos espaços coletivos, podemos ainda observar a experiência do Acampamento de Mulheres através do comentário de Lucinha:

> Esse trabalho que nós estamos fazendo com o acampamento das mulheres, todo ano, que já é o segundo agora, isso, às vezes a gente não se dá conta dá dimensão que é. Eu tava analisando com as companheiras nossas, companheiras velhas já de luta do movimento, quando veio pro primeiro acampamento nosso de mulheres aqui em Salvador, parecia que era o primeiro espaço que a gente tinha, onde as mulheres se soltou, conversou, se entendia, via que o problema dela outras mulheres também tinha, então são espaços, esses espaços é importantíssimo eu acho, pro crescimento, pro avanço das mulheres lá no assentamento, de cavar espaços, de criar alternativas, de participação realmente, nesse processo de assentamento nosso[77].

Muito embora hajam tensões nas relações de poder entre homens e mulheres, os Movimentos Sociais podem ser considerados espaços privilegiados de visibilidade da atuação política das mulheres. De acordo com Celi Pinto[78] esta visibilidade advém do fato de a relação entre os movimentos sociais e o estado ocorrerem na esfera pública, ainda assim, estes ao se constituírem no interior da sociedade, reorganizam e rearticulam as relações de poder, podendo transformar-se ou não em elementos fortes de *lobby* frente ao Estado. Desta forma a estratégia seria a de buscar questões centrais do envolvimento da mulher na sociedade, onde através dos movimentos sociais, pode-se vislumbrá-la nas mais diversas instâncias da luta política. Por um lado este pensamento funciona para atribuir visibilidade e positivar a atuação de mulheres, mas de outra forma, não se deve perder de vista, que esta participação muitas vezes não possui a autonomia desejada, por somente poder constituir-se enquanto parte de uma luta maior do que as suas pautas específicas.

---

[76] Rosa Oliveira, op. cit 18/08/2002

[77] Lúcia Barbosa, op. Cit 19/06/2002

[78]PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos Sociais: Espaços Privilegiados da Mulher enquanto sujeito político. IN: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. **Uma Questão de Gênero**. Ed. Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chargas, São Paulo, 1992. pp. 129-130

Podemos pensar então os movimentos sociais como espaços de emergência de práticas de resistência à desigualdades contidas nas relações de gênero? Celi Pinto mais uma vez reitera que a liderança de mulheres nos movimentos sociais ocasionaria transformações nas relações de poder no interior da comunidade, gerando três situações:

> 1-A mulher deixando de atuar no privado provoca novas situações no interior da família e nas relações informais de vizinhança e amizade; 2- a mulher passa a articular, no interior dos movimentos, lutas diferenciadas em relação a seus companheiros homens; 3- mulheres organizadas em torno de questões tradicionalmente femininas passam a questionar sua própria condição de mulher;[79]

Joan Scott nos fala sobre a ênfase dada na esfera privada para analise sobre a condição feminina, pois seria neste campo que temos visto que se formam importantes redes de apoio e informação mútua. Isto traria implicações significativas para a comunidade, na medida em que tal apoio em nível político ajuda na formação de identidades coletivas, no exercício de influências ou apoio nas decisões umas das outras.

4.5 Pertencimento e identidades

É muito comum as lideranças passarem por várias instâncias organizativas do MST, o que possibilita uma melhor apreensão das atividades desenvolvidas nos diversos setores do movimento. Geralmente as mulheres entrevistadas consideram como um aspecto positivo esta dinâmica interna. Elas acreditam que o desempenho de certas tarefas contribui para seu amadurecimento enquanto militante, pois a rotatividade de atividades, tornam-nas aptas a lidarem com situações diversas:

> Logo em seguida teve eleição da executiva formal e eu acabei sendo eleita pra executiva e a partir daí fui, fui pra coordenação nacional já em..., acho que era 90, em 90, 91, e o movimento me mandou pra Mato Grosso do Sul, lá em Mato Grosso do Sul o pessoal tava iniciando no estado, precisava de militante e o movimento acabou me mandando pra lá, não me lembro o mês, mas eu acabei ficando no Mato Grosso do Sul por sete meses.[80]

---

[79] PINTO, op.,cit, 1992, p.133
[80] Lúcia Barbosa, op. cit 19/06/2002

Para ela foi difícil convencer sua família e romper com os estereótipos que perseguiam as jovens da sua idade caso quisessem assumir de vez uma nova identidade como militante do MST estando totalmente à disposição do movimento para fazer cursos, viagens e desenvolver as atividades que lhes eram confiadas.

> Então quando eu fui pra primeira escola nacional foi um parto lá em casa e quando surgiu logo a ocupação da Bela Vista, tinha muitas meninas, filhas de acampados que de certa forma iniciaram junto comigo a militância na equipe de animação e tal e que acabaram ficando grávidas, e isso foi um terror principalmente lá em casa pra papai, por que aí era um entrave pra militância das outras pessoas, principalmente a minha militância na época.(...) Então foi uma barra muito pesada tanto pra mim, quanto pras outras pessoas, pras outras meninas também que tavam no movimento na época, que queriam fazer uma militância, que queria se envolver no movimento, nós enfrentamos essa barra em casa, por que diversas meninas saíram grávidas na época e que criou um problema sério pra nós. Pra mim poder sair pra Escola Nacional no final de 89/90, foi uma barra pra papai, nós tivemos que ficar conversando o tempo todo eu tive que assumir compromissos com ele, pra poder ir pra Escola Nacional. (...)

As questões relacionadas aos sentimentos de pertencimento e identidade fazem-se presentes de maneira muito forte nas narrativas das mulheres entrevistadas. Para muitas delas o ingresso no MST, provocou diversos deslocamentos de ordem subjetiva e estrutural causando um redimensionamento de seus valores e concepções de mundo.

> Então o Movimento Sem Terra me ajudou bastante. Depois que eu entrei no Movimento Sem Terra, das discussões que eu tive com eles, eu percebi que eu tinha que ir além, que aquele mundinho não era suficiente, de comprar roupa, de usar coisas bonitinhas, de trabalhar pra andar de sapatinho novinho, sabe, eu tava pensando só em mim. E o conjunto? As pessoas que eu vivia ao meu redor, como é que eu devia fazer? E eu percebi que essas pessoas estavam preocupadas com isso, que eu pensava muito pequeno, e que esse conjunto pensava no horizonte, olhava o horizonte e não só o presente ali, tinha o futuro[81].

[81] Solange Brito, Casada, 2 filhos, coordenadora do setor de Gênero, assentamento Terra a vista, 10/12/2004,

Assim faz-se importante a afirmação de um discurso que as reconheça através dessa nova identidade de mulher sem terra, que também traduz-se numa escolha de vida.

> **Como é assumir essa identidade de mulher sem terra?**
>
> Isso pra mim é um orgulho. Eu tenho orgulho de chegar assim numa clínica, num advogado e eu sou, se vocês quiserem conversar comigo dessa forma, eu não vou mudar, eu quero mais, eu quero buscar mais, me formar, eu quero ser uma agente de saúde, formada em técnica agrícola, por que eu quero os dois, eu vou trabalhar pra isso e vou mais tarde fazer uma agronomia, mas [sempre] servir ao Movimento Sem Terra. Por isso que fiz o curso, eu caminho, eu marcho, eu ando, eu vou em busca, por que eu quero ser, eu gosto, e quero fazer agora da minha filha, pra mim, uma das missões principais é fazer a minha filha acompanhar o Movimento[82].

Essa formulação identitária é o produto de várias dimensões práticas e discursivas, sobre as quais se configuram possibilidades de inserção e agenciamentos resultantes da maneira como o MST escolhe, inventa e forma seus militantes. Nesse jogo de trocas e negociações, para as mulheres, a família é um elemento que não pode deixar de ser levada em conta nas suas trajetórias de militância, pois de alguma forma, as mulheres ainda estão ou pelo menos são vistas, com pouca autonomia diante do poder e influência da família. Sobretudo no que concerne ao poder dos maridos em relação às esposas, mesmo quando ambos desempenham tarefas ligadas à militância.

Mesmo saindo da esfera de influência dos pais e irmãos, as mulheres continuam sendo cobradas pelas suas posturas, agora diante dos filhos e dos maridos ou companheiros. Ë relativamente comum no MST as uniões entre pessoas que fazem parte do Movimento. Advém daí que não raro, maridos e esposas estejam ao mesmo tempo desenvolvendo atividades na estrutura da organização. Pode ser assumindo cargos, constituindo-se como uma liderança estadual ou regional, ou mesmo colaborando em outras tarefas nos assentamentos. Encontrei diversas mulheres que desenvolviam atividades para o MST, tanto quanto seus maridos, porém muitas me relataram que mesmo assim a principal responsabilidade com os filhos ainda era delas. As mulheres se queixam de ainda não poderem participar mais ativamente pois não tem com quem deixar os filhos

quando precisam sair dos assentamentos. A própria coordenadora do setor de gênero reconhece essa dificuldade em sua vida pessoal:

> É um obstáculo também, eu falo nem só pelos outros, mas por mim também que eu enfrento, as vezes eu deixo meus filhos na casa de um vizinho, na casa de um parente, na casa de um cunhado, agora mesmo ficaram na casa de um cunhado, pra eu vir pra cá. Então você viaja de coração partido, por que por mais que você esteja trabalhando na formação com outras pessoas, mas e seus filhos, como é que ficou lá[83].

Uma de nossas entrevistadas citou que quando ela foi presa em um despejo, os policiais que a interrogaram buscou exatamente torturá-la psicologicamente a partir de questões referentes à sua família;

> **Depois que isso aconteceu (a prisão), qual foi o seu sentimento em relação a sua vida, ao seu papel no movimento, ao que você estava fazendo, à sua família?**
>
> Muito mais convicção. Uma das perguntas que eles faziam, fizeram, foi a resposta que eu dei naquele momento, né, é... "Porque que eu estava ali e "se a minha família, aí nesse momento foi a minha família – se a minha família concordava que eu estivesse ali?" Eu disse pra ele que, a minha família jamais ia ser contra eu está defendendo, primeiro né os nossos direitos e depois defendendo aquele povo oprimido, foi a mesma resposta e essa foi a convicção naquele momento e pra sempre, né, eu acredito que a gente é que enxerga a realidade que se vive, não tem como [não se] sensibilizar e ao mesmo tempo sentir de perto esses problemas[84].

Sabemos que a esfera da família é de grande importância para a reprodução da ideologia e dos valores do MST, pois é neste campo que as normas disciplinares, investimentos políticos e subjetivos mais se exercem. E faz-se fundamental para o Movimento que a participação da mulher tenha uma certa correspondência com o envolvimento da família nas atividades de luta. Pensando dessa forma, o MST entende a mulher como principal agregadora e reprodutora dos valores que lhes interessa fazer circular. Vê-se que ao mesmo tempo em que se discute como criar vias de autonomia e mudança nas relações entre homens e mulheres, o Movimento ainda encontra dificuldades em implementar transformações estruturais na vida cotidiana dos seus militantes. A postura de muitos dirigentes e

---

[82] Averilza Bispo, op. cit
[83] Solange Brito, op. cit, 10/12/2004
[84] Dejacira Araújo, op. cit, 24/10/2004

assentados ainda se prestam a reforçar e recriar relações de poder e hierarquias entre os gêneros. Neste âmbito é que percebe-se que as ações femininas, muito embora busquem inserir-se nas questões políticas da organização, ainda precisam ser constituídas em termos de posições e valores no âmbito da família. Por que é lá que muitas vezes reside as principais dificuldades a serem enfrentadas pelas mulheres.

Por sua vez entende-se que entre o discurso denunciador e a prática política, é a experiência pessoal e do vivido que deve transformar-se em prática coletiva. Para tal impõe-se às mulheres que elas assumam sua condição feminina, mesmo que estas venham marcadas por oportunidades e condições materiais desiguais. Mesmo assim a história das mulheres do MST na Bahia mostrou que elas próprias vêm transformando e recriando suas estratégias de existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação visou contribuir para o entendimento das dinâmicas constitutivas e das múltiplas estratégias de permanências que o MST têm lançado mão em suas atuações na constituição de novos sujeitos militantes. Um dos objetivos deste trabalho foi questionar se a incorporação das "questões da mulher" assim como de outras pautas específicas ao longo da história do MST, estão a serviço de um processo maior de emancipação, ou antes disso, servem para reatualizar antigos discursos sob novas bandeiras, servindo na prática somente para reiterar lugares e hierarquias já declaradas entre homens e mulheres na organização.

A necessidade da formação "planejada e continuada" evidencia que há uma sistemática insistência em tornar os militantes cada vez mais capazes e conscientes de seus deveres dentro da organização. Estas tarefas só podem ser desempenhadas por aqueles que melhor demonstram capacidade para se aperfeiçoar (teoria) e compromisso com o povo (práxis). E é através destes critérios que o Movimento escolhe e decide em quem investir. Tais elementos estão voltados para o fortalecimento identitário do grupo, para a possibilidade de aumentar os níveis de consciência entre as bases e as lideranças, mas também de conter os desvios de comportamento que prejudicam os valores coletivos.

Dessa forma foi que procuramos abordar a busca das mulheres por romper os tradicionais espaços e papéis que lhes foram destinados e nesta tentativa recriar outros através da ampliação de suas experiências sociais, que se constituem como fator determinante para o estímulo e participação delas no movimento social estudado. Nesta aventura de tentar enveredar pelos labirintos e atalhos das narrativas que me foram trazidas, o que tentei demonstrar neste trabalho, foi como vêm ocorrendo a relação entre trajetórias de vida, formas de subjetividades e

pertencimento identitário na composição de uma narrativa histórica acerca de si mesmas e de suas contribuições na história do Movimento.

Assim, a pesquisa nos levou a verificar que as relações de poder existentes no interior do Movimento refletem as assimetrias de gênero e afetam as trajetórias femininas. Estas foram questões que sinalizaram para a necessária utilização do conceito de gênero como uma das ferramentas de análise.

O objetivo de escrever uma possível história das mulheres no MST, advém da importância de registrar aquilo que não tem registro. De demarcar construções sociais e simbólicas que a todo momento estão se reconstituindo, se reinventando, se reorganizando em espaços coletivos de formas diferenciadas. Assim ao propor um resgate acerca da história da mulher do MST na Bahia, me permiti apontar, em parte, para possíveis contradições e fissuras, mais do que responder às tantas questões que essa história suscita. Somente desta maneira seria possível uma análise das relações de poder que perpassam toda a construção social e simbólica entre os sujeitos que pertencem ao Movimento Sem Terra.

Por outro lado procurou-se nesta pesquisa, positivar os espaços de atuação femininos, construídos ou licenciados às mulheres. Porque buscou-se enfatizar não somente as formas de opressão às quais tais sujeitos estavam expostas, mas também como elas se relacionavam ou percebiam tais dimensões em sua militância e em suas histórias de vida. Muito maior que o discurso da denúncia é a opção por politizar o lugar de enunciação das mulheres pesquisadas. É ver nas entrelinhas de seus discursos como cada uma se coloca frente as questões políticas da organização e suas noções de pertencimento e identidade em relação a isso. É vê-las como agentes ativas dos seus processos históricos e sociais, para além das hierarquias sedimentadas e práticas políticas viciadas.

Os discursos do MST revelaram-se como normatizadores de um perfil de militância e conscientização política. Verificou-se que em suas diversas publicações o MST pretende enunciar uma série de normas de comportamentos e valores que atuam como dispositivos de verdades, ajudando a criar um perfil ideal de mulher militante. Por outro lado, para as próprias lideranças que funcionam sintonizadas com os discursos da organização, só é possível exercer-se como sujeitos políticos a partir de tais princípios já previamente conhecidos. Entende-se isto, quando nas falas das próprias mulheres, vêem-se uma maior necessidade de conscientização e participação das outras mulheres no Movimento. O que impera

nesta assertiva, é muito mais do que a reprodução de relações de poder andocentricas, mas uma necessidade de fazer proliferar e emergir uma constante falta ou insuficiente participação feminina, exatamente para que se criem campos férteis de investimentos políticos acerca do que é ser mulher no MST.

O desenvolvimento dessa pesquisa demonstrou que as lideranças têm tido experiências diferenciadas, que envolve participação em cursos de formação, habilidades reconhecidas para exercer determinadas tarefas e disponibilidade para enfrentar situações que se configuram como ritos de passagem no Movimento. O papel das lideranças é fundamental para a manutenção e sobrevivência dos movimentos sociais. Observa-se que estes líderes querem viver e se organizar à imagem da vida social que eles desejam criar, importando para isso tanto uma mudança comportamental, quanto uma mudança de idéias. Nesta dissertação pode-se entender como mudança comportamental, a 'produção de novas subjetividades'. É Nesse campo simbólico que questiona-se, quais os elementos e aspectos que são negociáveis no MST e que permitem a homens e mulheres, estarem exercendo uma atividade diretamente ligada à estrutura política?

Nesses 20 anos de existência podemos destacar que o MST passou por algumas mudanças no que tange à formação de seus militantes. Primeiro percebeu-se ao longo da analise das publicações, que houve uma mudança na forma como o MST entendia e incorporava o lugar da mulher na dinâmica de luta. Pois no período de formação do Movimento a emancipação da mulher era explicitada a partir de uma posição fechada no marxismo ortodoxo, que entendia que a revolução socialista iria naturalmente desencadear o processo de emancipação feminina. Esta concepção passou por alguns redimensionamentos a partir do momento em que a força e a posição objetiva das mulheres indicou que as duas revoluções – socialista e de gênero – são parte do mesmo processo. Assim para assegurar a permanência da revolução e da emancipação feminina, faz-se necessário antes de tudo construí-la internamente no Movimento. Visto que a emancipação das mulheres não é conseqüência imediata da revolução nem depende somente delas, mas de um processo de mudança nas relações de gênero que são estabelecidas a partir da emergência do Novo Homem e da Nova Mulher, tão propalados nas publicações do MST.

Logicamente as mulheres foram significativamente afetadas por estas transformações. Assim percebeu-se que houve mudanças no perfil de

militância feminina e as formas pelas quais elas vieram se constituindo indicaram uma ampliação nos seus espaços de atuação. Hoje o investimento nas mulheres é maciço, e pode ser percebido através da importância atribuída aos cursos de formação, escolarização, cursos técnicos, universitários e encontros de mulheres, com destaque para o Acampamento de Mulheres do MST.

Todas estas questões por sua vez, estão pautadas na necessidade da organização em está ampliando e incorporando o debate sobre as relações de gênero. Já foi dito nesta dissertação que esse debate é normalmente liderado pelas mulheres, que vislumbram em um certo horizonte de perspectivas, mudar os comportamentos de gênero na organização política e na sociedade como um todo. Reincide aí toda a importância do “Novo Homem” e da “Nova Mulher”, como alicerces na construção de novas relações de gênero e das utopias políticas do MST.

Lembrar, contar, construir e mais uma vez reconstruir são imperativos na ordem dos discursos do Movimento Sem Terra. Por isso é que a história assume tantas significações, já que ao poder ser sempre recontada e reescrita, permite ao próprio Movimento selecionar, excluir, dizer e reiterar aspectos de suas trajetórias. Refazer-se constantemente é uma tônica e nesse ato de proclamar-se através de uma legitimidade histórica, vai-se incorporando novos sujeitos, diferentes narrativas e diversos personagens. Foi seguindo esta perspectiva que tentei reconstruir uma outra história do MST, com outras personagens, outras vozes. Outrora perdidas no tempo, outras tantas vezes rememoradas em atos, participações e lembranças, que através das vozes femininas puderam ser contadas e através de minhas mãos puderam ser escritas.

REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Companheiras de Luta ou "Coordenadoras de Panelas?" As relações de gênero nos assentamentos rurais.** Brasil: Editora Unesco, 2000.

ARAÚJO, Jadson J. Cardoso. **Trabalhadores Rurais Sem-Terra***:* Da Exclusão Social a conquista da terra. 2001. 134f. Dissertação de Mestrado, Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BARRET, M. As palavras e as coisas: materialismo e método na análise feminista contemporânea. **Estudos feministas**. Florianopólis, Vol 7, n. 1 e 2, p. 109-125, 1999

BOGO, Ademar. **Lições da Luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999

BORDO, Susan. A Feminista como o Outro. **Revista Estudos feministas.** Florianopólis*,* vol. 8, n.1, p. 10-29, 2000

CAMPOS, Christiane. "As relações de Gênero e o MST". In: MST**. Construindo novas relações de gênero: Desafiando relações de poder**. Setor de Gênero, MST, abril, 2003

CAPPELLIN GIULANI, Paola. "Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira*"*. In: **História das Mulheres do Brasil**. São Paulo: Contexto/Unesp, 1997. p. 640-697

CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Os Anos 50, o projeto de industrialização e o tema da reforma Agrária. In: MACHADO, Maria C. Tomaz e PATRIOTA, Rosangela (orgs). **Política, Cultura e Movimentos Sociais**: **Contemporaneidades historiográficas**, Universidade Federal de Uberlândia, 2001, pp. 43-55

CASTELLE, Sylvie Van de. e VOLEMAN, Danielle. "Fuentes Orales para La Historia de Las Mujeres." In: ESCADÓN, C. R. (org). **Género e História**. México: Instituto Mora/UAM, 1992, p. 99-109

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**, Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-61

DIAS, M. Odila L. da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. **Estudos Feministas**. Vol. 2, N° 2/1994. p. 373/386

ESCADÓN, Carmen Ramos. (org.) La Nueva História, el Feminismo y la Mujer. **Genero e Historia**. México: Instituto Mora/UAM. 1992. p. 7-37

FARIAS, Maria Dolores Mota. **Sem Medo De Ser Mulher: a experiência e a construção das mulheres trabalhadoras rurais como categoria política**. Tese de Doutorado, UFCE, Fortaleza, março de 2001

FERNANDES, Bernado Mançano. **Gênese e desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação nº 30, São Paulo, MST.

FERNANDES, Bernardo M. **A Formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro, Petropólis, Ed. Vozes, 2000

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 4a. edição, 1982

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 6ª. edição, 1990

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 7ª. edição, 1988

GADOL, Joan Kelly. La Relación Social entre los Sexos: Implicaciones Metodológicas de La Historia de La Mujeres. ESCADÒN, C.R. (org.) **Genero e Historia.** México: Instituto Mora/UAM. 1992, p. 123-141

GORE, Jennifer M. "Foucault e educação: fascinantes desafios", In: SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.) **O Sujeito da Educação**. Rio de Janeiro, Petropólis, Ed. Vozes, 1994, p.p.9-20

GUATTARI, F. **Revolução Molecular: Pulsações políticas do desejo**. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 2ª edição, 1985

HOLANDA, Heloísa Buarque de. "Feminismo em tempos pós-modernos." In. HOLANDA, Heloísa Buarque de.(org.) **Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.p 7-19

IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. Os Movimentos Sociais e a Luta pela terra. In: MACHADO, M.C. Tomaz e PATRIOTA, Rosangela. (orgs.) **Cultura e movimentos sociais: Contemporaneidades historiográficas**, UFUB, 2001. p. 235-255

LENIN, V. I. **Sobre a emancipação da mulher**., São Paulo: Alfa-Omega 1980

LEÓN, Magdalena. Empoderamiento: Relaciones de Las Mujeres com el Poder. **Estudos Feministas**, Ano 8, 2° semestre de 2000, p. 191-205

LIMA COSTA, Claúdia. "O Feminismo e o Pós modernismo/pós-estruturalismo: (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (com)texto." In: J.M. Pedro & M.D. Grossi (orgs.), **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. das Mulheres, 1998, p.:57-90.

LUNA, Lola. **História, Gênero e Política**. Coleção Mujeres Sociedad. Barcelona: Seminario Interdisciplinar Mujeres e Sociedad/Universidad de Barcelona, 1994. Pp. 19-58

MARAMBAIA, Hudson P. **A Dinâmica do MST na imprensa: Uma arquitetura de Significados**. Dissertação de Mestrado, UFBA, FFCH, Salvador, 2002

MELO, Denise Mesquita**. A construção da Subjetividade de Mulheres Assentadas pelo MST**. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Faculdade de Educação, 2001

O'BRIEN, Patrícia. "A História da Cultura de Michel Foucault." IN: HUNT, Lynn**. A Nova História Cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 2a. edição, 2001, p. 48

PAVAN, D. A. **Participação Feminina no MST. - Um estudo comparativo sobre o cotidiano de mulheres assentadas em Promissão - SP e Cratéus - CE**. São Paulo, Janeiro, 1999

PERROT, Michelle. Os **Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PICOLLI, Daniel. **Os camponeses brasileiros entre a resistência e a extinção**. Cadernos do CEAS, 204, Salvador, Março/Abril de 2003

PINTO, Céli Regina Jardim. "Movimentos Sociais: Espaços Privilegiados da Mulher enquanto sujeito político." IN: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. **Uma Questão de Gênero**. Ed. Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chargas, São Paulo, 1992.

RAGO, Margaret. "Epistemologia feminista, gênero e história". In: Joana M. Pedro e Miriam P. Grossi (orgs.), **Masculino, feminino, plural**. Florianopólis: Editora das mulheres, 1998, pp.:21-42

SANTOS, Sueli Auxiliadora dos. As Mulheres na luta pela reforma agrária. **Revista Sem Terra**, São Paulo, p. 30-34, Mar/Abr 2004.

SCOTT, Joan W. El Problema de la invisibilidad. In. ESCADÓN, C. R. (org**). Género e História**. México: Instituto Mora/UAM. 1992. p. 38-65

SCOTT, Joan W. História das Mulheres. In: Burke, Peter. (org.). a **Escrita da História. Novas Perspectivas**: São Paulo: Unesp. p. 1992. p. 63-95

SCOTT, Joan. Gênero: **Uma categoria útil para análise histórica**. SOS Corpo, Recife, PE, 1992

SILVA, Terezinha. **Homens e mulheres do Terra à Vista**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Geografia, UFBa, 2003

SOIEHT, Rachel. História das mulheres e história do gênero – um depoimento. **Cadernos Pagu**, “Trajetórias do gênero, masculinidades”, São Paulo, 1998

SOIHET, R. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. e VAINFAS, Ronaldo**. Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**, Rio de Janeiro. Campus, 1997, p. 275-296

STEDILE, J. Pedro. Latifúndio: **O pecado agrário brasileiro**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, fev/2000

TABAK, Fanny. "A re-conceitualização da participação política da mulher. (Mimeo.) Paper apresentado no XI Congresso da LASA, México, 1983

Documentos do MST

MST, 1999. **Linhas políticas de gênero no MST**

MST, 2000. **Mulher Sem Terra**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST

MST. 2001. 1° Acampamento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Urbana Roteiro do Tribunal das Lutadoras do povo: Terra, Justiça e Dignidade, Salvador: Secretaria estadual do MST

MST. 2002. Relatório do 2° Acampamento de mulheres trabalhadoras rurais. Salvador: Secretaria estadual do MST

MST, 2003. **Construindo novas relações de gênero: Desafiando relações de poder.** São Paulo: Setor de Gênero

MST, 2004. **Semeando Lutas e novas relações de gênero**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST

MST. 2003. 3° Acampamento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. **Mulheres Trabalhadoras Rurais na luta pelos seus direitos, construindo um projeto popular.** Salvador: Secretaria estadual do MST

MST. 2004. 4° Acampamento de Mulheres Sem Terra. Salvador: Secretaria estadual do MST

MST. 2005. 5° Acampamento de Mulheres Trabalhadoras Rurais: **Mulher sem terra: na luta por reforma agrária, agricultura camponesa e novas relações de gênero.** Salvador: Secretaria estadual do MST

MST, S/data. **A Mulher no MST.**

MST. **A questão das mulheres no MST** – Linhas Políticas. Resolução do 2º Encontro Nacional das Mulheres do MST, Brasília, 29 a 31 de agosto de 1997

MST. 1998. **Mística: uma necessidade no trabalho popular organizativo**. Caderno de Formação Nº 27

MST. 1997. **Relatório do II Encontro Nacional de Mulheres do MST**. 29 a 30 de outubro de 1997.

MST, 1989. **Normas Gerais do MST**. Caderno de formação, s/n, São Paulo

MST, 1986. **Construindo o caminho**. São Paulo, MST

MST, 1986. **A questão da mulher no MST**. Coletivo nacional de mulheres do MST. São Paulo

Entrevistas

1. Adalberto Pacheco, Betão. Liderança, regional sudoestes. 14/08/2004
2. Antônia (Tonha),15/12/2004; Assentamento Menino Jesus/Recôncavo; Coordenação do setor de educação da regional recôncavo
3. Averilza Bispo dos Santos,31,9/03/2005,1º. de Abril/Extremo Sul, Assentada
4. Célia Alldrigth, Suíça, coordenação do setor de gênero pela secretaria estadual do MST
5. Célia; 21/10/2004; Assentamento Eldorado/Recôncavo; 1998; Assentada
6. Dejacira Araújo; 17/08/2002; 24/10/2004; 14/12/2004; Terra Nova(Itabela)/Recôncavo, 1987; Coordenação Nacional direção Estadual/ regional recôncavo.
7. Diolinda Alves, 9/03/2005, Pontal do Parapanema/SP, 1984/21 anos, Liderança nacional
8. Edleuza Bispo Miranda, 26,7/03/2005,Menino Jesus/ Recôncavo, Assentada
9. Frei Francesco Sacarpellino, 53, 17/06/2005, Itamarajú/Ba, 1987, Ex-Frade Capucchinho, colaborador da luta dos Trabalhadores Rurais e ligado a CPT
10. Glória; 23/10/2004; Assentamento Eldorado/Recôncavo; Presidente da cooperativa
11. Helenice de Oliveira;11/08/2003; Coordenação estadual/Setor de Saúde
12. Isaías Nascimento de Barros, 67, 16/06/2005, Assentamento Corte Grande/Itamarajú
13. Jacira Nascimento de Barros, 60, 16/06/2005, Assentamento corte grande/Itamarajú. Casada com Sr. Isaías

14. Lúcia Barbosa, 19/06/2002, Extremo Sul, Coordenação Nacional
15. Maria da D'Ajuda; 15/12/2004
16. Maria Eurídice Nogueira, (D. Lio), 19/06/2005, Assentamento 4045/ Município de Alcobaça, 1987; Setor de Saúde da Brigada Joaquim Ribeiro, Pastoral da Criança, Ex-mulher de Betão
17. Naiane da Silva Santos; 22; 7/03/2005; Luanda/Itajuípe, Extemo Sul, Setor de gênero da regional
18. Orlando; 23/10/2004; assentado
19. Osvaldo Silveira Rocha (Valzão), 46, 16/06/2005, Assentamento Corte Grande/Itamarajú, Vereador eleito já no 3° mandato, colaborador do MST
20. Raquel; 23/10/2004; Nova Suíça/ Recôncavo; Setor de Saúde da Brigada Antônio Conselheiro/Recôncavo
21. Rosa Oliveira, 24, 18/08/2002, Assentamento Luanda/Itabuna; 1998; Setor de educação
22. Setor de Gênero da Regional extremo Sul, D. Maria Soares, assentada, Assentamento Riacho das Ostras/Prado
23. Sinésia; 14/10/2004; Bela Vista/Recôncavo; 1996; Assentada
24. Solange Brito; 10/12/2004; Terra à vista/Sul; Coordenação estadual do setor de gênero
25. Solange; 20/06/2002; Chapada; Setor de educação
26. Vagner Carneiro, Regional recôncavo, 07/10/2006
27. Verimar Franca Rocha, 42, 15/06/2005, Assentamento Corte Grande/Itamarajú, Assentada no Corte Grande, veio da luta dos posseiros na região.
28. Vicência da Silva Novais, 33, 20/06/2005, Assentamento 1° de Abril/Prado